CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

JORNALISTAS NEGRAS NO RIO DE JANEIRO: TRAJETÓRIAS DE VIDA E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA DIANTE DO RACISMO

Andréia Coutinho da Silva Louback

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título do grau de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Orientador: Roberto Carlos da Silva Borges

Rio de Janeiro
Abril/2018

JORNALISTAS NEGRAS NO RIO DE JANEIRO: TRAJETÓRIAS DE VIDA E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA DIANTE DO RACISMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título do grau de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Andréia Coutinho da Silva Louback

Banca Examinadora:

_____

Presidente, Professor Dr. Roberto Carlos da Silva Borges (CEFET/RJ) (orientador)

_____

Professora Dra. Rosane da Silva Borges (USP)

_____

Professor Dr. Mário Luiz de Souza (CEFET/RJ)

SUPLENTES

_____

Professora Dra. Maria Renilda Nery Barreto (CEFET/RJ)

_____

Professora Dra. Glenda Cristina Valim de Melo (UNIRIO)

Rio de Janeiro
Abril/2018

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

L886 Louback, Andréia Coutinho da Silva
Jornalistas negras no Rio de Janeiro : trajetórias de vida e narrativas de resistência diante do racismo / Andréia Coutinho da Silva Louback.—2018.
151f. + anexos : il.color. , grafs. , tabs. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2018.
Bibliografia : f. 146-151
Orientador : Roberto Carlos da Silva Borges

1. Discriminação racial. 2. Racismo. 3. Negras. 4. Sexismo na comunicação. 5. Mulheres jornalistas. 6. Jornalismo. I. Borges, Roberto Carlos da Silva (Orient.). II. Título.

CDD 305.800981

“Dentre as coisas que aprendi com minhas mulheres negras mais velhas está o respeito a essa longa trajetória de lutas, de participação, de presença na cena pública que não é de hoje, não começou agora. Mesmo que a memória dessas trajetórias esteja guardada somente em nós. Onde começa esse caminho? A tradição diz que não começa, é. Sempre foi. E deve sempre ser”.

(Jurema Werneck)

Agradecimentos

Dedico, aqui, todas as mais afetivas palavras da minha dissertação. Uma coisa é fato: nesse mestrado, vivi e provei de todas as estações de um ciclo. Logo, a certeza que tenho é a de que ele nunca vai passar na minha vida. Superei a nostalgia do fim do Ensino médio. Depois, do fim da universidade. Porém, desta vez será diferente. A saudade do mestrado nunca vai passar! Nunca.

Aqui, eu me reinventei, me redescobri e, mesmo que timidamente, transgredi. Iniciei em pleno inverno, meio assustada, calada. Mas bastaram poucos meses para a chegada de uma primavera que revolucionou tudo! Conheci pessoas inimagináveis - cada uma com suas histórias e suas bagagens. Experimentei uma cumplicidade sem igual, preparando-me para um verão intenso em aprendizados, descobertas e muito trabalho. Quando o outono bateu na porta, com incertezas e medos, fui carinhosamente acolhida por homens e mulheres os quais nunca vou esquecer. Entre estudantes e professores, a convicção de que havia encontrado uma família estudantil no CEFET/RJ nunca pulsou tão forte.

Por essas (e tantas!) aventuras, eu agradeço ao meu Deus, meu pai. O Cristo ressurreto que é minha esperança, luz e canção. A maior inspiração do meu senso de justiça e igualdade, em quem sou inteiramente plena e devota em minha fé. Minha razão de ser e meu sentido para cada dia, obrigada por ser a âncora que aplana os meus sonhos e a essência da minha identidade.

Agradeço aos meus pais pela força durante este novo capítulo. Ao meu querido pai, Cláudio José Coutinho da Silva, homem negro de história e determinação que eu tanto admiro. Obrigada por ter vibrado com todas as etapas do mestrado e por se permitir aprender comigo temáticas que tocam em nosso passado, presente e futuro. A minha grande mãe, Célia Regina Pereira da Silva, mulher negra e responsável por quem eu sou e por quem tenho me tornado. Chegamos mais longe do que cogitamos e, a isso, devo a você minha gratidão por investir - sem medidas - na minha formação pessoal e profissional. Sem vocês dois, minha trajetória não faria sentido algum!

Ao meu melhor amante, amigo e refúgio, Lucas Louback. Nossa construção a dois passou por três fases durante o mestrado: o namoro, o noivado e o casamento. E,

em cada uma delas, você teve participação direta nas descobertas que mudariam a minha vida. Obrigada por acreditar tanto em mim, sendo um espelho do que, muitas vezes, eu não consigo enxergar. Pela compreensão em minhas ausências, em minhas madrugadas produtivas e minhas viagens aos congressos acadêmicos. Você sempre esteve comigo! Que a nossa aliança continue sustentando o amor que estamos lapidando e que nunca nos falte a essência do melhor que somos em nossas individualidades e coletividades. Te amo com tudo o que há em mim!

Ao meu querido e grande orientador Roberto Borges, a escolha mais certeira que eu fiz para essa jornada. Sem dúvidas, o melhor professor que eu já tive em toda a minha vida, cujos ensinamentos teóricos e existenciais sempre perpetuaram para além das salas de aula. De orientador a amigo, de ouvinte a conselheiro, você nunca poupou palavras de encorajamentos - em tempos de lágrimas e sorrisos. Obrigada por construir este projeto junto comigo, sempre com dedicação, sensibilidade e excelência. Não vou esquecer dos e-mails matutinos, quando antes das 6h da manhã você lembrava de ideias, bibliografias e *insights* para compartilhar. Quanta paciência! Quanta leveza! Dedico minha imensa gratidão por ter cumprido mais do que um papel acadêmico, mas por ter se tornado uma referência de ensino, pesquisa e amizade pra mim. Sua humanidade me impactou com força! Que seja sempre assim.

Às amizades 'cefetianas', nem sei por onde começar. Como descrever a proporção do que vivemos e construímos dentro e fora das salas de aula? Tento expressar um pouquinho de toda a sorte do meu amor por cada uma de vocês neste parágrafo insuficiente: Bianca Assis, por ter dividido comigo tantas trocas e confissões, além de me convencer de que eu era – sim – corajosa e que minhas fragilidades eram minhas maiores riquezas; Priscilla Rosa, por ter me acolhido em sua casa, vida e coração em tantas estações da jornada. Obrigada por nunca medir esforços para me encorajar e por ouvir atentamente os meus conselhos e apontamentos; Simone Braz, pela fiel companhia em minhas primeiras apresentações em congressos acadêmicos, por tornar sempre os ambientes mais leves e por sempre levantar questionamentos enraizados; Ana Claudia Januário, minha mestra da madrugada, com quem dividi cafés, lágrimas, expectativas e muita "energia" – como ela gosta de definir. Aprendemos muito e continuaremos a aprender por toda a vida; Laura Rose, minha Lauricha, por transbordar em gentileza e generosidade desde quando nos conhecemos e me ensinar

com sua disposição, disciplina e simplicidade. Sua presença como mulher e pesquisadora branca no PPRER é essencial para a sociedade; Aline Nascimento, mulher de excelência e oratória impecável, em quem me inspiro, me renovo e me encorajo. Obrigada pela leitura gentil do meu trabalho quando eu mais precisei; Márcia Gonçalves, por ser tão brilhante e por me ensinar tanto e sempre, mesmo sem saber. Ela é dona da citação de que "para entendermos qualquer coisa na vida, devemos, primeiro, compreender as relações raciais", a qual estou sempre ruminando; Carolina Netto, atriz maravilhosa e encantadora, com quem partilhei algumas angústias e sempre aprendo com sua forma de se colocar no mundo e se expressar; Luana Genot, por me estender a mão desde o início e por sempre me surpreender com a pessoa única e imprevisível que se tornou; Karina Souza pela docilidade que permeou todos os nossos encontros e aulas juntas. Você é uma flor de formosura!; Naira Évine, pela leitura atenta à parte da minha dissertação, fazendo-me acreditar ainda mais na potência do meu trabalho e por ter empatia com meus medos e inseguranças; e Marina Marçal, pelas contribuições ao processo de pesquisa e *insights* sempre sinceros e relevantes. A todas essas mestras que habitam em mim, dedico a minha sororidade, amabilidade e eterna gratidão.

Aos professores 'cefetianos', agradeço especialmente à Maria Cristina Giorgi por ter sempre me acolhido e encorajado em tempos de tempestade; à Talita Oliveira, por ser tão amável e excelente em seu ofício; ao Mário Souza pelo privilégio de compor a minha banca, além de ter sido meu professor e supervisor no estágio docência. Você acompanhou bem de perto as grandes e pequenas mudanças que vivenciei desde o início do mestrado. Sempre serei grata pela pessoa querida e respeitosa que é.

À querida professora Rosane Borges, pela rica participação na primeira etapa do processo de pesquisa, cujas contribuições nortearam nossos muitos passos e inquietações. Obrigada pela disposição de estar aqui presencialmente e pela paciência entre os ajustes de agenda. Você é uma inspiração para todas nós - mulheres e jornalistas negras.

À expressão máxima de maternidade que já conheci e convivi, agradeço à Beatriz e Maylta Brandão que, além de uma amizade genuína, me dão o prazer de ser também 'discípula' dos seus ensinamentos. Até hoje recordo-me de quando, em preparação para a entrevista com a banca do mestrado, simulamos uma arguição com possíveis perguntas e respostas. Foi tão importante para mim! Senti tanto carinho e

companheirismo ali. E, certamente, não é diferente do que temos construído nos últimos anos. Muito, muito obrigada por fazerem parte da minha história.

Agradeço às jornalistas participantes da minha dissertação, mulheres de personalidades tão fortes, com falas viscerais, de presença, de luta e de coração aberto para dar luz à pesquisa. Nos encontros que tivemos antes, durante e depois das entrevistas, fui permeada de inspiração e responsabilidade para honrar cada palavra confiada a mim. Obrigada por terem feito parte desse sonho como protagonistas!

Ao Júlio Ludemir, meu primeiro mestre de Jornalismo. Agradeço por ser responsável pela jornalista que sou hoje. Você lapidou meus textos, minha coragem, minhas etapas, minhas mudanças e muitas de minhas conquistas. Obrigada por ter me ensinado qual era a maior riqueza que eu tinha e que, transformá-la em literatura, seria minha eterna missão. Ao vice-reitor comunitário da PUC-Rio, Augusto Sampaio, agradeço por ter sido um ser de luz entre os meus percursos.

Aos amigos e amigas da minha comunidade de fé que oraram por mim, principalmente no momento final do tempo de escrita. Em especial, agradeço à querida Aline Oliveira pela paciência e carinho ao ler e revisar cada linha da minha dissertação. Obrigada pelo tempo e dedicação que teve com este projeto tão importante para mim. Você me surpreendeu!

Aos que participaram com trocas, palpites, empréstimos de livros, interesse e cuidado, saibam que nada foi em vão. Ah! Nada passou desapercebido!

Por fim, agradeço à fundação Capes por ter financiado esse projeto de vida e a todos e todas os que estão juntos comigo na luta contra o racismo e sexismo no universo da comunicação social afora. *Ubuntu*!

“Acho que a dificuldade da academia em lidar com os nossos textos, dizendo que nós só contamos memórias, é porque é uma memória que, justamente, a academia não quer saber. Sonegaram a nossa história, sabemos muito pouco da trajetória dos africanos no Brasil. Sabemos muito pouco dessa trajetória de protagonismo. Nossa história de resistência é muito pouco contada”.

(Conceição Evaristo)

RESUMO

Jornalistas negras no Rio de Janeiro: trajetórias de vida e narrativas de resistência diante do racismo

Este trabalho se propõe a analisar trajetórias de jornalistas negras do Rio de Janeiro, atuantes em diferentes mídias cariocas. Partindo da perspectiva de que gênero e raça são eixos que estruturam as múltiplas desigualdades sociais existentes no Brasil, a pesquisa faz um recorte sobre o que significa ser mulher e ser negra dentro do universo do jornalismo. Recorrendo à análise metodológica de quatro narrativas orais, histórias de vida e estudo de caso, os relatos serão coletados por intermédio de entrevistas em profundidade - com pautas que falam de escolhas, caminhos, desafios, desenvolvimento da profissão, enfrentamento do racismo, relatos pessoais, entre outras possibilidades de temáticas. Entre as categorias de análise, observamos suas relações com a autodeclaração racial, o encontro com o Jornalismo, experiências de negritude no espaço universitário, a profissão como conquista, histórias de racismo e sexismo na atuação profissional e o cabelo como significante social. Assim, um dos principais objetivos é encontrar pontos de convergência e divergência entre as trajetórias analisadas, considerando as idades e atuações no mercado de trabalho, como também as vivências cotidianas de racismo e exclusão em espaços de poder. Esta reflexão mais profunda sobre essa dupla discriminação tem como aporte teórico os estudos de interseccionalidade e gênero sob perspectiva racial. Mediante a entrevistas semiestruturadas, analisamos como as contribuições de discursos individuais podem refletir em uma percepção coletiva - a partir da posição de sujeito que cada uma delas ocupa. A pesquisa se restringiu à cidade do Rio de Janeiro, tendo a participação de profissionais que residem e trabalham na capital.

Palavras-chave: Jornalistas; Mulheres Negras; Interseccionalidade; Gênero; Racismo.

ABSTRACT

Black women journalists in Rio de Janeiro: their life trajectories and resistance narratives in the face of racism

This project analyze trajectories of black women journalists, who work in different media contexts in Rio de Janeiro. Based on a perspective that gender and race are structural axes of social inequality present in Brazil, the study explores what it means to be a woman and to be black in the universe of journalism. Oral narratives, life stories and case studies grounded the methodological analysis, and data was collected through in-depth interviews - where subjects talked about their decisions, journeys, challenges, professional development, confrontations with racism, personal stories, among other similar topics. Among the categories of analysis, we observed the participants' way of self-declaring their racial identity, how they began in journalism, experiences of blackness in university spaces, the profession as a conquest, stories of racism and sexism in the professional sphere and hair as a social signifier. Thus, one of the main objectives of our research was to find convergence and divergence points among the trajectories being analyzed, considering age and activity in the job market, as well as daily experiences of racism and exclusion in spaces of power. This deeper reflection about double discrimination is supported by intersectionality theory, and the concepts of gender from a gender from a racial perspective. From semi-structured interviews, we analyzed how an individual's words can reflect a collective view, while still considering the positionality of each person. The research was conducted in and confined to the city of Rio de Janeiro, Brazil, seeing as the journalists who participated live and work within the city limits.

Keywords: Journalists; Black Women; Intersectionality; Gender; Racism.

Sumário

Apresentação **14**
Introdução **19**
1- Atravessamentos de conceitos **28**
1.1 Vamos falar de trajetórias? **28**
1.2 Apresentação de quarteto: raça, racismo, etnia e gênero **30**
1.3 Uma breve reflexão sobre gênero **36**
1.4 Percepções identitárias em questão **38**
1.5 Operação conjunta da interseccionalidade **40**
1.6 Intersecção de experiências **43**
1.7 Mulheres negras: sujeito político e coletivo **44**
1.8 Jogo de estatísticas: a cor do mercado de trabalho **47**
1.9 Confluências no mercado **52**
2- Metodologia de pesquisa **55**
2.1 Ambientação, vinculação ao tema e a construção do objeto **55**
2.2 Justificativa das escolhas metodológicas **56**
2.3 Período da pesquisa **58**
2.4 Percurso até as entrevistadas **58**
2.5 Seleção de trechos de narrativas e seleção de recortes **60**
3- Análise de trajetórias e narrativas de quatro jornalistas negras **67**
3.1 Apresentação das jornalistas **69**
3.2 Autodeclaração racial – *o que sou me define*? **71**
3.3 O encontro com o Jornalismo – percursos, recapitulações e memórias **75**
3.4 Sobre ser negra no espaço universitário – quando não basta apenas "estar", mas é preciso "(re)existir" **81**
3.5 A profissão como conquista. A conquista como estratégia **86**
3.6 Enredos profissionais (e pessoais) de racismo e sexismo **111**
3.7 Cabelo e seu significante social **121**
3.8 Levanta a mão quem conhece seu cabelo de verdade? **123**
3.9 Perspectivas dos próximos passos – que, sim, vêm de longe! **137**
Considerações Finais **143**
Referências bibliográficas **146**
ANEXOS **152**

“Quando estou escrevendo, tenho ampla consciência de que estou trabalhando com a arte da palavra”.

(Conceição Evaristo)

Apresentação

Incertezas *versus* convicções. Costumo dizer que um turbilhão de (im)possibilidades perpassou a minha trajetória. Em meio a esses caminhos incertos e possíveis, fui, em doses homeopáticas, colecionando inquietações, impulsos, muitas questões e algumas respostas. Tornei-me uma pergunta encarnada – reflexo de vivências, dores e conquistas memoráveis.

Meu pai é militar e minha mãe uma autônoma talentosa. Não herdei muito das vocações familiares. Cresci tentando compreender a utopia de trabalhar pouco e ganhar muito para alguns. Seria um prêmio só para os que batalharam duro dia e noite, obsessivos por uma vida digna e justa? Essa concepção criou problemáticas enraizadas no inconsciente, de tal forma que tomei decisões irrefletidas, e, paradoxalmente, formidáveis. Ansiava por "ser alguém", ainda que não soubesse quem, o que, quando, onde e por quê. Explico melhor.

Junho de 2007. Meu primeiro exame de qualificação do vestibular foi uma tragédia. Tudo era novidade, mas a cobrança era acirrada. O lema da minha escola era aprovar. "*Você é dono do calendário da sua vida*", dizia o meu diretor. Ou seja, quanto mais tempo eu demorasse a ingressar na universidade, mais tempo atrasaria a minha formatura, meu trabalho, meu casamento, minha aposentadoria. Meu plano de vida era supostamente um robô de produção e reprodução em meio à arena competitiva que vivíamos. Era proibido perder tempo! Como ficam, então, a mente e as motivações de uma adolescente de 17 anos?

Fui aprovada em Química Industrial na saudosa Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Tirando o fato de que tinha afinidade pela matéria no ensino médio, a profissão se encaixava na seleção das carreiras de sucesso. "*É promissor! Seu futuro está garantido!*", diziam as vozes. Se tudo desse errado, pelo menos havia feito uma escolha estratégica. Fui a primeira da família a conquistar uma vaga no ensino superior e meus pais transbordavam de orgulho e expectativas a respeito de quem eu estava prestes a me tornar.

Infelizmente (ou felizmente?), não consegui sustentar o *status* por muito tempo. Bastou o fim do primeiro período, 80% de reprovações e uma cruel escassez de sentido.

Eu só sabia me perguntar o porquê de estar ali. O abismo entre ter afinidade com uma matéria e cursá-la na graduação é tão extenso e carregado de pré-requisitos que, quando olho para trás, chego a rir da minha inocência de achar que seria uma profissional "habilitada".

Esse circuito me ensinou muito sobre mim mesma. Vejo o mundo repleto de seres humanos vocacionados conforme suas habilidades e sou radical ao concluir que, qualquer atividade que nos desvie de explorá-las é um desperdício. A pressão pela escolha de uma carreira traz incoerências e ambições inatingíveis quando não há paixão pelo percurso. Se não fizermos o que satisfaz nossa alma, corremos atrás do vento, em um vai e vem com prazo de validade. Às vezes curto, às vezes longo. Falo por mim, falo da minha história. Falo do que construí.

Quando, enfim, desisti do curso na UFRRJ, eu incrivelmente já sabia o caminho do recomeço. Como eu não havia pensado nisso antes? Como não atentei à intuição perseverante? Serei jornalista! Não "mais uma", porém estava disposta a lutar por um diferencial. Logo, o fato de ter feito uma escolha imatura e impensada teve um papel protagonista nesse episódio de autodescoberta, pois a partir dela, meu quebra-cabeça encontrou suas peças de encaixe. Não falo de um episódio hollywoodiano, mas de uma lógica que fugiu do meu controle.

O jornalismo sempre me intrigou. A busca pela imparcialidade dos fatos noticiosos – na verdade, inexistente – e a arte de interagir com diferentes saberes epistemológicos me invadia. Não apenas isso. A percepção e observação eram minhas ferramentas investigativas poderosas, capazes de transformar "desacontecimentos" em histórias de interesse público.

Assim, fui aprovada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – uma das melhores universidades de Comunicação Social do Brasil. Fui na contramão da opinião dos meus pais, amigos e outros espectadores da minha vida. Lembro-me como se fosse hoje. O primeiro dia de aula me marcou por duas razões: primeiro, não consegui interagir muito bem. Senti os ciclos bem entrosados e fechados. Depois, sentia olhares ao redor um pouco intimidadores. Eu era a única estudante negra. A única de São Gonçalo, que vinha de longe. Foi uma frustração que não cabe em palavras. Porém, ao recordar, identifico uma cicatriz já fechada.

A interpretação do *lead* jornalístico

Todo estudante de Jornalismo aprende logo no primeiro semestre o que é um *lead* de uma matéria. Basicamente, é o principal parágrafo de uma reportagem. Nele, respondemos cinco perguntas cruciais sobre uma notícia: quem, o que, quando, onde e por quê? Claro que, com a chegada do jornalismo literário, nos desapegamos de fórmulas que engessam nossos textos, mas eu confesso que exercitar a prática do *lead* foi muito benéfico para o desenvolvimento da minha escrita e performance expressiva.

Uma vez jornalista aprendiz, tornei-me crítica e reflexiva em relação à invisibilidade de negros e negras na mídia, em especial no jornalismo televisivo. Na verdade, eu tinha dois conflitos: a falta de referência, devido ao baixo percentual de profissionais em papéis de destaque na TV e o fato de sempre me associarem à jornalista Glória Maria. "*Você será a Glória Maria do futuro! Vai roubar o lugar dela na Rede Globo*". Perdi a conta de quantas pessoas já me falaram isso. No início, eu me divertia, mas, com o passar do tempo, não conseguia mais embarcar nos comentários com o mesmo senso de humor.

Por quê? Simplesmente porque cheguei à conclusão de que, se existem poucos referenciais, não é pela falta de oportunidades. Aliás, as oportunidades existem, porém, quase sempre, se destinam entre as redes e contatos da branquidade nos espaços de visibilidade e poder. A mídia tem um padrão eurocêntrico, resultante de um racismo camuflado e inferiorizacão da negritude. Percebi, então, que a comparação com a Glória Maria era uma das poucas possibilidades que viam para mim como futura jornalista, já que mulheres negras são pouquíssimas nesses espaços de poder.

Foram quatro anos de graduação e minhas inquietações já não sossegavam mais em mim. A solidão de ser a única negra em uma sala de aula, estágios, entrevistas e premiações despertaram uma consciência sobre identidade, exclusão e participação. Comecei a adentrar nas arenas de discussão com meu silêncio e minha sede de ouvir, aprender e refletir. Não sei mais dizer em qual momento específico da minha jornada abracei a militância pela causa negra. Aprendi a multiplicidade de possíveis formas de se militar, independentemente de vínculos com movimentos sociais negros. Foi um processo de identificação natural, doloroso e surpreendente.

Digo isso pois, como mulher negra, a construção da minha identidade racial se consolidou – e ainda permanece! – a partir do outro. Quando me vi num contexto em que era vista como diferente, percebi que não bastava apenas reconhecer isso. Com honra e orgulho, precisava, sim, mergulhar com coragem na luta por conquistar espaços, ser uma agente catalisadora de igualdade e, sobretudo, um ser humano sensível ao sofrimento coletivo que negros e negras suportam cotidianamente desde a era brasileira da escravidão. É como tornar-se uma porta-voz de denúncias, seja por meio da escrita, seja por meio de intervenções. Desde então, tem sido uma trajetória dura, capaz de movimentar todas as esferas da constituição de quem sou, de quem fui e do que ainda hei de ser.

Chegar ao mestrado em Relações Étnico-raciais foi uma consequência de muitas perguntas. De um profundo desejo de absorver bases teóricas e práticas acerca da temática racial – com todas as vertentes envolvidas. Como mencionei logo no início, entre incertezas e convicções, sabia que era um grande passo. Possivelmente, um caminho sem volta. Pois, uma vez que apreendemos verdades, vivências e conhecimentos, não há como não nos comprometermos. A intelectualidade é, sim, uma dentre as muitas ferramentas que nos comprometem.

Entusiasta pelo tema desta dissertação, compreendo à risca que falar de pesquisa é falar do lugar que ocupo. Sou uma mulher negra que, todos os dias, se inquieta e faz uma reflexão social sobre a dupla discriminação: gênero e raça. Como eixos estruturantes sobretudo no Brasil, a proposta é aprofundar essa interseccionalidade[1] excludente no universo do jornalismo a partir de um *lead*. Baseada em histórias de vida de mulheres e parceiras de profissão, questiono-me se o racismo é uma das piores barreiras a serem superadas. Apenas por meio dessa consciência, sou impulsionada a lutar contra cada uma delas.

Caminho, então, para o fim desta efêmera apresentação com as palavras da jornalista e pesquisadora Edna de Mello, cujo relato me representou perfeitamente:

> Como mulher negra e jornalista, a possibilidade de desenvolver uma

[1] Conceito desenvolvido pela ativista afro-americana Kimberlé Crenshaw, que explica como as desigualdades, opressões e vulnerabilidades operam juntas, em especial, a questão de gênero e raça.

> pesquisa acadêmica que tratasse das relações de gênero, do jornalismo e do preconceito racial tornou-me de forma singular sujeito e objeto da pesquisa. Eu, objeto, vejo-me retratada nas reportagens que falam da mulher que sou. A cor da pele, os traços fisionômicos, a cultura trazem a miscigenação fundadora de um país. (...) Eu, sujeito, sou jornalista de ofício e leio os textos de colegas de profissão que cumprem os prazos de suas editorias, seguem a pauta solicitada e se esforçam para aproximar o seu relato, o mais próximo possível, de uma inacessível imparcialidade. (MELLO, 2004, p. 38)

Ser jornalista sempre foi um privilégio para mim. Vejo-o como uma possibilidade de transitar por "universos" e de me levar a lugares aos quais, nem sempre, minha voz e meus recursos me permitem chegar. De um lado, há a idealização de uma profissão que me leva a conhecer pessoas, conhecer o mundo e desenvolver narrativas de vida que sejam úteis aos diferentes tipos de público. Por outro, há o que eu chamo de vocação, na qual identifico e reconheço o diferencial das minhas habilidades com escrita, pesquisa, inquietações teóricas e a arte de interagir e dialogar com o mundo. O melhor lado da profissão para mim é a convicção de que posso ser uma mediadora de realidades, podendo, assim, colaborar na formação da opinião e enriquecimento cultural e conscientização das desigualdades sociais. Isso me leva a me reinventar a cada dia, com resistência, criatividade e objetividade.

Digo isso, pois, como mulher negra, essa pesquisa me colocou diante de um universo que – há pouco tempo – se apresentou com barreiras para mim. Tive experiências de tentativas profissionais que traduziram muitas de minhas hipóteses acadêmicas. Foi doloroso, pois para além de uma realidade de pesquisa, é a mesma realidade que pode ser vivenciada por mim mesma. Há uma parte de mim que é retratada na mídia, outra no linguajar das pessoas e partes nas quais me identifico em um texto, em um filme ou em jornalistas como as participantes da minha pesquisa. Sou uma e muitas simultaneamente. Sou múltipla em possibilidades e representações. Sou resistência. Sou luta.

Introdução

Para além de meras interpretações sob lentes teóricas, vivências e experimentações, pesquisa é sentir. Não importa a temática escolhida quando partimos do pressuposto de que somos movidos por sentimento. É ele o principal mobilizador das nossas realizações, despertadas por sensibilidade e empatia antes mesmo de pisarmos em um campo de análise. Toda proposta de imersão na complexidade humana e social do que somos, fazemos e nos tornamos é um caminho sem volta no que tange às reflexões da multiplicidade de identidades, representações e singularidades presentes na sociedade.

Estudantes de comunicação social aprendem logo nos primeiros anos da faculdade o mito da imparcialidade (não) existente no jornalismo. Não é preciso de muito tempo para romper com essa lógica, já que cada um é carregado de ideologias e realidades particulares. Logo, tornar-se jornalista significa se conscientizar dessa verdade, adaptando-se em entre diversos meios midiáticos pelos quais há de passar ao longo da construção da carreira.

Ao considerar que o ser humano é um ser que conta histórias, compreendemos que ao contá-las, ele cria identidades – sejam elas baseadas na autodefinição, sejam a partir do olhar do outro. Sendo assim, profissionais do jornalismo são, de forma abrangente, simultânea e inerente, contadores e portadores de histórias gerais e pessoais respectivamente. Ou seja: em meio a uma infinidade de possibilidades de definições da profissão, ela se destaca pela mediação e transmissão de informações permeadas por narrativas, registros, documentários, relatos audiovisuais, entre outros. Nosso papel de "reelaborador de realidades, um profissional diferenciado que deve lidar criticamente com as realidades passadas, presentes e futuras e, por isso, deve ter uma visão além do senso comum." (FERRERIA, 2004, p. 26)

Diante disso, retornamos para apresentar a especificidade desta dissertação, que busca uma análise de trajetórias individuais e coletivas de mulheres negras no jornalismo. A percepção de contingências do viver de cada um dos sujeitos políticos escolhidos para protagonizar este trabalho perpassa por diferentes experiências de vida,

perfis, faixas etárias, oportunidades, rupturas de pensamentos e episódios de racismo. Tendo como recorte principal o cruzamento entre os eixos de raça e gênero, a proposta é compilar os ensaios polifônicos resgatando as vozes do que as próprias vivências têm a dizer.

O porquê do tema

Na tentativa de responder à pergunta inicial de todo projeto acadêmico, eis a clássica e máxima interrogativa: o que torna esta pesquisa algo relevante? Como ponto de partida, o artigo de Rodrigo Carvalho da Silva intitulado *A transição do Jornalismo – do século XIX ao século XX* é bastante esclarecedor. Por intermédio dessa fonte, faremos uma breve análise da história do jornalismo como profissão. O exercício profissional se consolidou juntamente com a expansão da imprensa no século XIX. Na verdade, a circulação dos antigos jornais veio à tona muito antes, já com as primeiras publicações periódicas no século XV. Inventada pelo alemão Johannes Gutenberg, o pai da tipografia moderna, a prensa – primeira máquina de impressão com caracteres móveis – alavancou o universo impresso com boletins informativos destinados ao acesso de informações para a classe média.

Embora a chegada dos novos meios de comunicação tenha sido crucial para o impulso da absorção de notícias, Traquina (2005) explica que as raízes do jornalismo – enquanto categoria de atividade – as quais desfrutamos hoje vieram anteriormente:

> Foi durante o século XIX que se verificou o desenvolvimento do primeiro *mass media*, a imprensa. A vertiginosa expansão dos jornais no século XIX permitiu a criação de novos empregos neles; um número crescente de pessoas dedica-se a integralmente a uma atividade que, durante as décadas do século XIX, ganhou novo objetivo – fornecer informação e não propaganda (TRAQUINA, 2005, p.34).

A legitimidade social da carreira jornalística foi construída à medida que os jornais se expandiam comercialmente. A característica identitária da profissão passou a ser marcada pela peculiaridade da "notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade e uma noção de serviço público." (TRAQUINA, 2005, p.34) Os processos de produção midiática foram se aperfeiçoando e se modernizando com a chegada da inovação tecnológica, inaugurando novos estilos literários, meios de transmissão instantânea, convergências de mídias, redes sociais e tantas outras formas de transmitir

informações factuais e atemporais.

A inserção de mulheres no campo do jornalismo se deu de forma lenta e gradual até que se tornassem maioria na profissão. Um levantamento[2] mais antigo feito pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) mostrou que a composição feminina do quadro é majoritariamente branca, solteira e com até 30 anos de idade. Na categoria de identificação por sexo, a pesquisa registrou 64% de mulheres e 36% de homens. O relatório registrou também que o percentual de negros e negras era inferior à metade da presença da população negra do Brasil: apenas 5% autodeclararam sua negritude.

Falar de vozes femininas no jornalismo já foi mais conflitante em tempos passados. Além de ter sido uma profissão masculinizada, mulheres não encontravam lugar e credibilidade para estrelarem ao vivo ou em coberturas mais complexas, por exemplo. Porém, quando falamos de vozes femininas e negras, ainda nos falta muita representatividade no cenário contemporâneo.

Como expõe Jurema Werneck (2012) em desabafo individual, que representa uma pluralidade, em relação à afirmação simbólica e cultural na nacionalidade brasileira:

> Trata-se da mulher negra, sujeito singular construído a partir da validação política da raça, do sexo, do gênero e mais: da construção de diferenças e hierarquias entre humanos. E mais ainda em resistências. Múltipla, fruto de articulações entre heterogeneidades, mulher negra é sempre uma, e ao mesmo tempo, ela é quem representa – e são tantas! Há muito tempo a sociedade brasileira se desenvolve permeada profundamente por visões e práticas racistas patriarcais. Nela, nós mulheres negras, descendentes de diferentes povos africanos, herdeiras e criadoras de diferentes matrizes culturais, temos ocupado as piores posições, seja na perspectiva política e econômica, seja nos aspectos da afirmação simbólica e cultural da nacionalidade brasileira. Temos sido descritas como seres inferiores, hipersexualizadas, trabalhadoras braçais desqualificadas, com

[2] Nome da pesquisa: "Quem é o Jornalista Brasileiro – Perfil da Profissão no País". O estudo foi realizado por intermédio de uma enquete em rede com 2.731 jornalistas de todas as unidades da federação e do exterior. A margem de erro é inferior a 2%, em intervalo de 95% de confiança. O levantamento foi divulgado em 2013.
http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf
Acesso em: 12 de fevereiro de 2017

> reduzidas qualidades humanas e incapazes de transpor o profundo fosso das carências para habitar de forma protagônica a civilização brasileira. (WERNECK, 2012, p. 7 e 8)

A investigação crucial desta pesquisa se pauta em verificar se as trajetórias de jornalistas negras, de fato, sofreram alterações diante de diferentes gerações ou se permanecem da mesma forma; se o impacto do racismo atua da mesma maneira e se tem sido um impedimento para a ocupação de cargos de maior relevo social. Soma-se a isso, a análise de como a autoestima e a autoconfiança dessas mulheres foram fatores significantes sob viés positivo e/ou negativo para a ocupações de lugares sociais aos quais pretendiam chegar.

Sendo o racismo um fenômeno que pode ou não definir os espaços que as pessoas podem ingressar e os espaços que lhes são restritos; o qual coloca os negros e negras em posições inferiorizadas, o recorte deste trabalho é dar destaque a profissionais negras que não estão em lugares de subalternidade. Considerando a sociedade totalmente desigual, cuja construção se deu a partir da colonização, onde se criou o "ser negro" para excluir. Desde então, vivemos uma realidade de opressão e, embora 53,6% da população brasileira seja formada pela soma de pretos e pardos de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a desigualdade permanece.

Diante isso, a relevância social da pesquisa para a luta antirracista se pauta na investigação do percurso de vida de jornalistas negras que, apesar do racismo e sexismo, atuam na mídia e constroem suas identidades com seus corpos negros, seus cabelos, suas vozes, suas militâncias e suas estratégias de resistência nos veículos em que atuam. Conforme os dados apontados anteriormente, a pesquisa da FENAJ registrou apenas 23% de negros e negras na identificação do perfil dos homens e mulheres. Logo, ainda que em minoria e na contramão do senso comum, suas trajetórias não têm revelado apenas histórias de dores, insucessos e discriminações.

Assim, desejamos produzir conhecimento a partir do recorte de gênero e raça, a fim de que as pessoas possam refletir com base científica e acadêmica sobre a problemática do jogo presença-ausência das jornalistas negras que ilustram suas vivências pessoais e profissionais nas mídias do Rio de Janeiro. O público-alvo o qual

objetivamos atingir é, principalmente, o de profissionais do campo de atuação, a fim de que se tornem ativos, estratégicos e intencionais em iniciativas de inclusão de negros e negras nos veículos midiáticos; a fim de que reflitam sobre a questão de gênero, no que tange à presença e valorização das mulheres negras nas redações e empresas de comunicação social – frente ao quadro de opressão vivenciado pela maioria delas; e, por fim, que trabalhemos para uma maior visibilidade sobretudo de mulheres negras, na contramão do sexismo e da "sexualização" negra e feminina. Nesse sentido, a importância do trabalho se baseia na expectativa de uma contribuição maior para a alteração dessa realidade de segregação na atividade jornalística; para que o mito da democracia racial midiática caia por terra; para que invertamos a lógica e alcancemos protagonismo, localizando mais jornalistas negras como maioria na profissão; ou, pelo menos, para uma compreensão mais realista da sociedade perversa na qual vivemos.

Por que jornalistas negras do Rio de Janeiro?

O segundo recorte é geográfico por quatro principais razões: 1- pela residência e conhecimento da cidade, o que contribui para a realização da pesquisa qualitativa; 2- pelo fato de ser uma grande metrópole de efervescência cultural e vitrine midiática (pois muitas pessoas migram para a capital em busca de trabalho); 3- porque, até o momento, não conseguimos localizar pesquisas semelhantes e números oficiais sobre jornalistas negras no Rio de Janeiro, embora consigamos identificar, em uma contagem rápida baseada na memória, um número estimado de quatro[3] mulheres com visibilidade na mídia televisiva carioca, por exemplo. A ausência de dados, por si só, é um dado. Segundo Sandra Martins, uma das representantes da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Rio de Janeiro, a falta de registro estatístico "dificulta a formulação e defesa de cláusulas específicas nos acordos com os empregadores, inclusive aquelas que são dirigidas à promoção da igualdade racial", diz a jornalista em uma entrevista publicada no veículo Rede Mobilizadores[4].

A seleção também foi feita de acordo com o posicionamento de cada uma no que

[3] Glória Maria (Rede Globo), Flávia Oliveira (Globo News), Ana Paula Santos (Rede Globo) e Luciana Barreto (TV Brasil).
[4] Publicação digital sobre Jornalistas negros no mercado de trabalho no Brasil.
http://www.mobilizadores.org.br/noticias/jornalistas-negros-e-o-mercado-de-trabalho-no-brasil/
Acesso em: 06 de março de 2017.

tange às questões raciais, assim como a realização e dedicação à profissão escolhida. Além disso, o Rio de Janeiro é sede da maior emissora do Brasil – a Rede Globo –, que ocupa os maiores índices de audiência domiciliar e audiência individual, segundo os dados baseados no *ranking* consolidado da *Kantar* IBOPE *Media*. A presença de mídias alternativas, independentes e cariocas, modelos de transmissões sem cortes ou censuras, como o coletivo Mídia NINJA e GatoMÍDIA, por exemplo, também possuem um papel importante na comunicação social e popular. Logo, a junção das possibilidades positivas nos levou a elegê-la como terreno fértil para ilustrar as histórias e narrativas.

Corpus (e coração) da pesquisa

Para a pesquisa, selecionamos quatro jornalistas de idades entre 28 e 53 anos. Segue abaixo a relação estruturada de nomes fictícios para a preservação da identidade, idades e campos de atuação:

- Kalifa, 28 anos, apresentadora de um canal fechado de surfe e cultura jovem
- Núbia, 53 anos, jornalista *freelancer* e professora universitária
- Shukura, 39 anos, apresentadora âncora de telejornal
- Thema, 48 anos, colunista, apresentadora de um canal fechado e de rádio

Assim, houve a tentativa de responder a alguns questionamentos nos capítulos que seguem. As perguntas giram em torno da síntese em três tópicos: **Identificação, Visibilidade** e **Trajetória**. A primeira parte da pesquisa concentra-se na relação entre os apontamentos teóricos dos tópicos de definição de raça, racismo, identidade e gênero. A reflexão conceitual é pertinente para, assim, avançarmos e suturarmos o contexto temático do trabalho. O conceito de interseccionalidade também permeia o desdobramento dessas categorias, pois entendemos o quanto eles[5] se entrelaçam e operam de forma excludente no exercício do jornalismo.

O segundo capítulo mostra o lugar das vozes de mulheres negras no jornalismo. Baseada na apresentação de múltiplos contextos de atividade profissional, a análise segue na direção de respostas sobre como as experiências de racismo e segregação se constroem em diferentes segmentos da mídia, assim como os sujeitos se posicionam

[5] Raça, racismo, identidade e gênero.

frente a elas. Aqui, apresentaremos a atuação significativa da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial pelo Rio de Janeiro (COJIRA/RJ) e, como sua chegada foi um passo importante para os comunicadores negros e negras. Destacamos no último tópico uma abordagem baseada no lugar de fala – a legitimidade de um posicionamento a partir da vivência.

Por fim, o terceiro e último capítulo concentra-se nas especificidades do campo, metodologia e desdobramentos das narrativas que serão abordadas. Os pilares de **Visibilidade e Trajetória** ganham espaço, voz e ilustrações aqui. Sob ótica de perspectiva geracional, interpretaremos entrevistas registradas na pesquisa. Questões pessoais, problemas de autoestima, empoderamento, sucessos, dilemas de superação e medo, estruturação da *networking* jornalística, influência da aparência no ambiente de trabalho, injustiças e estratégias de sobrevivência são expostos na transcrição dos ensaios polifônicos a fim de identificarmos os espaços de pertencimento de cada mulher negra. Dessa forma, a tentativa visa à construção de reflexões sobre a **alteração nas trajetórias relativas aos diferentes percursos das jornalistas no que tange à influência do racismo** conforme a atualização das gerações – que é a principal hipótese do trabalho. Isto é: a identificação de trajetórias que, com o passar das gerações, consolidaram instrumentos de posicionamentos e estratégias na luta antirracista para o ambiente de trabalho. Assim, pontos de ruptura e de convergência entram em destaque baseados em como a interseccionalidade e impõe barreiras diante da sociedade.

Falar de trajetórias é trazer à tona experiências singulares reflexos de uma pluralidade. Nelas, construímos diferentes e conflitantes subjetividades, pois "qualquer processo identitário é conflitivo na medida em que ele serve para afirmar como um "eu" diante de um "outro". A forma como esse "eu" se constrói está intimamente relacionada com a maneira como é visto." (GOMES, 2006, p.20) Assim, a individualidade é capaz de traduzir sentimentos de muitos, partindo da perspectiva de que "o conflito identitário é coletivo, por mais que se anuncie individual".

Dado geracional

O objetivo de tomar a percepção geracional como dado relevante é focar nos legados deixados pelas trajetórias contemporâneas, tanto em relação ao que é pessoal

quanto ao que é profissional. Quando levamos em conta a modernização da profissão, o fenômeno de convergência das mídias, a valorização e aceitação do cabelo crespo pela mulher negra, a diversidade de nichos midiáticos existentes, a conciliação do trabalho com outras atividades estudantis – como especializações, mestrados, doutorados, entre outras – e a difusão das temáticas de raça e racismo (individual e institucional) em ambientes estratégicos, percebemos mudanças cognitivas no âmbito social e coletivo.

> O conceito de gerações recupera o seu espaço nas análises sociológicas que indicam não somente as diferenças de classe, mas ainda as desigualdades de gênero, étnico-raciais, culturais e geracionais. Vivemos ainda um momento em que a reconstrução das trajetórias sociais das gerações anteriores torna-se imprescindível para a análise e compreensão de ações coletivas empreendidas pelas novas gerações, bem como os desafios que as mesmas enfrentam. (DA MOTTA; WELLER, 2010, p. 1)

Quando nos baseamos no dado geracional como uma das categorias de análise, percebemos como o tempo influiu no desenvolvimento do curso da vida e histórico de cada indivíduo. Como a proposta do trabalho se pauta em trajetórias individuais e coletivas, as mudanças biográficas podem interligar as memórias, conclusões e histórias.

Entrevistas em profundidade

Este trabalho busca analisar, como objeto de estudo, relatos completos apresentados em narrativas de mulheres negras entrevistadas – de idades, lugares, universidades, atuações profissionais, famílias e rotinas diferentes –, que se identificam como sujeitos políticos femininos e que se autodeclaram negras. Partimos da hipótese secundária de que, entre o intervalo significativo da infância à fase adulta, inúmeros episódios de discriminação e racismo perpassaram suas trajetórias, seja de forma sutil, seja de forma traumática. Experiências de pobreza e construção de identidade se interseccionam, buscando na práxis da militância um caminho plural rumo à igualdade e o enfrentamento de barreiras na realidade excludente brasileira. E mais ainda: a construção de estratégias de democratização da mídia na luta antirracista, para que o jornalismo, em todas as esferas, seja um instrumento consciente e combatente das hierarquias raciais existentes.

O questionário para realizar as entrevistas semiestruturadas da pesquisa foi composto por quinze questões principais, sujeitas à reformulação ao longo da interação.

As principais interrogativas variaram entre as temáticas sobre a escolha pelo jornalismo como profissão, invisibilidade da mulher negra, desafios pessoais, discussão de questões raciais no Brasil, padrão estético eurocêntrico, entre outros pontos. O roteiro de perguntas pode ser visto no anexo ao final da dissertação.

1- Atravessamentos de conceitos

Neste capítulo, abordaremos os principais conceitos que permeiam a pesquisa e seus entrelaçamentos. O objetivo principal é aprofundar a discussão e embasar epistemologicamente a metodologia escolhida e as narrativas analisadas nos tópicos seguintes a esta seção.

1.1 - Vamos falar de trajetórias?

Apresentar trajetórias é como desenhar as entrelinhas de um caminho. Não apenas um, na verdade. É possível avistar uma infinidade de possibilidades em direção aos passos de cada ser humano que protagoniza sua própria história – a partir de realidades, superações, enfrentamentos, dedicações, lutas, desafios e tantos outros pilares que compõem o conjunto do que chamamos de "vivência". Fazemos inúmeros trajetos em diferentes fases da vida, que resultam na singularidade de quem nos tornamos. Sonhos, valores, perspectivas, tudo. A bagagem é extensa – num acúmulo ininterrupto de saberes e memórias individuais e coletivas.

Em especial, quando a pauta é, especificamente, a trajetória de mulheres negras, não nos faltam similaridades para compartilhar. Nas palavras de Jurema Werneck (WERNECK, 2012, p. 7), elas são 'uma e muitas': "Trata-se da mulher negra, sujeito singular construído a partir da validação política da raça, do sexo, do gênero e mais: da construção de diferenças e hierarquia entre humanos." Logo, na contramão do racismo e do sexismo, temos driblado os estereótipos e invisibilizações de uma sociedade profundamente desigual, que nos descreve como "seres inferiores, hipersexualizadas, trabalhadoras braçais desqualificadas e ignorantes, com reduzidas qualidades humanas e incapazes de transpor o profundo fosso das carências" (WERNECK, 2012, p. 8). Em contrapartida, temos caminhado "na contramão dos silêncios".

Para toda trajetória, há uma expectativa em questão. Ela varia de acordo com as subjetividades existentes, pois, ao longo do curso e etapa da vida, cada indivíduo faz escolhas estratégicas. Sejam de sucessos ou insucessos, construções e desconstruções, as experiências são dotadas de histórias que fazem parte do processo identitário, o qual transita entre práticas, discursos e posições. Para Hall (2015, p.108), "as identidades

estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação" (HALL, 2015, p.108).

O que seria da vida cotidiana se não fosse interpelada por histórias? Cada episódio do nosso dia a dia, sejam eles monótonos ou agitados, são permeados pela construção de sentido no mundo no qual vivemos. Necessitamos delas para recapitular experiências, muitas vezes "inativas" na memória e, quando relembradas, trazem novas visões e perspectivas sobre um determinado assunto. Relatos têm o poder de ensinar, de entreter, de esclarecer, de nos fazer sentir, refletir, sofrer, dentre tantas outras infinitas possibilidades.

Vale lembrar: as análises narrativas que apresentaremos no segundo capítulo desta pesquisa qualitativa investiga diferentes trajetórias de jornalistas negras no exercício da profissão no Rio de Janeiro. A partir da prática discursiva de cada uma das entrevistadas e do contexto interacional, observaremos de que forma sua experiência profissional se intersecciona com sua vida pessoal, construindo e reconstruindo assim uma identidade social.

Contar história é reviver um fato. A prática ganha vida a partir da narrativa, que segundo Catherine Koller Riessman (1993) "é um termo que resiste a uma definição precisa" (RIESSMAN, p.17, 1993). Sendo assim, é possível compreender melhor sua essência a partir da própria prática.

Charlotte Linde (1993) nos traz uma possibilidade metodológica por intermédio da sequencialidade, causalidade e sistemas de coerência. Isto é: de que forma o percurso de um relato se harmoniza em fios condutores de sentido, que nos permitem interligar acontecimentos com a identidade social da jornalista, por exemplo.

A partir da noção de sequencialidade e reportabilidade dos relatos de trajetória, poderíamos, então, fazer uma ponte com os estudos relacionados às histórias de vida como técnica de organização, ancorados no "campo-tema" (SPINK, 2003) e estudo de caso (GOODE; HATT, 1979). Para Linde, a narrativa é a "unidade que desempenha o mais importante papel na construção da história de vida" (LINDE, 1993, p. 85). O exercício de narrar constrói uma nova possibilidade de ser, uma vez que recapitulamos episódios condizentes a nós mesmos. O ato narrativo traz reflexos de identidade à interação entre o narrador e a audiência, pois "falamos sobre como nos tornamos o que

somos e transmitimos aos outros o que devem saber sobre nós para nos conhecerem" (BASTOS, 2005, p. 81). Ou seja, tudo o que é compartilhado em um momento situacional de entrevista, por exemplo, também faz parte de um eixo que flutua entre o público e o privado.

1.2 Apresentação de quarteto: raça, racismo, etnia e gênero

Antes de iniciarmos a análise, é importante teorizarmos alguns conceitos relevantes para a discussão proposta nesta pesquisa. Falar de raça, racismo, etnia e gênero requer contextualizações aprofundadas – pois as definições são correlacionadas a partir das suas próprias significações.

Para iniciarmos com a definição da categoria raça, recorremos ao autor Stuart Hall (2006), que por um viés teórico e didático propõe:

> Conceitualmente, a categoria "raça" não é científica. As diferenças atribuíveis à "raça" numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas entre populações racialmente definidas. "Raça" é uma construção política e social. É uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder, socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. (HALL, 2006, p. 66)

Hall (1995) ainda postula a raça como um significante flutuante, que seria um fator que dá significado às questões. O autor explica que ela é "um dos principais conceitos que organiza os grandes sistemas classificatórios das diferenças que operam em sociedades humanas" (HALL, 1995, p.1). O termo consegue dar dimensão da discriminação que afeta a população negra desde a escravização. Ainda assim, como estamos falando de um tipo de linguagem, o sentido não é fixo e está sujeito, sim, a um "deslizamento" de significação e "flutua em um mar de diferenças relacionais". Quando a definimos como categoria discursiva, reconhecemos que "todas as tentativas de fundamentar esse conceito na ciência, localizando as diferenças entre as raças no terreno da ciência biológica ou genética, se tornaram insustentáveis" (HALL, 1995, p.1). Trata-se, então, de um sentido sociológico – quando a cor da pele de alguém é associada a uma ancestralidade marginalizada, inferiorizada e excluída. Conforme afirma Du Bois (1911), a cor tem a operacionalidade de um "distintivo da herança social da escravidão,

da disseminação e do insulto dessa experiência".

Logo, raça se reflete em uma representação social, atingindo negros e negras, por exemplo, em termos individuais. Ela estipula como as pessoas são vistas – "ser branco" ou "ser negro", por exemplo, está carregado de uma simbologia de privilégios e de exclusão, respectivamente. Trata-se de uma dimensão social e política, pois "o abismo racial entre os negros e brancos existe de fato" (GOMES, 2005, p.47). Diante disso, como bem sintetiza Munanga (2004), trata-se de "um fenômeno social e analítico".

Já no que tange à relação entre a definição de raça com a aparência física, Hall "tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza" (HALL, 2006, p. 66). Embora a atribuição não seja exclusivamente uma questão de marcador da cor da pele, o significante conota uma diferença por extensão discursiva.

> Esse "efeito de naturalização" parece transformar a diferença racial em um "fato" fixo e científico, que não responde à mudança ou à engenharia social reformista. Essa referência discursiva à natureza é algo que o racismo contra o negro compartilha com o antissemitismo e com o sexismo (em que também "a biologia é o destino"), porém, menos com a questão de classe. O problema é que o nível genético não é imediatamente visível. Daí que, nesse tipo de discurso, as diferenças genéticas (supostamente escondidas na estrutura dos genes) são "materializadas" e podem ser "lidas" nos significantes corporais visíveis e facilmente reconhecíveis, tais como a cor da pele, as características físicas do cabelo, as feições do rosto (por exemplo, o nariz aquilino do judeu), o tipo físico e etc., o que permite o seu funcionamento enquanto mecanismos de fechamento discursivo em situações cotidianas. (HALL, 2006, p. 66 e 67)

Nesse sentido, é imprescindível falarmos de ideologia racista já naturalizada na sociedade. Em breve e rasa definição, a ideologia – segundo a definição do dicionário Soares Amora – seria a ciência que trata a formação de ideias, conjunto de convicções e convenções filosóficas, religiosas, jurídicas, sociais ou políticas; ou segundo o dicionário Aurélio que a classifica como princípios filosóficos que caracterizam o pensamento de um indivíduo. Assim, formam-se as construções discursivas no inconsciente coletivo, alojando-se na mente das massas da sociedade. Logo, são atribuídos aos negros e negras, por exemplo, os adjetivos de feiura, incapacidade intelectual e de liderança, inferioridade, marginalização, hipersexualição, entre outros estigmas. Já aos brancos e brancas, são associados os títulos de beleza, poder,

inteligência e excelência no ato de liderar.

Hall (2006) destaca não a teoria, mas o problema da ideologia em geral:

> O problema da ideologia é fornecer uma interpretação, dentro de uma teoria materialista, de como as ideias surgem. Precisamos compreender sua função em uma formação social particular, para informar a luta pela mudança da sociedade e abrir caminho para sua transformação socialista. Por ideologia eu compreendo os referenciais mentais – linguagens, conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistemas de representação – que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como a sociedade funciona. (HALL, 2006, p.250)

Ainda na categorização de conceitos, de acordo com o autor Munanga (2004), o racismo seria teoricamente uma "ideologia essencialista". Ou seja, um fato que divide a humanidade em grandes grupos chamados "raças contrastantes" – com características físicas hereditárias comuns e resultando em valores desiguais.

Há também uma necessidade urgente de melhor compreensão de quais adjetivos estão ligados à palavra "negro". Entre definições e atribuições, o termo está arraigado a uma cadeia de estereótipos, que fixam uma identidade pincelando uma realidade. Se terminologias "branco e negro" são construções discursivas, como decifrar a relação de inferioridade e dependência estabelecida entre esses grupos sociais? Sobre o significado "negro", o autor Stuart Hall (2002) ressalta:

> O momento essencializante é vulnerável porque naturaliza e desistoriciza a diferença, confunde o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético. No momento em que o significante "negro" é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político, e é alojado em uma categoria racial biologicamente construída, nós valorizamos, pela inversão, a própria base do racismo que estamos tentando desconstruir. Além disso, como sempre acontece quando naturalizamos categorias históricas (pensemos em gênero e sexualidade), nós fixamos este significante fora da história, da mudança e da intervenção políticas. E uma vez que ele é fixado, estamos tentados a usar "negro" como suficiente em si para garantir o caráter progressista da política que combatemos sob essa bandeira – como se não tivéssemos nenhuma outra política para discutir, exceto a de que algo é negro ou não é. (HALL, 2009, p. 326 e 327)

Em vista disso, se considerarmos o viés da identidade e subjetividade das mulheres protagonistas desta pesquisa, nos deparamos com a necessidade de tratar as questões sobre racismo a partir de fenômenos coletivos também – a nível pessoal e profissional.

Vozes negras de diferentes contextos e vivências partilham de sentimentos

comuns, assim como experiências, convicções e dilemas. Embora cada relato das jornalistas, que será apresentado no terceiro capítulo, tenha uma particularidade específica, é possível identificarmos ecos de exclusão em alguns trechos, resultantes da inferioridade da autopercepção e da crise de identidade. Fanon (2008) ilustra esse conflito no terceiro capítulo[6] de "Peles Negras e Máscaras Brancas" dedicado à situação da mulher negra, baseado no romance autobiográfico (*Je suis Martiniquaise*) escrito por Mayotte Capécia.

> Para ela, o branco e o negro representam os dois pólos de um mundo, pólos em luta contínua, uma verdadeira concepção maniqueísta do mundo; a sorte está lançada, não nos esqueçamos: branco ou negro, eis a questão! Sou branco, quer dizer que tenho para mim a beleza e a virtude, que nunca foram negras. Eu sou cor do dia... Sou negro, realizo uma fusão total com o mundo, uma compreensão simpática com a terra, uma perda do meu eu no centro do cosmos: o branco, por mais inteligente que seja, não poderá compreender Armstrong e os cânticos do Congo. (...) E avançamos num corpo a corpo com a própria negrura ou com a própria brancura, em pleno drama narcisista, cada um enclausurado na sua particularidade, embora de tempos em tempos, com alguns vislumbres, ameaçados contudo pelas origens. (FANON, 2008, p. 56)

Em termos de definições, recorremos a Nilma Lino Gomes (2005) que sintetiza o racismo como um comportamento e, ao mesmo tempo, um conjunto de ideias e imagens.

> O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças inferiores e superiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (GOMES, 2005, p. 52)

Presente de forma latente na história da humanidade, o racismo é estrutural e estruturante. Geralmente, analisamos o passado histórico, mas o racismo é um fator que se atualiza. Em cada época, ele se manifesta de uma forma e os "sujeitos-vítimas" são outros, frutos de novas construções de classificação. Carlos Moore (2007) define-o como um enraizamento em diversas esferas da sociedade:

> A dinâmica própria do racismo se desenvolve dentro do universo de atitudes, valores, temores e, inclusive, ódios – mesmo quando

[6] O nome do capítulo é "A mulher de cor e o branco".

> inconfessos –, infiltrando-se em cada poro do corpo social, político, econômico e cultural. Ambos os fenômenos surgiram historicamente de uma só vez, a partir de situações e condições *sui generis* e irreproduzíveis, mas que se replicaram ao longo dos tempos. (MOORE, 2007, p. 281)

Ele está inserido em um processo social e econômico maior, como instrumento hierarquizante de poder de exclusão na sociedade. Manifestado por atos discriminatórios, os pesquisadores Edson Borges, Carlos Alberto Medeiros e Jacques d'Adesky (2002) pontuam que este fenômeno se expressa de duas formas interligadas: a individual e a institucional[7].

Segundo os autores citados acima, de forma individual, o "racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos" (GOMES, 2005, p. 52). Já a forma institucional está relacionada às práticas discriminatórias sustentadas pelo próprio Estado. "Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos" GOMES, 2005, p. 53). Soma-se a isso a retratação estereotipada de pessoas negras na mídia e nos livros didáticos, por exemplo.

Nilma Lino Gomes (2012) faz ainda um alerta para a importância de "uma releitura histórica, sociológica, antropológica e pedagógica que compreenda, valorize e reconheça a humanidade, o potencial emancipatório e contestador do povo negro no Brasil" (GOMES, 2012, p. 8). A autora aponta que o racismo abala processos identitários:

> O racismo imprime marcas negativas em todas as pessoas, de qualquer pertencimento étnico-racial, e é muito mais duro com aqueles que são vítimas diretas. Abala os processos identitários. Por isso a reação antirracista precisa ser incisiva. Para se contrapor ao racismo faz-se necessária a construção de estratégias, práticas, movimentos e políticas antirracistas concretas. (GOMES, 2005, p. 52)

Já quando falamos em "etnicidade", direcionamos a discussão para questões mais culturais e religiosas, por exemplo, no que tange ao pertencimento ancestral (e étnico-racial) da população negra. Hall (2009) explica que, nesse sentido, a etnia frequentemente se contrapõe à raça:

---

[7] O conceito de racismo institucional será desenvolvido no terceiro capítulo, juntamente com as análises do estudo de caso.

> Essa oposição binária pode ser delineada de forma muito simplista. O racismo biológico privilegia marcadores como a cor de pele. Esses significantes têm sido utilizados também, por extensão discursiva, para conotar diferenças sociais e culturais. A "negritude" tem funcionado como signo da maior proximidade dos afrodescendentes com a natureza e, consequentemente, da probabilidade de que sejam preguiçosos e indolentes, de que lhes faltem capacidades intelectuais de ordem mais elevada, sejam impulsionados pela emoção e o sentimento em vez da razão, hipersexualizados, tenham baixo autocontrole, tendam à violência e etc. Da mesma forma, os estigmatizados por razões étnicas, por serem "culturalmente diferentes" e, portanto, inferiores, são também caracterizados em termos físicos (embora talvez não tão visivelmente quanto os negros), sustentados por estereótipos sexuais (os negros seriam excessivamente masculinizados, os orientais afemininados etc). O referente biológico nunca opera isoladamente, porém nunca está ausente, ocorrendo de forma mais indireta nos discursos de etnia. Quanto maior a relevância da "etnicidade", mais as suas caraterísticas são representadas como fixas, inerentes ao grupo, transmitidas de geração em geração não apenas pela cultura e a educação, mas também pela herança biológica, inscrita no corpo e estabilizada, sobretudo, pelo parentesco e pelas regras do matrimônio endógamo, que garantem ao grupo étnico a manutenção de sua "pureza" genética e, portanto, cultural. (HALL, 2009, p. 67)

Assim, quando falamos de racismo e diferença cultural, estamos tratando de duas lógicas do racismo (HALL, 2009). A identidade coletiva do grupo social é especialmente pautada pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e territórios (BOBBIO, 1992, p.449). O compartilhar do mesmo passado e tradição histórica também são elementos significativos e diferenciadores. Em umas das definições do "Dicionário de relações étnicas e raciais", Ellis Cashmore (2000) nos diz que:

> Um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, pelo menos em forma latente, de terem origens e interesses comuns. Um grupo étnico não é um mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas. (CASHMORE, 2000, p. 196)

Quando, então, falamos em etnicidade, nos voltamos sempre para um compartilhar cultural de um grupo específico que possui um elo em comum. Assim, forma-se uma comunidade de origens e interesses que são divididos, perpetuados e ressignificados pelas experiências de enfrentamento e resistência.

1.3 A perspectiva interseccional de gênero[8]

Aqui vamos tratar da estrutura de gênero alinhada ao reconhecimento do papel do racismo e outras formas de discriminação que atravessam esta categoria a ser desenvolvida. Tratar da dimensão sob a perspectiva de que há um grupo específico de mulheres apresentam experiências distintas sujeitas a opressões (COLLINS, 2000) – definida como "qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período de tempo, um grupo é negado para que o outro acesse os recursos da sociedade" (COLLINS, 2000, p. 4, tradução nossa).

A obra "O Segundo sexo" (1949), de Simone de Beauvoir foi inédita na história do feminismo por apresentar bases para redefinir o significado de "ser homem ou mulher". Assim, também a compreensão das relações de gênero se estruturou como como "uma forma primeira de significar poder" (SCOOT, 1989. p. 21). Com o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos estudos sobre a temática, a mulher enquanto categoria de análise passou por diversos questionamentos quanto à definição de uma única, intacta e indivisível identidade biológica. A difusão das perspectivas pós-estruturalistas direcionadas pela noção foucaultiana apresentou, então, a ideia de que a sexualidade é uma construção sócio-histórica forjada por discursos e instituições (FOUCAULT, 2005).

Nesse diálogo, o conceito de gênero tem sido discorrido por intermédio de noções de desconstrução e da diferença na era pós-moderna. Elisa Larkin Nascimento (2003) pontua que:

> No que se refere à identidade, o conceito de gênero, com seu enfoque relacional e sua desconstrução da noção do feminino como condição natural ou biológica, implica a constituição de um campo de identidade feminina mais flexível que as noções elaboradas por algumas feministas com base na especificidade da função materna ou na suposta emotividade ou subjetividade da mulher. A identidade emerge não como algo fixo ou essencial, mas como processo de identificações. (NASCIMENTO, 2003, p.75)

Conforme veremos no próximo tópico sobre identidade, para falarmos sobre ela é preciso levar em consideração sua complexidade paradoxal diante de um vasto campo de áreas disciplinares. A obra de Stuart Hall intitulada "Quem precisa de Identidade"

[8] Aprofundaremos a discussão do conceito a partir da perspectiva de feministas negras.

aborda, entre definições e diferentes abordagens, as problematizações relacionadas ao conceito. O autor faz um breve mapeamento de construções (e desconstruções) discursivas na filosofia e na crítica feminista, cultural e antiessencialista. No entanto, ele reitera uma pergunta crucial para o caráter argumentativo do artigo: “Onde está, pois, a necessidade de mais uma discussão sobre a ‘identidade’? Quem precisa dela?”. (HALL, 2000, p. 103)

Nessa perspectiva, Hall se propõe a apresentar respostas partindo de dois pressupostos: a fragmentação dos conceitos essencialistas e a problemática da irredutibilidade do conceito de identidade. Diante disso, o autor diferencia a questão da identidade e da identificação. Enquanto o primeiro termo caracteriza uma prática discursiva mutante, que se adequa conforme o contexto vivenciado, o segundo enfatiza o processo de subjetivação, passível de inúmeras simbologias semânticas. “A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo” (HALL, 2000, p. 106). O processo de identificação, segundo a citação de James Souter (1995), não é, nunca, plenamente e finalmente feito, porém incessantemente reconstituído, contestado e (re)consolidado. Ou seja, há sempre mais a explorar, aprofundar e rediscutir.

Retomando, porém, à teorização do gênero, cabe ressaltar que o feminismo negro emerge frente à perspectiva de questionar as desigualdades raciais , desafiando à universalização das experiências, como vemos no feminismo hegemônico, por exemplo. Assim, há três tipos de relações para pensarmos a condição das mulheres negras sob esta lente: intragênero (com a mulher branca), intrarraça (com o homem negro) e inter-racial/intergênero (com o homem branco). Nesse sentido, a opressão racial é o elemento que entra em cena para evidenciar – confrontar – as vivências em detrimento da raça e do gênero.

Segundo bell hooks (2000), “o racismo e o sexismo criam uma combinação prejudicial de barreiras entre as mulheres” (hooks, 2000, p.9). Lembrando que, o vetor da raça influi direta e primeiramente na vivência das mulheres negras como elemento limitante das possibilidades de sucesso, reconhecimento e representação positiva desse grupo específico. Diante disso, o feminismo negro se propõe a questionar os sistemas de dominação impostos historicamente, resultando em práticas racistas e sexistas nesta

sociedade.

Logo, pontuamos que nos cabe aqui tratarmos do eixo das desigualdades de raça e gênero entre as mulheres negras, especificamente as jornalistas negras protagonistas da pesquisa. Enquanto categoria de análise, analisaremos as questões de opressão e do sexismo. Como Sueli Carneiro (2003) coloca:

> Em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo continuaram no silêncio e na invisibilidade. (CARNEIRO, 2003, p. 118)

A expressão que acorrenta o feminismo sob ótica eurocêntrica e universal nos alerta para as barreiras levantadas quando não se compreende que estamos falando de mulheres com vulnerabilidades diferentes. Por isso, é necessário sempre perguntar de quais realidades de gênero estamos falando? Não podemos unifica-las e tratar de forma unilateral. Este é um dos primeiros passos para a base da compreensão do feminismo negro e tensionar todos os limites da lógica “tradicional”.

Os conceitos se aplicam a nossa dinâmica de pesquisa por compreendermos o peso da dimensão de raça – inseridas em perspectivas sexistas – e lidarmos com sujeitos que, de certa forma, tentam romper com a lógica de opressão em seus ambientes de trabalho. Vamos estudar, por meio das narrativas das jornalistas, como as desigualdades raciais beneficiam mulheres brancas (independentemente de se intitularem feministas ou não), que acabam sendo vistas como iconografias que não movem as estruturas por igualdade. Muito pelo contrário: muitas vezes permanecem em suas zonas de conforto e ocupando a centralidade de um lugar que perpetua a existência de uma ‘voz única’, invisibilizando as lutas de vozes negras e femininas.

1.4 Percepções identitárias em questão

Diante de tantas concepções existentes na definição de identidade, recorremos a

Stuart Hall (2015), que reconhece a complexidade da significação do termo, pontuando-o como algo que não é fixo, essencial ou permanente. “A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1987).

Hall (2015) define-a, então, como algo construído por meio de processos inconscientes e argumenta que vivemos um período no qual “as identidades modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas” (HALL, 2015, p.9). Ou seja, nossas subjetividades estariam sujeitas às contradições de sentidos, convicções e posições assumidas no decorrer do nosso cotidiano. Somos paradoxais, portadores de opiniões e pensamentos mutáveis, assim como certezas flexíveis ao tempo e espaço. Na verdade, o autor enfatiza a multiplicidade de apresentações de nós mesmos:

> O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (...) A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com as quais poderíamos nos identificar a cada uma delas – ao menos temporariamente. (HALL, 2015, p. 12)

Frente aos questionamentos no que tange à compreensão da identidade, deparamo-nos com a indagação a respeito do que seria, enfim, a identidade negra. Na obra chamada “Crítica da Razão Negra”, Achile Mbembe (2014) esclarece que “a razão negra consiste portanto num conjunto de vozes, enunciados e discursos, saberes, comentários e disparates, cujo objeto é a coisa ou as pessoas de origem africana” (MBEMBE, 2014, p. 57). Tais vozes que discordam e concordam entre si, trazendo a necessidade do que o autor chama de “declaração de identidade”:

> Quem sou eu? Serei eu, em boa verdade, quem dizem que eu sou? Será verdade que não sou nada a não ser isto – a minha aparência, aquilo que se diz e se quer de mim? Qual é meu verdadeiro estado civil e histórico (...) O negro diz de si mesmo que é aquilo que não foi apreendido; aquele que não está onde se diz estar, e muito menos onde o procuramos, mas antes no lugar onde não é pensado (MBEMBE, 2014, p. 59).

Falar especificamente de identidade negra envolve afetividade e outros desdobramentos, além de fazer parte de uma construção plural de fenômenos vivenciados ao longo da trajetória de vida de um indivíduo. Ela, então, se pauta em termos de definição sob ótica de exclusão:

> A identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. (...) Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as) (GOMES, 2005, p.43).

Experiências socializadoras fazem parte dessa construção social, travam um conflitos, negociações e diálogos abertos entre o mundo interior e o mundo exterior. Para cada etapa da vida, nos encaixamos em uma teia de motivações e engajamentos com finalidades distintas. Isso envolve escolhas, expectativas e posicionamentos. Mônica Sacramento postula a identidade étnico-racial como parte constitutiva das experiências cotidianas dos sujeitos, pois "associa-se a outras dimensões identitárias, tais como as atribuições de geração, de gênero, de orientação sexual, de território, religiosos, entre outras, produzindo-se por meio de densos mecanismos." (SACRAMENTO, 2016, p. 114)

Além disso, cada vivência – em especial, na infância e juventude – possui um peso maior sob a forma de autopercepção e engajamento político na vida social. Segundo Sacramento, tais experiências "são responsáveis pela forma como internalizamos os sentidos e representações sobre nossos semelhantes e apreendemos o mundo como realidade dotada de sentido" (SACRAMENTO, 2016, p.114). É nesta etapa que se fortalecem os conceitos sobre a imagem de si, decodificando o que recebemos de positivo e negativo para a construção da autoestima.

1.5 Operação conjunta da interseccionalidade

No final da década de 80, a ativista norte-americana na área dos direitos civis Kimberlé Crenshaw apresenta o conceito disponibilizado como fonte de análise da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Durban, 2001): a interseccionalidade. Crenshaw assumiu o compromisso de estudar mais sobre esse fenômeno após um episódio que vivenciou numa agremiação de estudantes de Harvard, quando estava no primeiro ano da faculdade de Direito. Seu objetivo era acompanhar um amigo a fim de prestigiar o primeiro aluno negro a passar por aquele famoso ritual na instituição – que até o dado momento não aceitava pessoas negras. Ao chegarem lá, ambos já estavam preparados para enfrentar algum tipo de discriminação. Assim, logo na entrada da agremiação, o colega negro e anfitrião lhes avisou que eles não poderiam entrar pela porta da frente. Por quê? "*Não é uma questão de discriminação racial. Você pode entrar pela porta da frente*", disse ele ao rapaz. "*A Kimberle é que não pode, porque ela é mulher*", esclareceu. A partir desse momento, ficou explícito que a discriminação, então, era de gênero. Como, porém, dissociá-las?

Desde então, o conceito de interseccionalidade se apresenta para a identificação de como a discriminação racial e a discriminação de gênero operam juntas, limitando as chances de sucesso entre as mulheres negras. Em uma entrevista sobre a temática, Kimberlé contextualiza e justifica a continuidade do uso do termo:

> Em cada geração, em cada esfera intelectual e até mesmo em cada momento político, existiram mulheres afro-americanas que se articularam a partir da necessidade de pensar e falar sobre raça através de uma lente que observe a questão de gênero, ou pensar e falar sobre feminismo através de uma lente que observe a questão de raça. (CRENSHAW, 2014, p.1)

Fernanda Lopes e Jurema Werneck (2010) definem o fenômeno sob um viés mais abrangente da seguinte forma:

> Sua utilização como ferramenta de análise permite visibilizar a complexidade da vivência cotidiana, que cria um contexto híbrido e fluido onde diferentes pessoas e grupos existem, se articulam e empreendem suas lutas por melhores condições de vida. Um aspecto que a interseccionalidade permite destacar é a impossibilidade de se isolar qualquer um dos fatores atuantes na vida de indivíduos e grupos no extremo da marginalização social, seja raça, cor, etnia, gênero, classe social, vida com HIV e AIDS, porte de deficiência ou qualquer outro, em detrimento da percepção da complexidade e das correlações e potencializações entre eles. (LOPES; WERNECK, 2010, p. 18)

De acordo com Ina Kerner (2012), as discussões e embates sobre a

interseccionalidade alcançaram um espaço pertinente na pesquisa sobre gênero. Tendo-o como uma categoria de análise relacional, é possível identificar as relações sociais em suas tantas dimensões – "respeitando os múltiplos modos de ser masculino e feminino fora do determinismo de uma divisão biológica e única entre os sexos" (BASTHI, 2011, p. 33). Conforme discorremos no tópico 1.3, o gênero define o "ser mulher" e "ser homem" dentro de uma construção social.

Para compreender a operação da interseccionalidade, é preciso refletir na "coexistência de diferentes fatores (vulnerabilidades, violências, discriminações), também chamados eixos de subordinação, que acontecem de modo simultâneo na vida das pessoas" (WERNECK, 2007, p.3). Ela aponta que, dessa forma, o conceito facilita a compreensão a respeito da "complexidade da situação de indivíduos e grupos".

Na cartilha "Construindo a Equidade: estratégias para implementação de políticas públicas para a superação das desigualdades de gênero e raça para as mulheres negras", há um gráfico ilustrativo que nos ajuda a visualizar melhor a operacionalidade da interseccionalidade. Jurema Werneck explica que ela corresponde ao encontro, ou seja, a intersecção, dos múltiplos fatores que influem na vida da mulher negra em sua individualidade e viés coletivo. Vejamos:

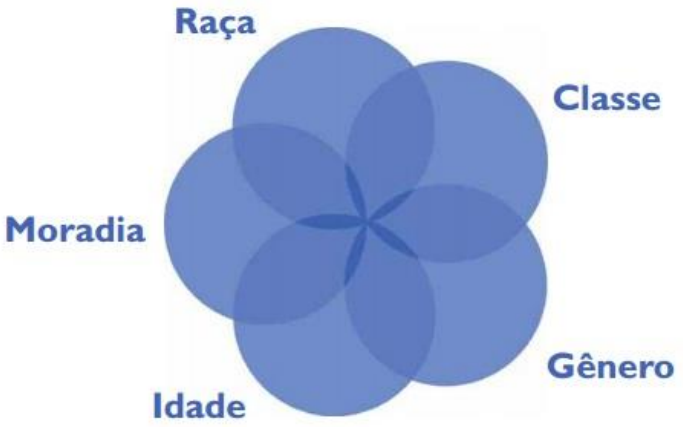


Figura 1 – Ilustração da interseccionalidade

Fonte: AMNT[9] (2007)

Segundo Werneck (2007), "o ponto central onde, como se verifica na figura, a cor fica mais intensa, significa que a interseccionalidade que produz a forma concreta como estes diferentes fatores agem sobre as pessoas em geral e as mulheres negras em particular" (WERNECK, 2007, p.4).

[9] Articulação de Mulheres Negras Brasileiras.

A fim de compilar e esclarecer o conceito, pontuamos[10] algumas perspectivas da finalidade e operacionalidade da interseccionalidade desenvolvidos explicitamente na cartilha citada:

- A interseccionalidade nos permite pesquisar e viabilizar a existência ou não de desvantagens produzidas pela sociedade desigual sobre as pessoas;
- No caso das mulheres negras, as desvantagens podem ser resultantes das discriminações de raça/ser negra; de gênero/ser do sexo feminino; de classe social/ser pobre, de moradia/residir em favelas ou áreas rurais mais afastadas; de idade/ser jovem ou idosa; orientação sexual/ser lésbica; à presença de deficiência ou não, entre outros;
- Destaca a impossibilidade de isolar ou privilegiar qualquer uma das características atuantes na vida de indivíduos e grupos (seja raça, gênero, classe sócia, seja outro fator), pois o isolamento prejudica a percepção da complexidade, das correlações e das potencializações entre os eixos;
- A utilização nos permite compreender e enfrentar de forma mais precisa a articulação entre as questões de gênero e raça, uma vez que eles não se desenvolvem de modo isolado nem afastam outros fatores passíveis de produzir desigualdade e injustiça da vida cotidiana.

1.5 Intersecção de experiências

As condições diferenciadas para homens e mulheres está inserida no contexto histórico, político, social, cultural e econômico do Brasil. Faz parte das desigualdades estruturais que afetam esses dois grupos. Não obstante, as categorias de gênero tornaram-se, assim, uma dupla mutuamente excludente na direção de uma nação menos sexista, machista e racista. Crenshaw (2002) alerta que a compreensão da interseccionalidade parte do reconhecimento de que “as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ambas as categorias precisam ser ampliadas para

[10] Reprodução e adaptação.

que possamos abordar questões de interseccionalidade" (CRENSHAW, 2002, p. 8).

Isso quer dizer que: embora homens e mulheres possam vivenciar episódios de racismo, há também situações específicas no que tange à questão do gênero. Há experiências particulares de mulheres negras no dia a dia, o que nos permite pautar a discussão no pilar das "diferenças dentro da diferença" (CRENSHAW, 2002, p.9). A chave da interseccionalidade está nos grupos sobrepostos nos entrelaçamentos das invisibilidades e estigmatizações.

> Nesse sentido, o racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária. A recorrência abusiva, a inflação de mulheres loiras, ou da "loirização", na televisão brasileira, é um exemplo dessa disparidade. (CARNEIRO, 2003)

Conscientes das múltiplas contradições que a racialidade impõe, o conceito abriga a coexistência de diferentes fatores discriminatórios que agem com uma operacionalidade conjunta na vida das pessoas. Essa confluência estrutura um dos principais eixos de desigualdade no Brasil, agravados pelos padrões racistas e sexistas da sociedade.

1.6 Mulheres negras: sujeito político e coletivo

Dia 25 de julho faz parte da agenda internacional. Em 1992, foi instituído que seria o Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, no I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas. Não apenas um mero registro, a data representa um salto na trajetória de luta e resistência de nós, mulheres negras, contra as múltiplas facetas de opressões vivenciadas todos os dias. A celebração dá destaque ao valor da negritude feminina, trazendo um alerta à realidade racista e sexista vivenciada pelas mulheres negras que sofrem com múltiplas discriminações e desigualdades, além de mobilizar anualmente manifestações de mulheres nas ruas, encontros temáticos para debater a pauta e impulsionar a conscientização da opressão de gênero e raça.

Partindo da perspectiva da mulher negra como objeto de estudo, as experiências

de cada um escondem diferentes estratégias que as ensinaram a lidar com o racismo, buscando novo sentido, identidade e pertencimento por intermédio da militância no sentido de uma mudança sociorracial e de gênero na realidade brasileira. Outra marca forte são os eixos de subordinação de gênero, raça, classe social, geração e idade que, por sua vez, trazem à tona as diferentes facetas da discriminação racial e exploração de classe.

Jurema Werneck pontua o quanto o contexto de agenda das mulheres negras é encoberto pela invisibilidade, resultando em quadros de violência, recusa e abandono. "Capturada nesse cenário, a mulher negra ganha sentido nos papéis de "inferior" e "passiva, a partir daí, o Brasil republicano se organiza e se afirma como terra inóspita (para dizer o mínimo) para nós." (WERNECK, 2012, p.8)

O *dossiê* intitulado "A Situação das Mulheres Negras no Brasil – Violências e Violações" é um material organizado em parceria pelo Geledés (Instituto da Mulher Negra) e pela Crioula (Organização de Mulheres Negras). Ele apresenta diferentes formas de injustiças, violência e descaso público com a vida e os direitos femininos. Logo no prefácio do livro, há um alerta:

> Para proteger a vida e os direitos de mulheres e meninas negras, é imprescindível que mecanismos, soluções e remédios atuem sobre as experiências e necessidades específicas deste grupo populacional, incorporando a perspectiva de enfrentamento ao racismo patriarcal heteronormativo, ao racismo institucional, econômicos e psíquicos na vida das mulheres negras. (IRACI; WERNECK, 2016, p.2)

O *dossiê* traz experiências e relatos reais de racismo patriarcal heteronormativo, dados demográficos, situação social, participação em espaços de poder e decisão, definições de violência na vida das mulheres negras (assassinatos, agressão contra lésbicas, trans e travestis negras), morte materna, contra quilombolas, violência de gênero, política, intolerância religiosa, racismo institucional, o impacto do vírus *zika* sobre as mulheres negras, entre outras pautas de enfrentamento e direito à vida.

Segundo os dados demográficos apresentados, entre 2002 e 2013, os assassinatos de mulheres negras tiveram um aumento de 54.2%, enquanto no mesmo período houve uma redução de 9.3% entre as mulheres brancas. Entre 2011 e 2013, 16 mulheres morreram assassinadas por dia, 488 por mês, 5.860 por ano. E mais: em todo o Brasil, a taxa de homicídios de mulheres negras é 2.25 vezes mais alta do que a taxa de homicídio entre mulheres brancas. É importante ressaltar aqui que, independentemente

do fenótipo, não desejamos que nenhum ser humano seja assassinado. Estamos, porém, dando ênfase à discrepância de dados alarmante resultante do racismo.

As estatísticas denunciam diversas formas de mortes e injustiças contra mulheres, mostrando que as discriminações raciais e de gênero têm sido barreiras no direito à vida plena desses seres humanos. Quando a pauta é a situação social, o IPEA mostra que elas entram no principal grupo em situação de pobreza: apenas 26.3% das mulheres viviam entre os não pobres, contrastando 52.5% das mulheres brancas também.

No que tange à participação em espaços de poder público e decisão: a presença das mulheres negras soma 3% no cargo de Ministrado (2016), 1% no Parlamento (Câmara de Deputados e Senado, 2014) e 0.5% nas diretorias das 500 maiores empresas do Brasil. Todos os dados foram apresentados no *dossiê*.

> Triplamente discriminada, por ser mulher numa sociedade machista, negra numa sociedade racista e pobre numa sociedade de classes, coloca-se como uma questão de grande importância analisar e, ao mesmo tempo, procurar romper com a visão esterotipada da mulher negra desqualificada, intelectual e socialmente. Inicialmente deve-se admitir a identidade específica da mulher negra, com o objetivo de reforçar a sua identidade positiva no contexto da sociedade multicultural e plurirracial brasileira, visto que nem o movimento negro e nem o movimento feminista têm contemplado este segmento adulto, que é o mais espoliado, marginalizado e excluído socialmente. (QUINTÃO, 2004, p.51)

A construção do novo sujeito político, social e feminino – que é simultaneamente individual e coletivo – é fruto de uma sucessão de lutas na contramão das opressões. Reconhecemos a profunda desigualdade construída historicamente, que se reflete nas oportunidades, violências. Uma vez consciente da realidade social e desigual na qual estão inseridas, os passos inverteram a lógica do silêncio. Encontramos mulheres negras que se tornaram fortes referências na academia, na literatura, na medicina, nos estudos sobre feminismo negro, na ciência, no jornalismo, entre outros. A jornalista Angélica Basthi pontua:

> A luta das mulheres pela inserção de uma representação feminina isenta de estereótipos, pela adoção de uma linguagem de gênero não discriminatória e pelo reconhecimento da participação das mulheres em vários setores da sociedade não alcançará a sua plenitude sem o combate às práticas e mecanismos de exclusão racistas e etnocêntricas presentes na mídia em relação às mulheres negras e indígenas. (BASTHI, 2011, p.18)

Temos vários desafios em curso. A luta pela linguagem de gênero que não universalize a categoria masculina no fazer jornalístico, por exemplo, é um deles. Não generalizar também a situação das mulheres no debate – conforme o feminismo hegemônico – é outro ponto crucial. Logo, é preciso lidar com as realidades e vulnerabilidades, mapeando as exclusões enfrentadas e traçar planos de ação na mídia e em espaços de poder – para que, assim, o alcance da plenitude seja um caminho possível.

1.7 Jogo de estatísticas: a cor do mercado de trabalho

Embora o campo do jornalismo seja o recorte desta pesquisa, vamos apresentar dados gerais e específicos da participação de mulheres negras no mercado de trabalho. Os obstáculos sexistas e racistas ainda têm forte influência nesse sentido. Diferentes pesquisas e estatísticas já comprovaram o crescimento significativo da participação feminina na atuação profissional. Em contrapartida, há um *déficit*. Embora seja uma conquista visível, as mulheres ainda recebem menores salários, ocupando posições mais inferiorizadas, além de uma constelação de desvantagens nas funções de comando.

O relatório[11] *Women at Word Trends 2016* (Mulheres no Trabalho: Tendências 2016) avaliou dados estatísticos de 178 países e, embora tenha reconhecido avanços conquistados pelas mulheres em diversas áreas (em especial, na educação), mostrou que a desigualdade de gênero ainda é persistente no cenário global – no que tange às posições no mercado. Em uma década, a desigualdade de gênero reduziu apenas 0,6%. A relação emprego-população foi registrada de 46% para mulheres e aproximadamente 72% para os homens.

Em relação ao salário, o estudo mostrou que as mulheres ganham 23% a menos do que os homens. O relatório pontua que a diferença salarial não pode ser justificada pelas disparidades de educação ou idade. Entre as possibilidades apresentadas estão: 1) a desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres; 2) a discriminação; 3) a possível necessidade de interromper a carreira ou reduzir a carga horária para o cumprimento de

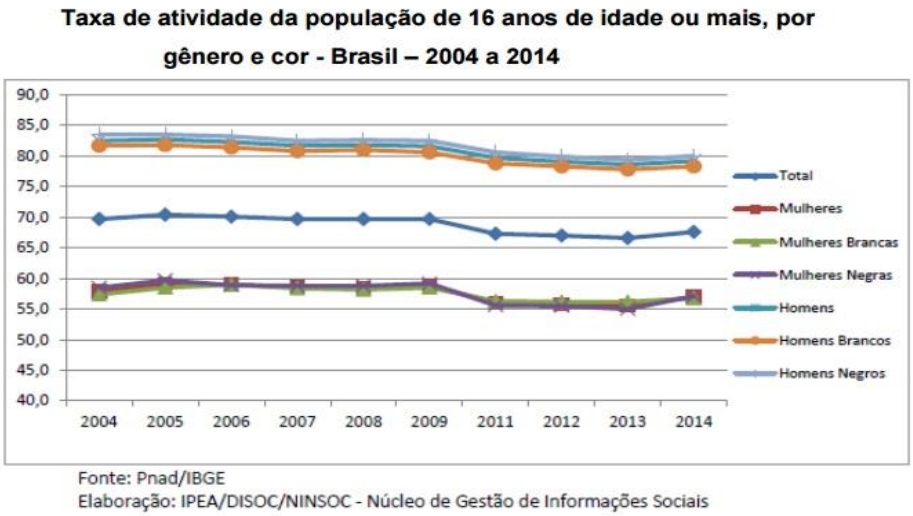
[11] http://www.ilo.org/gender/Informationresources/Publications/WCMS_457086/lang--en/index.htm
Acesso em: 15 de março de 2017

responsabilidades e demandas extras.

Na primeira tentativa do *World Economic Forum* de mapear a dimensão da disparidade de gênero em 58 países, o Brasil ocupou 51ª posição no ranking. “Alcançar a equidade de gênero, no entanto, é um processo de esmagadora lentidão, pois desafia uma das mais profundamente arraigadas atitudes humanas”, afirma a organização. A metodologia se baseou na avaliação em termos quantitativos da participação econômica, oportunidade econômica, empoderamento político, avanço educacional e saúde e bem-estar para estimar os padrões de desigualdade entre homens e mulheres.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, não há grande discrepância nos registros de atividade profissional entre as mulheres sob o viés racial – entre os anos de 2004 a 2014. “Enquanto os homens, sejam brancos ou negros, apresentam taxas de atividade da ordem de 80%, as mulheres de ambos os grupos raciais não alcançam 60%. Ou seja, de cada 10 mulheres, 4 não conseguem se colocar disponíveis no mercado de trabalho” (IPEA, 2016, p.6). Observemos as tendências ilustradas no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – População por gênero e cor



Fonte: Pnad e IBGE (2010)

No campo midiático, ao fazer um recorte de gênero e raça no jornalismo, Angélica Basthi problematiza o caso específico da atuação de mulheres jornalistas:

> O mercado de trabalho apresenta distorções no tratamento de gênero

> para as mulheres em geral e também, especificamente, para as mulheres negras e indígenas. As mulheres jornalistas, como todas as mulheres trabalhadoras, são expostas cotidianamente às discriminações de gênero. São perseguidas sexualmente ou moralmente por serem mulheres. Ainda que a maioria nas redações e desempenhem as mesas funções que os colegas do sexo masculino, as mulheres não ocupam proporcionalmente as chefias, ganham menos e são desconsideradas na seleção de vagas porque engravidam ou porque têm filhos ou filhas. Em alguns casos, os homens chegam a ter preferência para fazer as pautas de maior impacto na opinião pública ou que representem os espaços masculinos "tradicionais." (BASTHI, 2011, p.20)

Os argumentos da jornalista Angélica Basthi apontam que, do ponto de vista étnico e racial, sim, ainda há pouca participação de mulheres negras nas redações. O que, consequentemente, colabora para as desigualdades no perfil dos corpos profissionais e acentua a invisibilização de pautas que destruam os estereótipos e da necessidade de se falar sobre o racismo estrutural e estruturante na sociedade. Porém, trata-se, na verdade, de um conjunto de outros fatores que agravam o racismo institucional perpassado pela questão do gênero: representação, salário, posição de cargo/destaque, posicionamento político, entre muitos outros.

Embora antiga, uma pesquisa[12] feita pela revista Imprensa sobre a presença de jornalistas negros e negras nas empresas de comunicação do país apresentou que, de 230 redações que responderam ao questionário, apenas 85 indivíduos (quantidade relativa a 36%) ocupavam cargos de chefia dentro 3.400 pessoas. Resultado: 1.6% de pessoas negras no comando das decisões, pautas e reportagens.

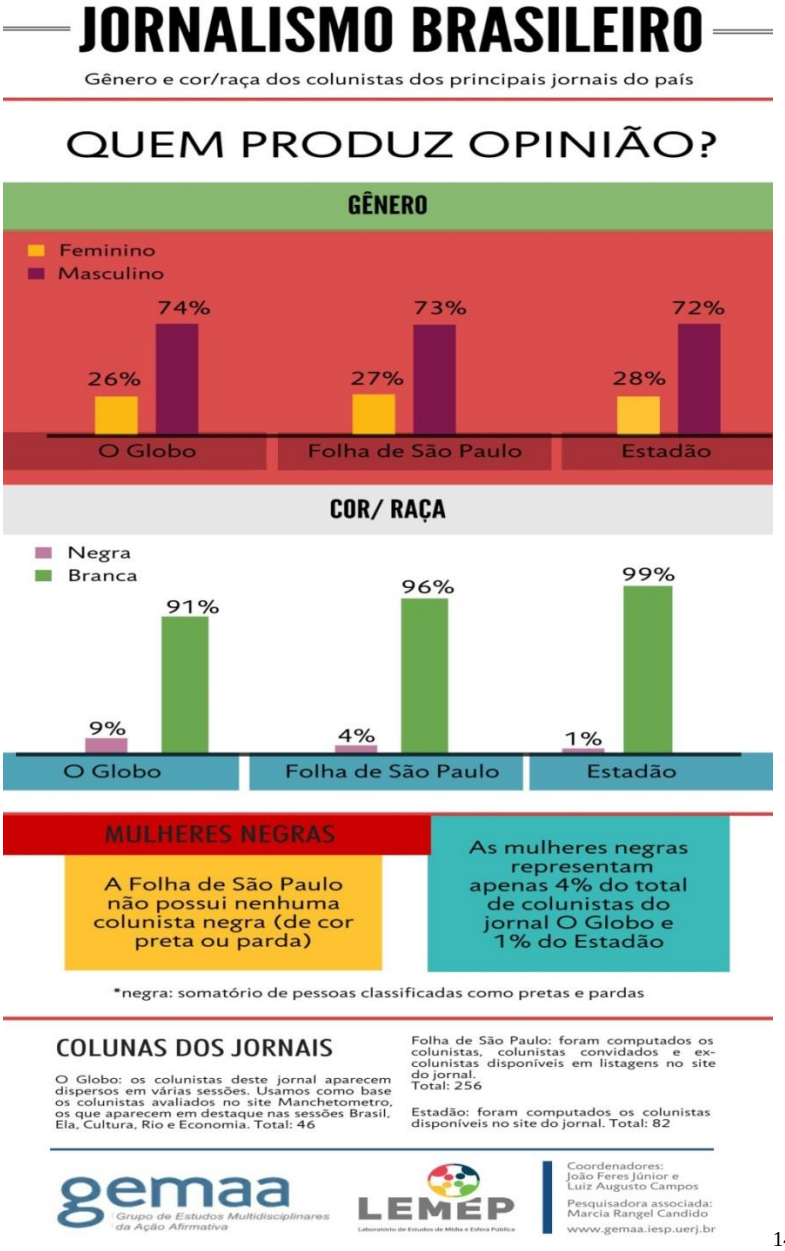
Outra pesquisa citada por Ana Maria Gonçalves, colunista do *The Intercept Brasil*, em uma breve produção audiovisual[13], fez uma análise da presença de colunistas por cor e raça nos jornais: *O Globo*, *Estadão* e *Folha de S. Paulo*. Os dados de 2015 e divulgados pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), mostraram uma iniciativa do *Machetômetro*, na qual o Laboratório de Mídia e Esfera Pública do IESP-UERJ acompanhou os principais jornais impressos e o Jornal Nacional e seus atuantes. A equipe chegou às seguintes conclusões:

---

[12] Os dados foram encontrados no artigo *O negro sem cor no Jornalismo*, escrito pelo jornalista Rogério Ferro. A revista Imprensa divulgou a pesquisa na edição número 165, publicada em outubro de 2011.

[13] https://theintercept.com/2016/12/02/the-intercept-brasil-apresenta-ana-maria-goncalves-nova-colunista-de-assuntos-etnicos-raciais-e-politicos/
Acesso em: 15 de março de 2017.

- O gênero masculino é predominante nos três jornais;
- Baixa participação de mulheres negras e, praticamente, uma exclusão de homens negros;
- A Folha de S. Paulo não possui nenhuma colunista negra.



[14]

Figura 2 – Distribuição de jornalista por cor/raça

Fonte: GEMAA (2015)

[14] Gráfico.

Segundo Ana Maria, o levantamento[15] revelou que, dentre os 555 analisados, uma média de seis a quatro trabalhavam em cadernos de esporte, automóvel ou cobriam Carnaval. “Não eram jornalistas de opinião que poderiam pautar o tema racial”, afirma Ana Maria.

Outra pesquisa científica feita por Claudia Rosa Acevedo e Luiz Valério de Paula Trindade (2011) apresentou uma análise de 27 telejornais e seus 65 apresentadores homens e mulheres, em 2009. O objetivo restringiu-se à identificação de jornalistas negros e negras em posições de destaque na apresentação dos programas selecionados de sinal aberto. Os acessos foram feitos por meio dos *websites* das emissoras TV Cultura, Rede Record, RedeTV!, Bandeirantes, Rede Globo, SBT e Gazeta. Resultado quantitativo: 6,15% de apresentadores negros e negras e 93,85% de brancos e brancas.

A análise mostrou que há um predomínio da participação do sexo masculino (52,46%) sobre o feminino (47.54%). Entre os apresentadores negros e negras, a predominância é feminina – 75% ante 25%. Segue abaixo o quadro elaborado pela autora e pelo autor do artigo:

Tabela 1 – Distribuição e jornalistas apresentadores brancos e negros por jornal

Emissora	Horário	Nome do Telejornal	Apresentadores							Participação Relativa/Progra		Participação Relativa/Emiss	
			Brancos			Afro-descendetes							
			Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Total Geral	Brancos	Afros		
Cultura	21:00	Jornal da Cultura	Adlo Quiroga	Laila Dawa, Michele Dufor, Adriana Couto	4				4	100%	0%	100%	0%
SBT	05:00	Jornal do SBT Manhã	Hermano Henning	Analice Nicolau	2		Joyce Ribeiro	1	3	66,70%	33,30%	80%	20%
	21:30	SBT Brasil	Carlos Nascimento		1								
	00:00	Jornal do SBT	Carlos Nascimento	Cynthia Benini	2								
Globo	06:25	Bom Dia SP		Mariana Godoy	1				1	100%	0%	93,10%	6,90%
	07:15	Bom Dia Brasil	Renato Machado, Alex Escobar, Alexandre Garcia	Renata Vasconcelos, Cláudia Bontempo, Michelle Loreto, Miriam Leitão	7				7	100%	0%		
	12:00	SPTV 1ª Edição	Chico Pinheiro, Carlos Tramontina	Carla Vilhena, Flávia Freire, Rosana Jatobá	5				5	100%	0%		
	12:45	Globo Esporte	Tiago Leifert	Glenda Kozlowski	2				2	100%	0%		
	13:15	Jornal Hoje	Evaristo Costa	Sandra Anneberg, Mariana Godoy, Ana Paula Araújo, Rosana Jatobá	5		Zileide Silva	1	6	83,30%	16,70%		
	19:00	SPTV 2ª Edição	Carlos Tramontina, César Trali	Monalisa Perrone	3				3	100%	0%		

[15] http://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/jornalismo-brasileiro-genero-cor-raca-dos-colunistas-dos-principais-jornais/
Acesso em: 20 de fevereiro de 2017

	20:15	Jornal Nacional	William Bonner, Alexandre Garcia, Chico Pinheiro, Renato Machado, Márcio Gomes, William Waack	Fátima Bernardes, Carla Vilhena, Sandra Annenberg, Renata Vasconcelos	10	Heraldo Pereira			10	100%	0%		
	01:25	Jornal da Globo	William Waack, Arnaldo Jabor, Carlos Alberto Sardeng, Alexandre Garcia	Christiane Pelagio	5				5	100%	0%		
Record	07:00	São Paulo no Ar	Luciano Faccioli		1				1	100%	0%	100%	0%
	08:00	Fala Brasil	Marcos Hummel	Luciana Liviero	2				2	100%	0%		
	18:10	SP Record	Reinaldo Gottino		1				1	100%	0%		
	20:00	Jornal da Record	Celso Freitas	Adriana Araújo	2				2	100%	0%		
Rede TV	19:20	Notícia das 7		Cristina Lyra	1				1	100%	0%	100%	0%
	21:20	Rede TV News	Rodolpho Gamberini	Flávia Noronha	2				2	100%	0%		
Gazeta	11:00	Gazeta News		Anna Paola	1		Luciana Camargo	1	2	50%	50%	88,89%	11,11%
	17:50	Gazeta News		Anna Paola	1		Luciana Camargo	1	2	50%	50%		
	18:00	Gazeta Esportiva	Celso Cardoso, Chico Lang, Flavio Prado, Osmar Garrafa	Michelle Giannnella	5				5	100%	0%		
	19:00	Jornal da Gazeta	Laert Vieira	Maria Lydia, Anna Paola	3		Luciana Camargo	1	4	75%	25%		
Bandeirantes	07:10	Primeiro Jornal	Fernando Vieira de Mello, Joelmir Beting, Fernando Mitre		3				3	100%	0%	100%	0%
	07:40	SP Acontece		Flavia Cavalcante	1				1	100%	0%		
	17:50	Brasil Urgente	José Luiz Datena		1				1	100%	0%		
	19:20	Jornal da Band	Ricardo Boechat, Joelmir Beting	Ticiana Villas Boas	3				3	100%	0%		
	00:00	Jornal da Noite	Boris Casoy		1				1	100%	0%		
		Total Geral	40	35	75	1	5	6	81	92%	7,40%		
		Total Geral Único	32	29	61	1	3	4	65	93,85%	6,15%		
		Partipação Relativa Único	52,46%	47,54%	100%	25%	75%	100%					

Fonte: Claudia Rosa Acevedo e Luiz Valério de Paula Trindade (2011)

1.8 Confluências no mercado

A historiadora Antonia Aparecida Quintão fala da interseccionalidade de gênero e etnia no mercado de trabalho – a partir da participação, desenvolvimento, enfrentamento de obstáculos. Observemos:

> Quando cruzamos o fator gênero com o fator etnia podemos constatar a exclusão das mulheres negras dos espaços de poder político e econômico já conquistados pelas mulheres brancas. É sobre a negra que recai todo o peso da herança colonial, onde o sistema patriarcal

> apoia-se a solidariedade sobre a superioridade masculina branca, na seguinte escala de valores: o poder político e econômico, social, cultural é privilégio do homem de cor branca; em seguida, numa degradação de valor, fica a mulher branca; abaixo dela, o homem de cor negra, ficando a mulher negra com o estrato mais desvalorizado da população brasileira. Por isso, ao analisarmos a situação da mulher no Brasil, temos que partir dessa desigualdade histórica, entre a mulher branca e negra, abordando os avanços e obstáculos de gênero, a partir das diferentes etnias. (QUINTÃO, 2004. p. 54)

Embora o quadro de protagonismo negro no exercício da atividade jornalística apresente um leve salto na inclusão de profissionais ativos, a parcela minoritária ainda permanece. O que não é diferente de outras profissões de representatividade e de atuação em espaços privilegiados. Não estamos perto ainda de uma mídia plural e livre de estereótipos no que tange à diversidade brasileira. Diante disso, nosso objetivo é dar visibilidade, por intermédio de uma perspectiva de gênero e raça na análise de trajetórias individuas e coletivas de mulheres jornalistas que localizamos no mercado de trabalho do Rio de Janeiro.

"O campo não é uma coisa, não é um lugar, nem uma categoria social, um grupo étnico ou uma instituição. É talvez tudo isso, segundo o caso, mas antes é um conjunto de relações pessoais com as quais "aprendemos coisas". "Fazer pesquisa de campo" é estabelecer relações pessoais com quem não conhecíamos anteriormente, junto de quem chegamos um pouco na marra [...] Nesse sentido, o saber do etnólogo é muito específico e de um conteúdo sem equivalente em outras epistemes. Um saber que fala de relações que nasce de relações".

(Michel Agier)

2- Metodologia de pesquisa

Neste capítulo, especificamente, trataremos sobre questões de metodologia. O objetivo é descrever como foi o passo a passo da pré-análise, elaboração das categorias temáticas, justificativas metodológicas e algumas observações do diário de bordo – com breves percepções pessoais que não foram inseridas no texto analítico.

2.1 Ambientação, vinculação ao tema e a construção do objeto

O universo de pesquisa é sequenciado por narrativas e o campo é soberano. Falar de metodologia significa localizar o problema a ser investigado, compreender a construção dos objetos, traçar os objetivos e identificar o que é necessário lançar mão para que a realização deste projeto se torne realidade. O processo envolveu inúmeras etapas, entre as quais desejamos nos ater às principais – a fim de descrever os percursos, os recortes e os desafios.

Em primeiro lugar, vamos relembrar que esta pesquisa se limitou à cidade do Rio de Janeiro que, além de representar uma vitrine midiática – para onde profissionais de comunicação migram em busca de novas oportunidades –, é também uma cidade marcada pela efervescência cultural e por sediar grandes empresas de comunicação. Entre esses aspectos positivos, destacamos também que as jornalistas participantes da pesquisa se formaram e construíram suas carreiras aqui. Logo, há um vínculo de aproximação e afetividade com o estado e, em especial, a capital.

A presente temática desenvolvida retrata trajetórias – em suas mais amplas e específicas dimensões – e narrativas de comportamento e enfrentamento do racismo e sexismo, principalmente. Nesse enquadramento, deparamo-nos com muitos dados e apontamentos para as questões de representatividade na mídia quando o protagonismo vem de uma mulher negra. Entre as diferentes idades, vimos e ouvimos desafios similares – embora o critério geracional influencie na realidade e atualização da profissão.

2.2 Justificativa das escolhas metodológicas

Nosso campo de pesquisa não é sobre um lugar específico, tampouco sobre um espaço físico. Ele foi identificado como uma esfera onde as narrativas se entrelaçam, concordam, discordam e se relacionam entre elas. A leitura de Peter Kevin Spink (2003) propõe que nós, pesquisadores, podemos ir além da coleta de dados e da variedade de métodos de análise. Assim, há o conceito que ele chama de "campo-tema" que valoriza a "processualidade de temas situados" (SPINK, 2003, p.18). Ou seja: a comunicabilidade da metodologia se dá na vinculação de quem pesquisa com a temática a ser investigada. Nesse sentido, encontramos riqueza nos episódios dos encontros realizados, na interação das entrevistas e em toda a relação de tempo-diálogo-espaço com as jornalistas.

> Campo, entendido como campo-tema, não é um universo "distante", "separado", "não relacionado", "um universo empírico" ou um "lugar para fazer observações". Todas estas expressões não somente naturalizam, mas também escondem o campo; distanciando os pesquisadores das questões do dia a dia. Podemos, sim, negociar acesso às partes mais densas do campo e em consequência ter um senso de estar mais presente na sua processualidade. Mas isso não quer dizer que não estamos no campo em outros momentos; uma posição periférica pode ser periférica, mas continua sendo uma posição... Campo, portanto, é o argumento no qual estamos inseridos; argumento este que tem múltiplas faces e materialidades, que acontecem em muitos lugares diferentes. (SPINK, 2003, p.28)

Diante dessa perspectiva, denominamos como campo as etapas e os processos inseridos dentro da dinâmica de realização de toda a pesquisa – início, meio e fim. O campo se materializou nos contatos primários com as entrevistadas, nas tentativas de encontros, também nos desencontros e, até mesmo nos dias que sucederam ao dia da entrevista. Interpretamos, então, como uma constelação de passos de um todo.

Com este viés, consideramos dois métodos essenciais à pesquisa e à análise de narrativas: o estudo de caso e a história de vida. Trabalhamos com entrevistas em profundidade que exigiram muitas horas de transcrição e seleção de trechos e dados específicos. No entanto, era preciso escolher uma metodologia que, além de ser

qualitativa, representasse também um fio condutor de sentido com os demais discursos.

Na obra “Métodos em Pesquisa Social” (GOODE; HATT, 1979), aprendemos que o estudo de caso “é um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado” (GOODE; HATT, 1979, p.422). Em nosso trabalho, a unidade referida foi representada por quatro histórias de vida de mulheres negras e jornalistas. Todas residentes no Rio de Janeiro, graduadas em universidades situadas no mesmo estado, empregadas em distintos meios de comunicação e, de forma direta ou indireta, imersas na luta antirracista em seus âmbitos profissionais. Quatro narrativas que relembraram sobre as primeiras autopercepções sobre questões de raça na infância/adolescência, assim como a chegada ao Jornalismo como profissão, episódios de discriminação racial e de gênero no ofício, relações com o próprio cabelo, perspectivas jornalísticas, entre outras. Quatro ícones que colocam o problema da representatividade de um todo a ser cumprido pela unidade. Segundo os teóricos, “a totalidade de qualquer objeto – quer físico, biológico ou social – é uma construção intelectual. Concretamente, não existem limites que definem qualquer processo ou objeto. ” (GOODE; HATT, 1979, p. 422)

Frente à escolha metodológica apresentada, compreendemos, então, que não há delimitação do objeto diante dos reflexos qualitativos. Isso se reflete em uma autonomia para nós, como pesquisadores, estabelecendo a fronteira entre os limites tanto da obtenção de dados quanto de resultados finais (entre aspas) oriundos das análises. Explicamos: seria possível realizar esta mesma pesquisa com apenas uma jornalista? Sim. Após muitas buscas e alguns desencontros, escolhemos quatro mulheres negras. Um número que, embora não represente uma totalidade (e este nunca foi o nosso objetivo), levou-nos à compreensão que desejávamos de nosso objeto. Isso só ocorreu devido ao desdobramento e aprofundamento das quatro histórias de vida. Vale lembrar que não estamos dizendo que se pode, porventura, generalizar as narrativas e fechar conclusões baseadas em nossos percursos de estudo e investigação. Entretanto, em virtude dos argumentos apresentados, torna-se possível a elaboração de hipóteses que poderão ser testadas futuramente – tanto por nós, autores deste trabalho, quanto por outros e outras teóricas, estudiosas e acadêmicas.

2.3 Período da pesquisa

O então projeto de pesquisa foi pré-definido e desenhado em 18 de maio de 2016, logo no primeiro encontro de orientação de dissertação realizada no CEFET/RJ. Ao conversarmos sobre questões de gênero e raça dentro do Jornalismo, fomos impulsionados à investigação sobre as mulheres negras que estão representando a profissão no cenário brasileiro e, em especial, no Rio de Janeiro. Neste momento, mapeamos os nomes que lembrávamos de profissionais atuantes em todo Brasil – pessoas que conhecíamos de nomes, outras de convivência ou por indicações. Listamos, inicialmente, dez possíveis sujeitos, os quais nos mobilizaríamos para fazer pontes de contatos a fim de apresentar-lhes nossos objetivos acadêmicos.

Desde então, nos dedicamos ao levantamento bibliográfico de inúmeros conteúdos que articulassem a temática da pesquisa, assim como as produções textuais e audiovisuais das próprias jornalistas listadas como possíveis participantes. Observamos também que seria importante que elas fizessem partes de diferentes gerações para que, assim, obtivéssemos um panorama geral, com diversidade de contribuições para nossa investigação.

Após a primeira entrevista, realizada no Rio de Janeiro, ao nos depararmos com a multiplicidade (e riqueza) de dados em uma só narrativa, decidimos reduzir o número de participantes da pesquisa com três enfoques: idades, atuações profissionais dentro do campo da comunicação social e acessibilidade. Diante do novo critério, reduzimos o número de participantes quase pela metade antes dos próximos encontros com as jornalistas. Somando todas as etapas, o processo de pesquisa (entrevistas, leituras, transcrição e organização estrutural) e escrita final pode ser datado entre o dia 18 de maio de 2016 a 15 de janeiro de 2018 – um ano e oito meses.

2.4 Percurso até as entrevistadas

No próximo capítulo, vamos conhecer mais detalhes sobre cada jornalista. Porém, é importante registrarmos aqui como chegamos até elas. A seguir, registrarei (em primeira pessoa do singular) alguns detalhes de como os contatos foram realizados e amadurecidos até a pesquisa:

- **Shukura:** no ano anterior ao ingresso no mestrado, assisti a uma palestra sobre Racismo e Comunicação Social na PUC-Rio. Na mesa, havia três mulheres negras – duas jornalistas e uma pesquisadora e especialista em relações étnico-raciais. Meu primeiro contato visual com Shukura foi naquele dia, embora – antes desse dia – tenha conseguido seu e-mail pessoal por meio do vice-reitor da universidade, Augusto Sampaio, que mantinha uma relação de amizade com ela há anos, desde quando ela se graduou lá. Naquele ano, eu realizava minha monografia e cogitei incluí-la em meu projeto. Assim, Augusto fez uma ligação em minha presença e teve a autorização de me passar seus contatos pessoais. Shukura autorizou com prontidão, mostrando interesse imediato em participar e interagir comigo.
- **Núbia:** até então, eu não a conhecia pessoalmente, nem por meio de suas produções textuais acadêmicas. Porém, quando meu orientador do mestrado fez contato com ela para confirmar se tinha interesse em contribuir com a pesquisa, imediatamente recordei de um prefácio de uma coletânea de artigos que li assinado pela jornalista. Com o número de telefone em mãos, enviei uma mensagem com uma breve apresentação minha e do projeto. Marcamos, assim, um encontro em suas férias, em janeiro de 2017.
- **Kalifa:** embora eu não seja usuária do *Instagram*, já tinha ouvido falar de Kalifa como uma jornalista negra que apresentava um canal de esporte e cultura jovem. Ela parecia bem nova – tanto em idade, quanto na forma de interagir e conduzir seus quadros naquele programa. Minha estratégia de contato e aproximação foi pedir para um amigo, usuário assíduo desta rede social, enviar uma mensagem para o perfil dela explicando meu projeto e solicitando seu contato de e-mail ou telefone, caso houvesse interesse de participação. Kalifa aceitou e, poucos dias depois, enviei-lhe uma mensagem via *WhatsApp* e marcamos um encontro em junho de 2017.

- **Thema:** eu também já a conhecia pessoalmente desde 2016, pois ela participou diretamente da minha monografia, cuja temática tratava sobre jornalistas negros e negras no telejornalismo. Logo, Thema me reconhecia como estudante, jornalista e mestranda. Apresentar meu novo tema de pesquisa para ela foi um passo mais oportuno, visto que, como profissional e mulher negra, é muito atuante em participação na luta antirracista em diversos meios de comunicação.

2.5 Seleção de trechos de narrativas e seleção de recortes

Partindo das definições de palavras-chaves entre gênero, mulheres negras, interseccionalidade, racismo e jornalismo, nossa seleção de trechos estratégicos de narrativas como dados enfatizaram esses recortes como prioridade. Para isso, segmentamos seis categorias temáticas para estruturarmos a análise como um fio condutor de interpretação e teorização de conceitos. Foram elas: I) a autodeclaração racial; II) o encontro com o Jornalismo; III) sobre ser negra no espaço universitário; IV) a profissão como conquista; V) enredos profissionais (e pessoais) de sexismo e racismo; VI) cabelo e seu significante social.

Para estruturar a divisão da pré-análise do dentro dessas categorias, organizamos a transcrição em três fases. Em primeiro lugar, a observação rigorosa e escuta atenta dos materiais brutos gravados. Em segundo plano, identificamos a marcação dos pontos de narrativas que tangenciavam nossas palavras-chaves nas diferentes histórias de vida narradas. Esse processo foi conduzido tanto no ato de registrar a repetição das nossas palavras-chaves, quanto o desenvolvimento indireto das temáticas no próprio conteúdo. O terceiro passo foi a transcrição, de fato, das seleções de falas que fariam parte do capítulo de análise.

Compreendemos como transcrição o que Queiroz (1983) conceitua como reprodução de um documento, como a gravação, expressa em um material escrito. Segundo ele, esta é a "primeira reflexão sobre sua experiência" – referindo-se ao responsável pela autoria da pesquisa. "Ao efetuar a transcrição, o pesquisador tem, então, a invejável posição de ser ao mesmo tempo interior e exterior à experiência"

(QUEIROZ, 1983, p. 84). Vale lembrar também que decidimos não "terceirizar" este serviço que, embora fosse muito trabalhoso, achamos importante manter um exercício de transcrição fiel ao momento vivenciado na fase das entrevistas.

As transcrições das falas principais e secundárias em profundidade, baseadas nas categorias de análise, foram realizadas de uma só vez entre os meses de outubro e novembro de 2017. Inseridas no texto de forma direta e assinada ao final do trecho, seguimos o processo de coleta de informações e de dados "advindos das entrevistas" baseados no que Mazini (2006) nos ensina sobre recortes, regras e critérios metodológicos:

> Os dados que podem ser analisados, tendo como procedimento de coleta uma entrevista, são inúmeros e o produto verbal transcrito é um dos possíveis recortes desses dados. Dessa forma, temos optado, atualmente, por utilizar as expressões "informações advindas da entrevista, dados advindos da entrevista, verbalizações advindas da entrevista", ao invés da expressão *a entrevista foi transcrita e analisada*, pois, como apontamos, muitas podem ser as informações transcritas, de natureza verbal ou não verbal, e muitos podem ser os dados a serem analisados. (MAZINI, 2006, p. 371).

Procuramos manter ao máximo as marcas de oralidade (integralidade do teor da fala, colocações verbais, repetições e interjeições) de cada narrativa. Não se pretende aqui, porém, realizar um estudo aprofundado do processo em questão, mas sim da profundidade das análises dos conteúdos que passaram por esta observação metodológica. Cabe também apontar que reações não verbais e não captadas, como as expressões corporais, no ato da transcrição também são destacadas em alguns momentos do próximo capítulo.

Quando falamos de histórias de vida, referimo-nos a um tipo de técnica organizacional do material bruto das análises. Na verdade, esta é uma tradição que vem do campo de Ciências Sociais, mais especificamente na Antropologia. Assim, escolhemos a entrevista como principal recurso de compreensão dos sujeitos da pesquisa. Por meio delas, tentamos compreender as relações das noções de raça, gênero e demais intersecções no universo do Jornalismo. Mergulhamos nos significados, sentidos, discursos e comportamentos que as narrativas apresentaram. O processo de entrevistar é evidenciado na interação entre os pesquisadores e os pesquisados para uma comunicabilidade efetiva.

Durante a imersão neste "campo-tema", também registramos as percepções

pessoais dos primeiros encontros em uma espécie de "diário de bordo". Ao relermos o diário, já caminhando para a finalização da pesquisa, atestamos mais dados e confirmações de hipóteses. Não vamos nos ater aqui à análise dos breves registros do diário. Temos apenas o desejo de compartilhar as expectativas e sensações de cada momento inicial – que foram os pontos de partida do amadurecimento do estudo.

> **13 de outubro de 2016**
> *Eu aguardava na recepção, pontualmente. Após me identificar às secretárias, sentei-me em um banco de entrada e, ao meu lado, havia um jovem rapaz segurando uma encomenda de farmácia nas mãos. Ele era um jovem negro e também aguardava pela chegada de alguém, como eu. De longe, escuto o eco similar ao barulho de um martelo - lentamente. Seriam os passos dela? O eco do ruído foi aumentando à medida que aquele som se aproximava de mim. "Olá, vocês estão me esperando?" – disse Shukura olhando em minha direção e depois para o rapaz da farmácia. Nós nos entreolhamos e fizemos sinal positivo apenas com a cabeça. "Eles estão aqui me esperando e ninguém me avisou?" – questionou a jornalista para recepcionistas, que permaneceram imóveis e apáticas à pergunta. Estanhei. Mas fui seguindo junto com Shukura pelos corredores da sua empresa. Eu, ela e o barulho dos seus saltos do sapato alto. "Você é tão bonita", elogiou-me. Me senti extremamente confortável naquele momento inicial. Estávamos no intervalo entre uma gravação do jornal e o coffee break, mas como o relógio ainda marcava os ponteiros de meio dia, conseguimos uma brecha para nos sentarmos em um café e conversarmos. "Eu queria pedir um omelete de queijo com manjericão, por favor", disse ela para a balconista. Pareceu-me que se tratava de uma combinação exclusiva que só ela pedia, já que frequentava aquele lugar todos os dias. Eu, como pesquisadora, tive a sensação de estar conversando com uma colega de turma da faculdade. A afinidade foi imediata. Não teve um gelo inicial, não teve timidez, não fiquei me desdobrando para fazer as perguntas do meu roteiro. Nossos atravessamentos também estavam sintonizados: duas mulheres negras, que se formaram na mesma universidade, que possuem interesses acadêmicos em comum e que partilham da mesma paixão, que é o Jornalismo. Estava, então, diante de um sujeito de pesquisa que desejava – e muito! – participar do que eu estava fazendo de forma plena. Ouvi sobre a vida pessoal, sobre o trabalho e sobre os conflitos que envolvem ser uma mulher negra. Num determinado momento, após eu interrogar uma pergunta que não estava no roteiro, ela me deu um corte de leve e disse: "Eu não quero falar da minha vida pessoal, mas vou falar só um pouquinho", senti vergonha, mas senti alívio também. Não pela informação exclusiva, mas pela mínima demonstração de confiabilidade que senti ali.* (Andréia Coutinho da Silva Louback)

O tempo presente em aproximadamente meio período de expediente jornalístico – que parecia mais um plantão do que a metade de uma jornada – inclinaram nossas percepções a respeito da autonomia que Shukura alcançou em seu território de trabalho. Ela é notoriamente respeitada por todos, tem um poder de decisão (embora esteja subordinada a uma chefia) e é muito familiarizada com seu cargo de apresentadora. Isso não foi identificado apenas em sua performance oral e corporal durante as aparições frente às câmeras, mas em toda a influência que seu comportamento e presença possuem. Ela se dá bem com sua equipe, maquiadora, garçonete do café ao lado da empresa, com os profissionais do vídeo, a jornalista de esporte (que, inclusive, é amiga de Shukura). O que sabemos é que em quase doze anos no mesmo local, a jornalista é celebrada e admirada como uma representação de inspiração e militância – pela negritude, pela história de vida e pela competência.

> **18 de janeiro de 2017**
> *Cheguei pontualmente ao lugar de encontro. Na verdade, passei antes em uma papelaria para comprar um caderno novo para as aulas do mestrado. Escolhi um caderno de folhas recicladas e percebi que era o meu primeiro naquele estilo meio velho, mas consciente. Mandei uma mensagem para o Roberto, meu orientador, pois estava um pouco ansiosa. Núbia não havia respondido a mensagem, a qual eu enviei pela manhã. Estava com um pressentimento de que havia algo errado, algum imprevisto. 14h, 14h15, 14h30. Nada. Nós não nos conhecíamos pessoalmente, por isso marcamos nas mesas do pequeno shopping da praça do Largo Machado. Logo no primeiro andar, havia mesinhas, lojas e restaurantes. Eu olhava pra cada pessoa na esperança de ainda não tê-la visto, mas em vão. Ela não estava ali e minha intuição quis esperar até às 15h. De repente, o celular dela descarregou. Porém, às 14h47 ela apareceu. "O que houve?", perguntou-me com uma expressão um pouco impaciente, de quem estava me esperando há horas. "Ué, não marcamos aqui?", repliquei imediatamente, com um sorriso amarelo. "Não. Eu estava nas mesas do segundo andar".*
> (Andréia Coutinho da Silva Louback)

De início, parecia que aquele seria um dia perdido. Porém, em poucos minutos, o dilema do desencontro ficou para trás e demos início ao processo de entrevista – que, das quatro realizadas, esta foi a maior em tempo e volume de dados, conteúdo e informações. Núbia ama conversar, recordar história e, além de tudo, é muito entusiasta com o Jornalismo como profissão. Ela é a participante mais velha da pesquisa, que trouxe questões politicas bem antigas, sem deixar de fazer um

comparativo com o cenário contemporâneo também. No próximo capítulo, falaremos mais detalhes sobre sua personalidade e trajetória.

> **26 de junho de 2017**
> *Gosto do Starbucks porque é um espaço criativo, embora todas as unidades sejam iguais em estilo e identidade visual. Mas, perdoe-me o senso comum, sinto que é um local que inspira novos saberes. Não sei exatamente o que eu quero dizer com isso, mas sempre que visito um, tenho dois rituais: pedir o café de doce de leite e ler um livro jogada nas poltronas aconchegantes exclusivas de lá. Porém, hoje não fiz nada disso. Ao chegar, fui procurar pelo local mais silencioso do estabelecimento, para que nada desse errado no áudio da gravação da minha terceira entrevista. Marcamos às 16h, mas como eu estava meio traumatizada pela última experiência de desencontro com a Núbia, cheguei um pouco antes para revisar meu roteiro de perguntas. Ao chegar, Kalifa me enviou uma mensagem e, menos de dois minutos depois, nos encontramos. Fiquei impressionada com o quanto ela parecia comigo fisicamente, mas não falei absolutamente nada. Porém, confesso que parecia que eu estava diante de um espelho, da minha imagem. Somos muito parecidas e, admito, achei essa semelhança bem curiosa. Um ano nos distanciam em idade, mas nossos atravessamentos como jornalistas e mulheres negras estavam em momentos diferentes. Explico: podia até estar enganada, mas minha primeira impressão foi de que ela está engatinhando em suas reflexões sobre corpo, identidade negra e feminismo. Logo, mesmo no início da trajetória, ela como jornalista já parece enfrentar bem os desafios de trabalhar em uma redação branca e masculinizada. Hipótese confirmada. Cheguei até Kalifa por meio das redes sociais. Na verdade, não sabia absolutamente nada sobre ela, além do trabalho e função que ela exercia no canal online. Então, cada relato sobre suas histórias familiares e seu ingresso ao Jornalismo tão nova eram informações preciosas para mim. Por um momento, tive uma nova impressão de que, dentre todas as minhas entrevistadas, ela era a que eu menos conhecia previamente. Não havia nenhuma ponte que nos conectasse – nenhuma indicação, nenhum contato, nada. Sendo assim, cada palavra que ela emitia era surpresa, descoberta e, claro, geração de dados.*
> (Andréia Coutinho da Silva Louback)

Kalifa veio direto do trabalho para o encontro marcado. Após a mudança de sindicato na sua empresa, ela tem uma jornada de seis horas diárias, trinta horas semanais. A impressão que a jornalista passou durante a entrevista era de que ela possuía uma rotina relativamente tranquila de trabalho e que seus maiores desafios, na verdade, era precisar lidar com uma cheia difícil de conviver num ambiente onde prevalece a branquidade como perfil. As reflexões sobre questões de racismo e sexismo

foram desenvolvidas recentemente na problematização dos pensamentos e ideias – embora sua consciência sobre ser mulher negra e jornalista estivesse enraizada desde muito tempo.

> **2 de outubro de 2017**
> *O dia estava ameaçando chuva! E, como estava desprevenida, desci na estação de Botafogo e chamei um uber. Deu o valor mínimo R$7,75. Havia algo diferente em minha sensação de expectativa, afinal, era a primeira entrevista "em casa". Thema abriu as portas da casa dela para mim, na tentativa de encaixarmos os horários - finalmente! Eu já perdi a conta de quantas vezes nos desencontramos. Inclusive, ela foi bem áspera comigo no dia do golpe. Eu fiz contato com ela via Whatsapp e ela imediatamente respondeu: "Andreia, agora não é uma boa hora". Fiquei um pouco assustada. Afinal, não queria ser inconveniente, mas eu nem associei uma coisa a outra. Respeitei o tempo e demorei alguns meses na tentativa de um último contato. Deu certo! Ela mora em um bairro nobre do Rio de Janeiro. A maioria das meninas que estudava comigo na PUC-Rio moravam na mesma região. Logo, não era um lugar novo pra mim. Identifiquei-me na portaria e minha entrada foi liberada. Frio na barriga. Essa sensação me acompanhou pelas quatro entrevistas que fiz. Era muito precioso aquele processo, aquele encontro. Estava preparada para, mais uma vez, desconstruir minhas hipóteses e me permitir ser invadida pelo poder da narrativa. Toquei a companhia e fui atendida por uma empregada doméstica negra. Estranhei. Estranhei porque simplesmente estranhei. "Deve ser uma parente ou alguém muito próximo", pensei. Porém, embora essa pergunta não tivesse nada a ver com minha pesquisa, não havia espaço algum para investigação. E não cabia ao momento. "Quer um copo de água, senhora?", perguntou-me. Sorri, aceitei e agradeci! Thema chegou sorridente, com um abraço forte e muita disposição. A impressão forte que eu tive foi de que ela estava feliz por relembrar a trajetória da qual ela tanto se orgulha e que tanto deu frutos.* (Andréia Coutinho da Silva Louback)

A última entrevista encerrou o ciclo de narrativas da pesquisa, pois alcançamos a compreensão desejada sobre o estudo proposto, diante da diversidade de relatos e narrativas que vamos adentrar no próximo capítulo. Cada jornalista nos trouxe um universo de dados, histórias de vida e suas muitas formas de se autoconhecer, existir e resistir em uma sociedade marcada pelo racismo e sexismo.

“Neste momento de celebração das exceções, a gente não pode esquecer a crueldade da regra. Que regra é essa da sociedade brasileira em que contamos nos dedos as mulheres negras que saem da posição de subalternidade em que somos colocadas?”

(Conceição Evaristo)

3- Análise de trajetórias e narrativas de quatro jornalistas negras

Este capítulo é dedicado à análise de viés qualitativo das trajetórias de quatro jornalistas negras brasileiras que se formaram, residem e trabalham no estado do Rio de Janeiro. O eixo central das interpretações narrativas organizou-se em torno dos aparatos conceituais de raça (HALL, 1995; HALL, 2006; MBEMBE, 2014), racismo (GOMES, 2005; MUNANGA, 2004; MOORE, 2007) e gênero (hooks, 2000, SCOOT, 1989; COLLINS, 2000), a partir da observação de como a interseccionalidade (CRENSHAW, 2014; WERNECK, 2007) opera nas categorias dos discursos apresentados. Diante desta perspectiva, nos deparamos com diversos momentos da vida dessas mulheres – da infância ao tempo presente. A fim de preservar suas identidades, escolhemos nomes africanos como pseudônimos para, assim, não haver nenhuma possibilidade de identificação das protagonistas que deram vida à pesquisa. Nossa justificativa se dá pelo fato de termos relatos de ordem pessoal e, por muitas vezes, carregados de denúncias (diretas e indiretas) aos veículos e mídias nas quais exercem seus papéis profissionais. A escolha nominal não foi, de forma alguma, aleatória. A partir da observação às características peculiares de personalidade, as nomeações[16] se aproximaram ao máximo das vivências narradas por cada uma. Seguem abaixo os nomes e seus respectivos significados:

- **Shukura** – *eu sou grata*
- **Núbia** – *mulher negra, forte, original e mãe de uma nação*
- **Thema** – *rainha*
- **Kalifa** – *brilhante*

A escolha das entrevistadas levou em conta o critério geracional, a atuação em veículos de comunicação distintos, o envolvimento na luta antirracista e antissexista e a realização da graduação em alguma universidade do Rio de Janeiro. As entrevistas para a pesquisa foram realizadas entre outubro de 2016 e outubro de 2017, movendo-se por locais propostos pelas próprias entrevistadas, como: ambiente de trabalho (1), residência particular (1) e estabelecimentos públicos (2), conhecidos como "cafés". Todos os encontros foram agendados virtualmente via *WhatsApp* – após uma breve apresentação da temática da dissertação de mestrado – e teve áudios registrados com a autorização

[16] Os significados dos nomes africanos foram encontrados com suas traduções no portal Geledés. https://www.geledes.org.br/significados-dos-nomes-proprios-africanos/
Acesso em: 20/09/2017

das participantes, totalizando aproximadamente seis horas de gravação.

Tabela 2 – Dados das entrevistas e das participantes da pesquisa

NOME	**IDADE**	**CARGO PROFISSIONAL**	**TEMPO DE CARREIRA**	**ESTADO CIVIL**	**DURAÇÃO DA ENTREVISTA**
Shukura	39 anos	Apresentadora de TV e âncora	16 anos	Divorciada	79 minutos
Núbia	53 anos	*Freelancer* e professora universitária	29 anos	Solteira	153 minutos
Kalifa	28 anos	Apresentadora de TV e redatora	7 anos	Solteira	64 minutos
Thema	48 anos	Colunista de jornal, apresentadora e radialista	25 anos	Casada	72 minutos

Nossa proposta é relacionar de forma expositiva os principais percursos apresentados por cada uma das jornalistas – no que tange ao desenvolvimento profissional, assim como o enfrentamento do racismo e sexismo em seus campos de atuação. Desta forma, é possível visualizar os entrelaçamentos das suas trajetórias pessoais nas dimensões de raça, gênero e a operação da interseccionalidade nas narrativas cotidianas. Os pontos analisados foram: a motivação da escolha pela profissão, as experiências universitárias, a iniciação no mercado de trabalho (estágios e contratações), percepções de exclusão e privilégios em espaços de poder, crescimento dentro da carreira, episódios discriminatórios ou como entraves na ascensão jornalística e relatos subjetivos como mulheres negras inseridas nesse nicho profissional.

Cabe ressaltar também que, para além do propósito acadêmico, as entrevistas tornaram-se conversas de vida. A interação antes, durante e depois dos encontros – os quais fizemos questão de que fossem realizados pessoalmente – revelaram que as afinidades na construção do relacionamento pesquisadora-pesquisadas ultrapassaram as barreiras de formalidades, distanciamento ou qualquer suposição de uma relação de consumo. Afinal, as narrativas tratavam de memórias de mundos reais e particulares, carregados de ensinamentos pessoais e profissionais – o que potencializou ainda mais os atravessamentos e envolvimentos humanos.

Portanto, no próximo subcapítulo, nos dedicaremos à apresentação das jornalistas participantes da pesquisa, assim como se deu o processo de interação antes e

durante a realização desta pesquisa. O objetivo é contextualizar seus perfis profissionais e os tipos de mídias nas quais exercem seus ofícios.

3.1 Apresentação das jornalistas

Em uma breve análise das jornalistas participantes deste trabalho, podemos iniciar apontando a diversidade em cargos de trabalho ocupados por elas. Temos três apresentadoras de temáticas distintas – entre elas, uma âncora, uma professora universitária e *freelancer* e uma que é colunista de jornal, apresentadora de um quadro televisivo e radialista. Embora as idades não se distanciem tanto entre uma e outra, as experiências profissionais são dados expressivos e particulares que variam de acordo com as oportunidades que conquistaram em empresas de comunicação. É nesse contexto que as memórias recentes e revisão de práticas profissionais se destacaram ao decorrer das entrevistas, nos levando a entender questões *macro* e *micro* no processo de construção das identidades de cada mulher.

Logo, vamos começar a apresentação em ordem cronológica de entrevista. Shukura tem 39 anos e é âncora de um telejornal diário há 12 anos. Formou-se em uma das melhores universidades particulares de comunicação social do Rio de Janeiro com bolsa integral de estudos. Nascida e criada na baixada fluminense do Rio, ela alcançou um espaço para tratar, em parte, das temáticas raciais na televisão – "de baixa audiência", como ela diz. Dizemos "em parte" porque, conforme veremos ao longo das suas narrativas, sua estratégia adotada para convencer sua chefia da importância de desenvolver as questões raciais é mostrar a eles que a pauta não é de responsabilidade dela, mas, sim, dos seus superiores. Porém, nem sempre foi assim. Escolhemos este nome, que significa "eu sou grata", pois ela finalizou a entrevista afirmando o quanto a gratidão é um sentimento latente em sua vida, que a acompanha em cada passo do seu cotidiano pessoal e profissional. Nosso encontro aconteceu no dia 13 de outubro de 2016.

> Eu agradeço todos os dias o que eu tenho. A minha espiritualidade, a minha forma de viver me faz agradecer o tempo inteiro, por exemplo, eu agradeço o prato de comida, agradeço porque daqui a pouco eu vou embora, agradeço porque eu vou ver meu afilhado, porque eu vou passar na igreja. Agradeço

> quando começa o jornal, agradeço quando termina o jornal. Eu sempre faço isso. E eu descobri que isso acaba me fazendo ter prazer o tempo inteiro, em tudo. (Shukura, 39 anos)

A segunda entrevista foi com Núbia, 53 anos, que significa "mulher negra, forte, original e mãe de uma nação". Do início ao fim de suas respostas, ela ressalta o quanto e como aprendeu a ser negra, por meio da politização e ensino de grandes intelectuais negros durante a faculdade. A jornalista compreende o conhecimento como uma arma estratégica. Segundo ela, sua criação se dá em um contexto familiar "extremamente conturbado" – afetando-a psicologicamente quando à forma de lidar com o mundo. Graduada e pós-graduada em comunicação social por universidades federais, hoje ela divide-se entre seus trabalhos impressos e digitais como *freelancer* e o ensino universitário. Ela também é autora de três obras literárias baseadas em aportes teóricos da temática racial. Nosso encontro aconteceu no dia 18 de janeiro de 2017.

A mais jovem entre as entrevistadas, Kalifa se destaca pelos seus 28 anos e pela disposição e paixão por praticar esportes radicais – como o surfe, ela descobriu a atividade no início da adolescência, antes mesmo de imaginar que trabalharia como apresentadora de um canal de esporte e cultura jovem. A jornalista escreve para o site, edita vídeos, apresenta, vai à praia, aos campeonatos e grava de frente para o mar. Em casos de matérias externas, ela vira assistente de câmera, produtora, repórter e faz a organização das pessoas entrevistadas. Formou-se em uma antiga universidade particular, que hoje não existe mais. Baiana, ela veio para a capital carioca estudar e começou a estagiar no atual trabalho no fim da faculdade. Desde então, somam-se sete anos de atividade jornalística como contratada. Nosso encontro aconteceu no dia 26 de julho de 2017.

A última entrevistada, nomeamos de Thema, 48 anos. Formada também em uma universidade federal do Rio de Janeiro, a jornalista atua como comentarista de um programa televisivo e colunista de um jornal impresso e digital, desenvolvendo temáticas de desigualdade social, racial, valores econômicos e assuntos de gênero e classe. Candomblecista, ela também se dedica à espiritualidade com muito amor e orgulho. Cabe aqui ressaltar que a realização desta entrevista, em particular, foi a mais desafiadora de todas. As tentativas foram inúmeras. Fizemos contato, aproximadamente umas quinze vezes e por razões de viagem, trabalho e compromissos pessoais, não foi possível nenhum tipo de encontro. Chegamos a sugerir uma gravação telefônica ou,

então, uma troca de e-mails, mas Thema fez questão de conversar em sua própria residência – encerrando nosso ciclo de narrativas para esta pesquisa. Ao final de tudo, ela agradeceu e elogiou a persistência, porque poderíamos ter desistido mediante a tantas tentativas. Nosso encontro aconteceu no dia 2 de outubro de 2017.

A análise a seguir será feita pelas seis categorias temáticas estabelecidas:

I. Autodeclaração racial – o que sou me define?
II. O encontro com o Jornalismo – percursos, recapitulações e memórias
III. Sobre ser negra no espaço universitário – quando não basta apenas "estar", mas é preciso "(re)existir"
IV. A profissão como conquista. A conquista como estratégia
V. Enredos profissionais (e pessoais) de racismo e sexismo
VI. Cabelo e seu significante social

Por quê? A divisão em categorias temáticas funciona como um mapa. Nele, organizamos os assuntos que mais desenvolvemos na interação pesquisadora-pesquisadas e, assim, tangenciaram tanto o tripé **Identificação, Visibilidade e Trajetória** como os conceitos de raça (HALL, 1995; HALL, 2006; MUNANGA, 2004; MBEMBE, 2014), racismo (GOMES, 2005; MUNANGA, 2004; MOORE, 2007), gênero (hooks, 2000, DAVIS, 2005; CARNEIRO, 2005; COLLINS, 2000) e interseccionalidade (CRENSHAW, 2014; WERNECK, 2007). Isso nem sempre se deu de forma explícita. Referimo-nos, aqui, tanto à quantificação de tempo quanto ao conteúdo. No entanto, valorizamos tudo: as entrelinhas, as narrativas que recapitularam episódios marcantes das vivências das jornalistas como mulheres negras e como profissionais. A fragmentação e mapeamento analítico têm como objetivo principal atuar como um guia nos desdobramentos das trajetórias, que nos conduzem a mergulhar em cada entrevista – não de forma linear ou previsível, mas por um percurso que nos leve à compreensão da complexidade de cada história de vida (sem esquecer a articulação com os significados dos seus nomes).

3.2 Autodeclaração racial – o que sou me define?

Como você se autodeclara? Inicialmente, a primeira pergunta do questionário parecia muito óbvia para as entrevistadas. Afinal, quando alguém se dispõe a participar de uma pesquisa sobre "trajetória de jornalistas negras", certamente constrói expectativas de que se trata de depoimentos de mulheres conscientes de sua negritude. Porém, a pergunta nada mais era do que uma questão estratégica para o início do desenvolvimento daquele diálogo, cujas respostas traziam memórias e histórias do próprio processo de reconhecimento do que significa ser, afirmar-se e construir-se como mulher negra. Sacramento (2016) explica a consolidação da identidade social com o seguinte raciocínio:

> A formação da consciência étnico-racial na socialização primária em crianças e jovens se dá em caráter intergeracional, ou seja, tem por referência a figura do adulto. Por meio do conteúdo das experiências filtradas pela subjetividade das pessoas adultas com as quais convive, reúnem elementos comparativos utilizados para a construção de percepções de valorização ou depreciação quanto à sua pertença ao grupo. A ocorrência de experiências sociais diversificadas e processos singulares de percepção do significado social de seu pertencimento étnico-racial revelam formas diferenciadas de lidar com as expressões manifestas de discriminação racial. (SACRAMENTO, 2016, p. 117 e 118)

Observamos um estranhamento inicial diante dessa pergunta. Como o reconhecimento da negritude está indissociavelmente vinculado aos processos de vivência e experiências raciais, as primeiras noções de autopercepção se constroem através de olhares, conflitos, encontros e representações.

> Negra (risos). Essa consciência racial sempre esteve comigo, mas óbvio que na infância e na adolescência, as pessoas conversavam comigo e diziam "nossa, você é uma negra, mas tem traços finos" ou "você é negra, mas não é tão negona..." Eu encarava isso, na minha adolescência, como um elogio e dizia "nossa! Que bom, né? Eu sou negra, mas eu tenho um nariz assim, sou negra, tenho um olho assim" – como se fosse uma coisa muito boa ser assim, não ser "tão negra". Mas sempre me considerei uma pessoa negra e ouvi esses comentários. (Kalifa, 28 anos)

A fala de Kalifa nos apresenta um conflito identitário quanto à visão de si mesma como uma mulher negra, tanto sob sua ótica pessoal, quanto interpessoal. Cabe ressaltar que tal conflito se deu em um momento específico da sua vida: durante a infância e a transição para a adolescência. Sobre as representações sobre a negritude e a boa aparência, Gomes (2006) afirma que "embora não estejamos mais sob a égide da

empresa colonial, nem da escravidão, a persistência das representações negativas sobre o negro acabam se constituindo em outra ideologia: a ideologia da cor e do corpo" (GOMES, 2006, p. 156). Logo, o peso do racismo causa danos à autoimagem e autopercepção – resultando na luta entre a rejeição e aceitação de si como cidadã negra. Diante disso, a autora exemplifica esse processo como um espelho social, pois a população negra brasileira fica dividida entre sua imagem socialmente construída e a busca de uma autoimagem positiva. É essa consciência que nos leva ao amor próprio. "Não permitir que tal imagem social destrua a sua autoimagem é um desafio. Construir uma autoimagem, um "novo negro", que se paute nas referências identitárias africanas recriadas no Brasil, também o é." (GOMES, 2006, p.162)

Por ser filha de mãe branca e pai negro, a aparência física de Kalifa carrega uma mistura de traços de ambas as raças, o que lhe fazia ouvir comentários de afirmação sobre "não ser tão negra". Dentre as possibilidades de definição de identidade, o antropólogo Kabenguele Munanga (1994) a conceitua como "uma realidade humana presente em todas as sociedades" (MUNANGA, 1994, p. 177). Diante da sua complexidade e seus desdobramentos, o termo pode ter o recorte pela autodefinição e pela definição dos outros. Ou seja: a construção do processo identitário "se refere a um modo de ser no mundo e com outros" (GOMES, 2005, p. 41). A partir da interação, diálogos e do reconhecimento do outro, compreendemos a nós mesmos no cotidiano da vida social.

Em especial, a construção da identidade autodeclarada como negra não se dissocia dessa discussão, pois possui dimensão pessoal e social. Esta, porém, envolve afetividade e é pautada sob o viés da exclusão – além de fazer parte de uma construção plural – de homens e mulheres negras. Como Gomes (2005) afirma:

> A identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. [...] Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as). (GOMES, 2005, p.43)

Ao retornarmos à fala de Kalifa, uma das principais possibilidades de reflexão é

sobre a relação entre estética, beleza e identidade negra. Desde muito cedo, ainda quando crianças, a influência cultural nos ensina a hierarquizar o corpo de forma negativa e positiva. Cabelo bom *versus* cabelo ruim; narizinho *versus* nariz "de batata"; bonito *versus* feio são apenas algumas exemplificações. No que tange à negritude, a cultura permeia um sentido político, pois "é no corpo que se dão as sensações, as pressões, os julgamentos" (GOMES, 2006, p. 261). As impressões sobre ser negra, para além da especificidade biológica, nos leva a pensar sobre o olhar desses sujeitos para si, assim como os olhares alheios. Isso também remete aos padrões de beleza os quais se pretendem como universais. "Você é uma negra, *mas* tem traços finos/ não é tão negona" (grifo nosso) revela um ideário racial construído socialmente, com dimensões históricas, políticas e culturais, segundo os de conceitos de Hall (2006) e Munanga (2004).

Ao se deparar com a mesma pergunta, Núbia atribui sua autodeclaração à politização acadêmica por seus professores negros.

> **Eu queria saber como você se autodeclara.**
> Em que termos? Profissionais, de raça?
>
> **De raça!**
> Ah, eu sou negra! Eu sou negra, sou uma mulher negra.
>
> **E essa consciência racial sempre foi clara?**
> Não. Eu tive o privilégio de ter um percurso acadêmico que me colocou em contato com um dos três grandes intelectuais negros. Eu fui aluna do Muniz Sodré, na UFF. Fui aluna do Júlio César Tavares, na UFF. E fui muito amiga do professor Joel Rufino dos Santos. Porque eu nasci num meio de classe média baixa, morava próximo de uma comunidade (Núbia, 53 anos).

O discurso de Núbia correlaciona sua trajetória universitária como parte crucial no desenvolvimento da sua identidade negra. Em momento algum do trecho específico da narrativa acima ela fez relação entre ser negra com o corpo ou a estética, mas sim com o intelecto. O significado político da raça, o qual ela aprendeu com mestres e amigos – referências em produções acadêmicas em temáticas étnico-raciais na atualidade – é uma construção e categoria discursiva (Hall, 2006). Logo, a consciência da autodeclaração antecede aos critérios biológicos nessa fala. O reconhecimento da sua identidade atribuída ao conhecimento histórico e intelectual não anula experiências negativas ou crises subjetivas de aparência, mas observamos uma ênfase maior das potencialidades. Como nos lembra Sousa (1983):

> Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. (SOUSA, 1983, p. 17 e 18)

Seja pelo resgate histórico ou pela associação à biologia e estética, a reação de "obviedade" da autodeclaração também foi perceptível na resposta de Thema, quando replicou com uma única palavra: "negra". Ela não sentiu necessidade de nenhum acréscimo ou explicação em termos acadêmicos ou de herança familiar. Tanto que a expressão corporal e oral da jornalista, entre as possíveis interpretações, pode ser vista como irônica e simplista, pela da cor da pele, pelos traços, pelos episódios vividos, pelo fenótipo, entre outros símbolos.

3.3 O encontro com o Jornalismo – percursos, recapitulações e memórias

Histórias de escolhas profissionais, geralmente, estão inseridas dentro de (outros) contextos de (outras) estórias. Afinal, as memórias se interligam pelas vivências e experiências da trajetória. Ao construir uma narrativa de si, o sujeito cria uma identidade e, a partir dela, uma sequência de fatos, sistemas de coerência (Linde, 1993) e registros são desencadeados entre o intervalo do passado, presente e futuro. Conforme ressalta Willian Soares dos Santos em seu capítulo sobre níveis de interpretação na entrevista de pesquisa interpretativa:

> É central a percepção de que as pessoas utilizam a narrativa não apenas para (re)construir eventos passados, mas, entre outros objetivos, para que tais eventos sejam interpretados de acordo com as representações que desejam. Narramos de forma que as histórias estejam adequadas a determinados objetivos. (DOS SANTOS, 2013, p.24)

Logo, os fatos narrativos assumem um papel de fio condutor das histórias vividas até o tempo presente, assim como as perspectivas futuras – ambos na centralidade objetiva do que se deseja mostrar, comprovar ou representar. As narrativas das quatro mulheres entrevistadas sobre como chegaram ao Jornalismo, como exercício profissional, mostraram-nos essa sequencialidade de motivação e propósito: encontrar

na profissão um instrumento de denúncia, mobilização social e realização pessoal. Todas, logo na fase da infância/adolescência, já identificaram habilidades propícias à profissão, o que nos mostrou muitas similaridades entre os discursos. Poderíamos até dizer que foi um caminho muito natural, apesar dos desafios até o ambiente universitário. Porém, como mulheres negras e oriundas de classes sociais baixas, os atravessamentos do racismo, oportunidade (ou a falta delas) e pontos de acesso foram fortes antecedentes ao início dessa trajetória – porém não de impedimento. A seguir, selecionamos trechos de narrativas que nos situam sobre em que momento se deu a escolha profissional:

> Eu devo muito à escola. Minhas professoras, mesmo num bairro pobre, investiram muito nos seus alunos. Era uma outra época. Eu nunca pisei, a não ser na Aliança Francesa ou no Brasas onde eu fiz línguas, eu nunca pisei em escola particular. Eu não conheço escola particular. Minha filha, não. Minha filha parecia que era (...) eu tenho uma filha de 21 anos. Me parecia uma falta de responsabilidade da minha parte deixar minha filha em uma escola pública. Por quê? Porque a escola pública de hoje diferia muito, difere muito da escola pública que eu estudei. Tanto é que eu entrei nos melhores colégios, entrei na UFF, entrei classificada só pela escola pública. Eu passei de primeira. E, enfim, meu pai investiu em mim, me colocou para fazer prova no instituto de educação, que era um colégio na época muito elitizado. Na época, entravam cinquenta alunos por ano. Instituto de Educação, Colégio Militar e Pedro II. Eram os grandes colégios. Eu entrei muito bem classificada para o Instituto de Educação. Eu me lembro que no segundo ano, na segunda série do ensino fundamental, bem novinha, eu fiz uma redação que eu coloquei assim: tinha umas figurinhas e eu tinha que fazer uma narrativa acompanhando as figuras. Aí era um ratinho olhando pra um gatinho até que um abocanha o outro. Eu botei assim, me lembro que tinha acabado de fazer sete anos, tinha oito anos de idade. Tinha acabado de fazer. Era o início do ano, do segundo ano. Eu botei "o gato espreita o rato" (risos). Foi quando a professora me chamou e perguntou "quem ensinou isso a você, esse verbo - espreitar?". Aí eu falei "eu gosto das palavras! Eu gosto do dicionário". Ela disse "você vai ser uma grande jornalista!". Eu não esqueci aquilo. Não esqueci. (Núbia, 53 anos)

A trajetória de Núbia, segundo suas próprias palavras, é resultado do investimento do seu pai, que, desde cedo, observava suas habilidades e desejo pelo aprofundamento do conhecimento. Isso potencializou e impulsionou a jornalista nos estudos para conquistar vagas em escolas de qualidade. Diante disso, sua descoberta pelo Jornalismo nasce em meio a um episódio no primário – cuja fala de sua professora foi como um *insight*, uma possibilidade de se tornar uma profissional de comunicação em um futuro próximo.

Quando avançamos nos estudos de narrativa, é preciso adentrar a uma noção

fundamental para a compreensão do discurso oral e para a análise da interação. O conceito de enquadre, incialmente proposto por Gregory Bateson e depois desenvolvido por Erving Goffman, ilustra alguns pilares de situação interacional: o que dizemos e o que fazemos a partir de uma moldura interpretativa, indagando sempre o "onde, como e quando". Para Goffman (2002), "em qualquer encontro face a face, os participantes estão permanentemente propondo ou mantendo enquadres, que organizam o discurso e os orientam com relação à situação interacional" (GOFFMAN, 2002, p. 106).

Assim, o autor traz o conceito de *footing* [17]como um desdobramento do conceito de enquadre inserido em um discurso. Ele é caracterizado pelo dinamismo dos enquadres em um diálogo. Ou seja, "*footing* representa o alinhamento, a postura, a posição, a projeção do 'eu' de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção" (GOFFMAN, 202, p. 106). Isso dá sentido às reações discursivas da vida conversacional tanto para os falantes quanto para os ouvintes. Fazemos esta intervenção teórica para explicar que a fala de Núbia entrou em diálogo com ela mesma e com a pesquisadora simultaneamente. Relembrar aquele fato narrado despertou impacto nas recordações daquele ponto de virada[18] em sua trajetória. O mesmo ocorre na fala de Kalifa a seguir:

> Eu sempre fui comunicativa. Eu lembro quando eu tinha uns dez anos e, na época, lançaram aquelas câmeras de gravar. E, no aniversário do meu avô, ele tinha comprado uma câmera e ele adorava coisas tecnológicas. Aí, ele comprou uma câmera dessas no aniversário dele e uma prima minha estava gravando. E eu como era muito 'espivitada', ela falou "vai você para ser apresentadora", e, eu fui falando "estamos aqui, na festa do meu avô e tal, tal, tal". Essa é minha primeira lembrança que tenho dessa paixão por comunicação. Tenho fotos com o microfone na mão, ficava imitando a Xuxa, essas coisas. (Kalifa, 28 anos)

Logo na infância, Kalifa tem um encontro com as aptidões para a comunicação social e isso se desenvolve por intermédio do manuseio de instrumentos tecnológicos (câmera e microfone) – os quais a jornalista, que hoje é apresentadora de um canal,

[17] Código essencial dos estudos linguísticos de narrativas.

[18] Segundo Mishler (1999), "pontos de virada são exemplos especialmente marcantes de algo que ocorre o tempo todo, isto é, do processo contínuo no qual nos engajamos para reconstruir os significados de nossas experiências passadas e para refazer a nós mesmos de modos grandes e pequenos. Esse processo contínuo, interminável, de revisar e re-revisar nossas histórias de vida e nossas identidades, à medida que começamos a entender o que se passou em termos de contextos cada vez mais amplos do que ocorreu depois, sugere fortemente a necessidade de repensar alguns pressupostos-chave na teoria e na pesquisa sobre o desenvolvimento do ciclo vital, tais como a continuidade nas trajetórias de desenvolvimento e a resultante ênfase dos estudos longitudinais, tanto prospectivos quanto retrospectivos, na predição".

define como uma recordação primitiva do início de um autoconhecimento profissional. Destacamos também que, na mesma época, ela adota uma mulher branca como umas das primeiras referências de apresentadora: a Xuxa, que é loira e de olhos azuis – o que Araújo (2006) conceitua como um peso imagético de referência, naturalizado como estética branca e audiovisual padrão de todas as mídias. Mais adiante veremos em uma das falas da entrevistada sobre a influência e introjeção disso na negação/aceitação de sua negritude.

> Na verdade, eu pensei "vou fazer essa faculdade para provar para minha mãe que eu tinha o diploma que ela tanto queria, mas, olha, eu vou viver do surfe". Eu tinha essa vontade. Acabou que entrei para universidade e me apaixonei muito, assim, por tudo. Porque a grade era muito completa, na questão prática. Eu tinha aulas práticas de telejornalismo, de impresso, de rádio. Minha mãe é dona de casa, não fez faculdade. Mas ela queria que eu fizesse ou Direito ou Jornalismo. (Kalifa, 28 anos)

A jornalista tem um encontro com o mundo do surfe na adolescência. O que podemos chamar de uma nova paixão, assim como ela descreveu a comunicação social na infância. Porém, ela vai muito além: começa a viajar pelo Brasil, participa de campeonatos, ganha prêmios e, aos 17 anos, decide que quer viver disso. Contrariada pela sua mãe, Kalifa faz um acordo de mais dois anos para se dedicar ao esporte e depois iniciar uma graduação. O segundo ponto de virada em sua narrativa é quando ela encontra o Jornalismo na universidade e se surpreende com a grade, resgatando suas aptidões já iniciadas na infância.

Esse estilo de percurso encontramos também na fala de Thema – que desde muito nova já se percebe como jornalista – antes mesmo de ser.

> Fui criada no subúrbio carioca. (...) Eu assistia muito, eu ouvia muito rádio, assistia muito o *Sem Censura*, esse tipo de programa de troca de ideias. Ali, digamos, se fosse hoje – se eu tivesse uma filha pequena que demonstrasse aqueles interesses, já estaria claro que ela tinha uma vocação jornalística. Eu não tinha essa clareza, nem minha mãe, nem ninguém do meu entorno. Mas uma amiga minha, que é minha amiga até hoje uma vez comentou isso comigo. A gente estava na casa dela vendo o Fantástico e apareceu o Ferreira Gullar, o poeta. Aí, eu falei: "ih, olha o Ferreira Gullar". E ela falou "cara, você conhece todo mundo. Você devia ser jornalista". Foi "o" grande rompimento de paradigma, sabe? Sabe quando uma coisa faz sentido você ouvir? E foi a partir dali. Eu devia estar no segundo ano do ensino médio. Dezesseis para dezessete. Aquilo fez muito sentido. Eu cristalizei que eu queria ser jornalista. Eu era boa aluna de história, de geografia, muito boa aluna de português, sempre escrevi muito bem desde muito pequena. Minhas redações eram destaque e minha mãe embarcou. E a partir daí eu resolvi fazer faculdade de Jornalismo. (Thema, 48 anos)

Oriunda de um bairro da periferia do Rio de Janeiro, a jornalista traz uma narrativa de criação por uma mãe que tinha somente cinco anos de escolaridade e que, segundo Thema, era muito rígida na cobrança pela excelência na dedicação aos estudos. Assim, a entrevistada relata que esse impulso a levou para o campo dos conhecimentos gerais e à desenvoltura do que ela sabia fazer de melhor: pesquisar, se comunicar, explorar os fatos e escrever. Até então, a realidade da vida universitária não era palpável a todos e todas nos entornos da região. O ponto de virada, que ela chama de "rompimento de paradigma", em sua trajetória se dá a partir da fala de uma amiga. Foi o *insight* que a levou para uma das decisões mais significativas da sua vida – tornar-se o que antes era apenas uma possibilidade.

Da mesma forma, Shukura também apresenta uma narrativa similar às anteriores em relação ao encontro com o Jornalismo na infância, porém com um diferencial carregado de um ideal social como "ferramenta de mudança estrutural na sociedade":

> Eu sou de uma comunidade muito pobre e, no meu bairro, a gente nem tinha universitários na época. Eu fui a primeira universitária ali, e fui a primeira universitária de todas as gerações da minha família. E aí o Jornalismo vem para mim como uma questão social, que é o que eu faço até hoje, de ativismo. Eu já tinha um trabalho de Comunidade Eclesiais de Base (CEB's) ligada à teologia da libertação, da igreja católica, e era um trabalho muito politizado. Então, quando eu me descubro em determinado momento – ontem, por acaso eu visitei a igreja na qual eu falei assim "foi aqui que nasceu meu *status* social para o Jornalismo" – eu me lembro que eu estava lá e eu já tinha decidido fazer Jornalismo, pois achava que ele era uma ferramenta de mudança estrutural na sociedade, de denúncia. Isso eu já percebi na adolescência, eu falava quando criança que queria ser jornalista, na adolescência eu tive convicção de que era isso e eu com dezessete ou dezoito anos, na chacina de Eldorado dos Carajás, eu me lembro que estava no meio de uma missa e veio a notícia da chacina de manhã e eu tive aquele estalo: "é isso que eu quero. É lutar contra essa injustiça no Brasil". E a gente precisa ter voz. A questão da voz. A gente precisa ter voz nesse país, gente. Não é possível. E aí, eu me engajei no Jornalismo. Eu não tinha consciência racial ainda nesse momento. (Shukura, 39 anos)

Diferentemente de Kalifa, Núbia e Thema, Shukura não descreve habilidades de escrita ou aptidões de comunicação para embarcar no Jornalismo como carreira. A inquietação que a envolve vem de uma natureza de um *status* social, ou seja, seu recorte de mulher negra, pobre e do subúrbio a engaja em uma luta pela voz. A jornalista segue um caminho de criação de estratégias no enfrentamento das desigualdades. É como Ribeiro (2017) afirma ao dizer que "quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de

transcendência" (RIBEIRO, 2017, p.64). Esse era (e ainda é) o objetivo pessoal e profissional de Shukura.

A sequência dos relatos é, de fato, intencional para refletirmos em pontos de semelhanças e especificidades de trajetórias, que levaram essas mulheres negras à escolha do Jornalismo como profissão. Em síntese, identificamos: I – a influência familiar no incentivo à educação escolar e ao desenvolvimento de uma formação superior, ainda que tal realidade não fizesse parte do contexto dos pais; II – o recorte de classe é bastante explícito, pois se descrevem, em suas narrativas, como oriundas de subúrbios, lugares pobres, carentes no ponto de vista de acesso e oportunidades de ascensão e detentoras de poucos recursos financeiros, lugares pobres; III – a infância é o lugar de descoberta e *insights* de inclinação para a profissão jornalística e a adolescência é apresentada como a fase de solidificação e amadurecimento desse caminho; IV- a habilidade de escrita e de se comunicar bem foram indícios de possibilidades para abraçar a carreira no futuro, assim como comentários e falas de pessoas próximas tiveram influências decisivas para algumas delas; V- a escola representou um papel social muito relevante no que tange à influência de professores para Núbia e Thema, por exemplo, no momento em que as licenciadas identificam seus potenciais, reforçam seus sonhos e autoestimas e investiram nas alunas – seja pelo incentivo, seja pela dedicação de tempo e ensino; VI – o interesse também por História como ciência descrito por Thema, Shukura e, como veremos mais adiante, por Núbia também.

Outro aspecto analítico foi que, a partir da notícia da chacina de Eldorado dos Carajás, na década de 90, o desejo expresso por Shukura de lutar contra injustiças do Brasil e problematizar a questão de ter voz despertou-se ainda mais. O caminho de fazer um pré-vestibular específico para negros e carentes, embora ela ainda não tivesse uma consciência racial,- isto é, a construção de uma mentalidade que reconhece as barreiras instituídas historicamente pelo racismo e, a partir disso, se engaja em formas de combate à desigualdade racial, colaborando para a mudança de cognição social – foi o início de uma trajetória que se reflete diretamente na mídia na qual a jornalista atua hoje, com espaço de denúncia, representatividade ao protagonismo negro e apresentação de pautas com temáticas raciais.

Enquanto isso, Kalifa, a mais jovem entre as personagens da pesquisa, vive suas nuances entre o surfe e a comunicação social. Ela inicia com uma memória afetiva de

"gostar de brincar de repórter" quando criança – que aparentemente não foi adiante. Com a chegada da adolescência, deparou-se com o momento no qual ela deveria escolher e foi pressionada por sua mãe, que insistia que ela precisava estudar. Esse é um dos pontos de virada da entrevista, pois ela destaca o seguinte pensamento: "vou fazer essa faculdade para provar para minha mãe que eu tinha o diploma que ela tanto queria, mas, olha, eu vou viver do surfe". Na dúvida entre Educação Física e Jornalismo, ela resgata seus impulsos da infância e cursa a segunda opção no ensino superior.

Logo, não apresentamos, aqui, chegadas 'acidentais' ao Jornalismo. Muito pelo contrário. Por isso, tornamos a dizer que entre as maiores riquezas desta pesquisa está o encontro da percepção da complexidade e singularidade de cada história, trajetória, em diferentes momentos, famílias, contextos, personalidades, círculos de convivência e lugares de residência, assim como as estratégias criadas para compreender, lidar e superar o racismo no auge do desenvolvimento profissional. Isso nos faz repensar o conhecimento sobre o papel de mulheres negras em mídias do Rio de Janeiro como instrumento de mudança de cognição social e comportamentos naturalizados na sociedade. Se pensarmos que "a mídia costuma ser um lugar privilegiado na criação do que se chamou "estados de opinião", onde os discursos circulam e definem sujeitos" (IRACI; SANEMATSU, 2004, p. 135), a representatividade de quem participa ativamente da veiculação de notícias e conteúdos nos meios de comunicação possui relevância e poder de influência na construção simbólica e imagética, assim como a desconstrução de estereótipos e inferiorização de grupos excluídos.

3.4 Sobre ser negra no espaço universitário – quando não basta apenas "estar", mas é preciso "(re)existir"

A chegada à universidade é considerada um marco muito representativo na condição juvenil. Muitas jovens[19] chegam ainda indecisas quanto à carreira e com incertezas frente à urgência de estar naquele lugar. Há também as deslumbradas com a despedida

[19] Aqui, escolhemos flexionar o gênero feminino na contextualização deste parágrafo do texto, mas certamente os exemplos cabem também ao gênero masculino.

do ensino médio e a inserção à nova etapa do ensino superior. Outras são impulsionadas pelas expectativas familiares e logo se deparam com crises identitárias a respeito da graduação que realmente desejam *versus* a que lhes é imposta. Esses são apenas alguns exemplos de cenários, longe de representar uma totalidade de experiências possíveis. Isso nos leva a refletir o quão significativo esse momento é também, em particular, para as pessoas negras – que encaram esse percurso como uma conquista de anos de luta, triplo esforço (estudar, trabalhar e cuidar de atividades domésticas, por exemplo) e dedicação.

> O ingresso na universidade acrescenta outro conjunto de mudanças à vida das jovens (*negras*). Essas modificações não se restringem à administração dos conflitos da etapa de vida da juventude. Adquirem uma repercussão familiar, na vizinhança onde moram, no círculo de amizades, que as coloca em situação de visibilidade – positiva e negativa – entre seus grupos pares. (SACRAMENTO, 2016, p. 137)

Falar sobre a população negra na universidade é um assunto que merece ser ilustrado por estatísticas. Se pensarmos no intervalo entre os anos de 2005 e 2015, o Brasil teve um salto no percentual de negros e negras no ingresso à graduação. Segundo uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada em 2016, 12,8% de jovens negros (entre 18 e 24 anos) chegaram ao ensino superior em 2015. Em comparação ao ano de 2005, o percentual registrado foi de 5,5%. Quando pensamos na população de jovens brancos, temos 26,5% em 2015 e 17,8% em 2005.

Logo, o papel das ações afirmativas e políticas públicas (como o ProUni[20]) foi fundamental na mudança do perfil do cenário universitário, principalmente para a população negra. A questão do acesso e permanência também ganhou espaço nas arenas de discussões sobre a Lei de Cotas – adotada pelo governo brasileiro. Embora os projetos de leis nesse aspecto já circulassem durante a década de 90, a institucionalização[21] foi em 2001, enquanto a primeira aplicação no vestibular da Uerj foi realizada em 2003.

---

[20] Programa Universidade para Todos – criado pela MP n°. 213/2004 e institucionalizado pela Lei n° 11.096, de 13 de janeiro de 2005.
http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa
Acesso em: 14 de novembro de 2017

[21] No dia 9 de novembro de 2001, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, sancionou a Lei 3.708 – que foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Assim, quarenta por cento das cotas seriam destinadas às populações que se autodeclarassem como negras e pardas. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) foi a primeira a adotar o sistema na seleção do vestibular de 2003.

Os casos, específicos, das jornalistas participantes da pesquisa na universidade nos mostraram um mundo de relatos e situações que tangenciam um ponto em comum: a solidão de ser uma das pouquíssimas estudantes negras ou, até mesmo, a única, no âmbito acadêmico. Cabe ressaltarmos que a inserção ao sistema superior de todas essas mulheres não se deu por meio de ações afirmativas – visto que duas delas (Núbia e Thema) iniciaram no período anterior à adoção da Lei de Cotas. Shukura foi bolsista de uma instituição de ensino superior privada.

Nesse sentido, o espaço universitário é apresentado como um cenário divisório, acompanhado de transformações significativas à trajetória, do processo de percepção do pertencimento étnico-racial – somados aos desafios do conviver e do sobreviver em um ambiente branco e elitizado.

> Eu entro na PUC e é aquela coisa, né? Um choque inicial. Só tinha eu de negra na turma de jornalismo, manhã e tarde naquele ano. Fiquei muito tempo sendo a única negra lá, tinha sido a primeira do projeto também, o projeto era muito recente. E lá sim, eu começo a me perceber como negra, enquanto mulher negra. Na PUC eu já vou fazendo essa diferenciação – "eu não sou aquele, aquele não sou eu". Isso começa a nascer. E logo no início eu precisava trabalhar, porque eu era muito pobre. Eu pegava carona, fazia faxina, pra ir para faculdade, eu pegava esse dinheiro todo para pagar passagem. Meu pai era motorista de ônibus e eu pegava carona com os amigos dele. Até que me puseram muitas vezes para fora do ônibus e aí eu tive que me virar de outra maneira. (Shukura, 39 anos)

Durante esse trecho da entrevista, o tom de voz, a expressão corporal e facial de Shukura não demonstraram tristeza ou lamento ao recordar os pontos de solidão e de condição socioeconômica. Aqui, a interseccionalidade como categoria de análise apresentada no primeiro capítulo permite-nos observar os recortes de raça e classe como dois agravantes na experiência universitária da jornalista. Assim, visualizamos a existência de desvantagens estruturais em sua trajetória pessoal, produzidas por uma sociedade desigual e hierarquizante de oportunidades e possibilidades.

> Eu tive uma conversa com um vizinho, que era professor de matemática. Ele me chamou e disse que Jornalismo era uma profissão de meninas ricas e bonitas. Então, era claramente uma manifestação racista – desse racismo brasileiro que não usa eufemismo e, de alguma forma, é um sentido de proteção: "vai ser pior para você insistir numa carreira que não é pra você". O jornalismo é uma profissão de classe média branca até hoje. Isso foi há quase trinta anos e a presença negra no jornalismo ainda é aquém da nossa participação na nossa população. Ele me sugeriu fazer Ciências Contábeis ou Administração para arranjar um emprego como secretária. Eu falei "não, eu não quero ser secretária. Eu quero ser jornalista". Eu fui surpreendida e eu lembro de ter ficado muito triste, mas eu não fui agressiva, como talvez hoje

> eu seria. De alguma maneira, eu entendi, mesmo com tristeza, que o que ele estava tentando fazer era me proteger de uma profissão ou de um ambiente que não era para a gente. Acho que tem uma dose grande de muito trabalho, mas de alguma sorte também de ter passado para a UFF – eu era uma das poucas alunas negras, mais uns três, um professor negro que até hoje é meu amigo (Thema, 48 anos)

Durante o histórico de criação em um bairro localizado no subúrbio da zona norte carioca, a jornalista assume uma situação de visibilidade (com o ingresso à graduação) que a coloca de frente com a situação sistemática descrita acima. A admoestação do vizinho ao fixar estereótipos ao Jornalismo como "uma profissão de meninas ricas e bonitas" e, ao mesmo tempo, sugerir que seria um caminho melhor ser uma secretária, nos leva a alguns dos dilemas da sua experiência acadêmica – dentro e fora – da universidade, atravessados pelo imaginário coletivo de que o lugar de subalternidade e de menor prestígio social deve ser/é ocupado por pessoas negras.

Afinal, qual a complexidade do conceito de universidade para a realidade de uma jovem negra, pobre e oriunda do subúrbio? A intelectual negra Santos (2016) classifica o espaço universitário como:

> Campo privilegiado de construção de saber e lugar de formação profissional fundamental, tanto por conta do *status* de classe nos âmbitos sociopolítico e econômico, quanto por conta das relações complexas de dominação articuladas entre racismo e sexismo, que o mesmo, por meio daqueles que nele atuam, ajuda a contribuir, reproduzir e transmitir. Se historicamente, a universidade, como instituição social, constituiu lugar reprodutor das hierarquias que fundamentam lógicas escritas na colonialidade do saber, do ser e do poder (Quijano, 2009) é por meio destas lógicas e através delas que são geradas condições de ruptura com estes mesmos pretensos poderes. (SANTOS, 2016, p. 44 e 45)

Núbia prossegue relatando sua motivação e identificação com a profissão baseada na politização. Observem que, no trecho da narrativa de chegada ao Jornalismo, ela reforça seu nível de inteligência, ainda que seja através da percepção do outro – no caso, seu pai.

> Desde muito nova meu pai acho que sacou que eu tinha dons pra, é, para o campo, pra escolaridade, pra investir na escolaridade. Ele achava que, talvez, eu merecesse ter uma oportunidade de optar por uma profissão que exige um nível de escolaridade grande. Ele achava que eu tinha algum tipo de inteligência, um nível de inteligência que justificasse isso. Então, minhas professoras também. (Núbia, 53 anos)

Em um determinado momento da entrevista, ela se intitula como

"intelectualmente agressiva", adjetivando a si mesma, seus textos e o seu fazer jornalístico. Uma das possíveis razões para a construção dessa autoestima, aparentemente, tão consolidada se dá pela convivência com grandes nomes de intelectuais negros, com os quais a jornalista teve contato próximo durante a faculdade.

> (...) Eu fui para o jornalismo não por conta de uma, de..., como é que eu vou dizer? De fazer comprimir um mito. Não foi isso. É porque eu tinha realmente uma idealização profissional que passa por conhecer pessoas, que passa por observar, narrar a realidade da forma em que eu permita que se construa uma visão politizada, uma visão que se distinga da minha, mas que de alguma forma leve a minha marca também como observadora – já que eu me considero uma pessoa politizada e politizada por grandes intelectuais negros. Robson Xavier [22] me ensinou a ser negra. Eu me lembro que uma vez na sala de aula, uma moça loira chegou pra ele e falou assim: "minha família é...", disse lá um nome estrangeiro. Ele disse assim: "minha família também tem um monte de nobres. Eu sou nagô". E aquilo foi extremamente forte para mim. Ele implicava muito comigo, ele achava meu texto extremamente excelente. Uma vez ele disse para mim "você escreve muito bem". Olhou bem nos meus olhos e disse "não desista!". Eu tinha sérios problemas. Uma família não pobre, paupérrima não. Desestruturada do ponto de vista afetivo. (Núbia, 53 anos)

Analisemos por partes: o contato com Robson Xavier, um dos maiores intelectuais negros no campo da comunicação social no Brasil, na relação professor-aluna assume três tipos de papeis: político, afetuoso (entre elogios e implicâncias) a nível de encorajamento e didático no sentido de ensinar Núbia sobre sua própria negritude. Ele torna-se, assim, uma referência pessoal para a jornalista, assumindo uma influência decisiva na formação crítica e étnico-racial – a partir da convivência na universidade.

Mais um ponto de análise da narrativa é identificado no contexto familiar de Núbia, que o descreve como desestruturado no ponto de vista afetivo. Ela complementa sua fala logo em seguida:

> Meus pais se separaram e eles não se preocuparam muito com aquele núcleo familiar que começou a adoecer próximo a uma comunidade onde existia tráfico. E isso é uma coisa preocupante. Porque as chances de adolescentes enveredarem pelo caminho das drogas crescem muito para uma família desestruturada. Minha família era muito desestruturada. Boas pessoas, meu pai e minha mãe, mas afetivamente deixavam a desejar nesse sentido. Foram mais individualistas do que deveriam ter sido, pelo menos nessa faixa de idade. Não construíram nenhuma estratégia para que os filhos não se conturbassem com a saída deles e adentrassem no mundo das drogas. O que aconteceu com dois deles. Um hoje é um empresário bem-sucedido e a outra está morta. Mostra como é que a gente já nasce, nós negros, já nascemos

[22] Pseudônimo.

> com uma, um *déficit* de oportunidade de crescimento sadio, né? Porque se você está à beira... (Núbia, 53 anos)

Neusa Santos Sousa pontua em sua obra clássica *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* que "o contexto familiar é o lugar primeiro onde a ação constituinte do Ideal do Ego se desenrola" (SOUSA, 1983, p. 36). Logo, ele significa uma espécie de modelo ideal sob o qual um indivíduo estrutura suas expectativas do que seria a idealização representativa das figuras de paternidade e maternidade – ou seus respectivos substitutos. Essa representação, em sua essência, é considerada uma força decisiva na produção do negro como sujeito, segundo autora. Considerando a definição do Ideal do Ego como "a instância que estrutura o sujeito psíquico", ele é o lugar do discurso de amor, pertencimento, afeto, respeito, admiração, entre outros. No discurso de Núbia, encontramos uma frustração no que tange à expectativa de comportamento e cuidado emocional dos seus pais para com ela e seus irmãos. O que lhe gerou sérios problemas psicológicos, impulsionando-a – mais tarde – à construção de estratégias de fortalecimento da sua autoestima como mulher negra.

3.4 A profissão como conquista. A conquista como estratégia

> Jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores e ouvintes (ROSSI, 2005, p.7).

A experiência como matéria prima transcende teorias vazias e fechadas. Ela tem o poder de falar por ela mesma. É autoexplicativa, pois remete a memórias pessoais. É intransferível, pois só quem viveu sabe o que ela, indiscutivelmente, significa. "É ela quem transforma o que poderia ser um mero exercício acadêmico, exigido como mais um requisito da ascensão social, num anseio apaixonado de produção de conhecimento" (SOUSA, 1983, p. 18). Privilegiamos este tópico para tratar das cenas de vivências cruciais das quatro jornalistas ao longo do exercício profissional – o qual ainda permanece em curso.

Se há uma percepção imediatista, diríamos que todas as participantes da pesquisa são inteiramente envolvidas e contagiadas pela profissão. No mundo ideal que, não necessariamente condiz com a realidade, a dedicação ininterrupta faz parte do

cotidiano profissional, pois o universo de notícias não tem hora para chegar e, aliás, tudo é notícia, tudo pode ser uma pauta jornalística, tudo tem potencial para se tornar matéria-prima – depende unicamente do olhar.

A trajetória de Shukura é marcada por surpresas e oportunidades como mulher negra. Se considerarmos que as mídias televisivas possuem como padrão estético homens e mulheres brancas, a presença efetiva de uma jornalista negra em postos de apresentação é uma conquista significativa na luta antirracista nos meios audiovisuais de comunicação. Carneiro (2003) nos alerta, porém, que: "a despeito de algumas mudanças, pois presenciamos gradativamente a presença de mulheres negras em espaços outros que não somente os de subserviência, consideramos que mudanças radicais ainda precisam ser efetivadas" (CARNEIRO, 2003, p.8). Ou seja, ainda há um caminho de modificações estruturais a ser percorrido para que a igualdade seja uma realidade e não um simulacro igualitário representado por uma minoria.

A seguir, Shukura relembra sua trajetória universitária e sua chegada à televisão, ainda que ela "acreditasse" que aquele lugar não lhe cabia e o escrever longe de câmeras e visibilidades seria uma alternativa mais real e previsível para uma jornalista negra.

> Indo para a PUC, eu me descubro e começo a procurar estágio em jornal impresso – que era o que eu queria fazer. E aí, eu nunca passava para nenhum estágio impresso, só passava para televisão. Passei para o Canal Futura, para o GNT, e eu fui construindo uma carreira em televisão. Fui ficando porque eu precisava pagar passagem. Eu fazia prova e "algum mecanismo" me boicotava nas provas de impresso e eu era aprovada nas provas de televisão. Todos os processos de televisão eu fui aprovada, até no da Rede Globo. Fui até a fase final, que era a entrevista, e na entrevista foi escolhida uma outra pessoa – que por acaso tinha parentesco ali dentro. Eu era aprovada em todos de televisão e nunca de jornal. Eu fui ficando porque eu achava que era uma forma de pagar minha passagem, só que não, né? Já era o destino agindo. Até que no estágio do GNT, eu gostava muito de escrever. Então, eu supria minha vontade de escrever fazendo reportagem na rua, sem aparecer. Eu tava superfeliz até que minha chefia cismou que não, eu tinha que aparecer no vídeo. Estou falando isso para dizer como nasce a minha consciência racial mesmo. Eu recusava, não vou fazer, não vou fazer. Até que minha chefia, um dia, mandou chamar o meu câmera, eu estava saindo e o meu câmera voltou para falar comigo "Oh, Shukura, é o seguinte. Me falaram que se eu voltar sem uma passagem[23] sua, eu vou ser demitido. Então, você me desculpa". Então, eu fui obrigada. E aí foi a minha reflexão.
>
> **Você tinha vergonha?**

[23] Reportagem externa na qual o/a jornalista aparece para narrar algum fato ou acontecimento em comunicação com o estúdio e, ao mesmo tempo, com o telespectador.

> Não era uma questão de vergonha. Era uma questão de não achar que aquele lugar me cabia. Então, era uma questão de não ver, de não perceber a mulher negra no vídeo. Era uma questão muito maior. Era uma questão da televisão brasileira que tinha me formado como 'não apresentadora', entendeu? Isso estava muito claro para mim. Eu comecei a pensar sobre aquilo e, quando eu entro no vídeo, é claro que eu sou celebrada como apresentadora negra, eu fui escolhida. Logo depois eu tive uma história que eu fui escolhida como a apresentadora, a "cara do GNT na época". Pena que eu fiquei poucos meses lá. Assim que eu entrei no vídeo do GNT, a Band me chamou. Então, assim, aquilo começou a ficar muito forte em mim. Comecei a perguntar "quem é essa Shukura que não quer?". Na verdade, eu queria um caminho mais fácil pra questão racial. O caminho do não aparecer. (Shukura, 39 anos)

A jornalista apresenta o "caminho do não aparecer" como uma problemática de rejeição de si. O que podemos considerar como o primeiro *clímax* da sua narrativa, pois, simultaneamente uma consciência racial começa a ser forjada – quando Shukura reflete sobre sua auto-representação, seu lugar como mulher negra e seu papel como estagiária naquele ambiente. Uma questão que ficou pendente foi a respeito da chefia que a "intimou" para a ocupação daquele lugar representativo na TV. Seria este sujeito um homem ou uma mulher negra? A entrevistada não nos mencionou esse dado. É possível perceber que a pessoa, que ela chamou de 'chefia', insistiu em seu potencial e em sua visibilidade, tonando-se um agente catalisador de um pensamento autocrítico na temática racial.

Quando Shukura diz que "a televisão brasileira não a formou como apresentadora", ela ratifica a teorização de Araújo (2006), quando aponta que "naturalmente, para todos nós, por força da nossa formação cultural, o padrão superior estético só pode ser representado por aqueles ou aquelas que continuam com o privilégio" (ARAÚJO, 2006, p.77). A persistência dos perfis de homens e mulheres brancas representadas no audiovisual é histórica e cultural, levando-nos à naturalização desse imaginário. Quando há um rompimento desse cenário pelo canal GNT, a jornalista descreve o episódio como um fenômeno de celebração pelos telespectadores brasileiros.

O que significa, afinal, uma jornalista negra em frente às câmeras de emissora? Se fazemos parte de uma sociedade que sub-representa o peso imagético de mulheres negras, o que se passa pelo imaginário coletivo quando localizamos uma, duas ou três repórteres ativas e com o poder de decisão e opinião em um meio de comunicação? Para Sueli Carneiro (2003), a resposta está no entendimento da construção e reconstrução dos

sistemas representativos, que contribuem para uma desnaturalização do lugar centralizado da branquidade em espaços de visibilidade pública.

> Se partimos do entendimento de que os meios de comunicação não apenas repassam as representações sociais sedimentadas no imaginário social, mas também se instituem como agentes que operam, constroem e reconstroem no interior da sua lógica de produção os sistemas de representação, levamos em conta que eles ocupam posição central na cristalização de imagens e sentidos sobre a mulher negra. Muito tem se falado a respeito das implicações dessas imagens e dos mecanismos capazes de promover deslocamentos para a afirmação positiva desse segmento. (CARNEIRO, 2003, p.8)

Quais espécies de iconografias de representação das mulheres negras a mídia brasileira tem transmitido? O que a citação acima reforça nada mais é que, quanto mais repetição de um mesmo padrão físico corporal, assim como de um mesmo lugar de subalternidade, mais impregnadas estarão nossas concepções, opiniões, gostos pessoais, percepções do "bom e ruim" ao imagético da negritude e branquidade. Logo, a urgência e a relevância dos deslocamentos desse imaginário coletivo, para, assim, reconstruirmos a identidade social (positiva) da população negra, em especial, as que estão em evidência pública.

Aliás, o mesmo imaginário de qual seria lugar de uma jornalista negra desencadeou em Shukura uma sensação de não pertencimento àquela posição de visibilidade, mas sim em uma categoria de menos exposição estética – como um jornal impresso, por exemplo, no qual ela só precisaria assinar os textos. "O caminho do não aparecer", descrito como mais fácil e mais óbvio para sua subjetividade, nos mostra como o racismo age na psique humana, imprimindo marcas negativas à autoestima e autoprojeção. Estamos diante de um processo inconsciente de aceitação/rejeição quando ela mesma diz que "era uma questão de não achar que aquele lugar lhe cabia". Ou seja: há um conflito entre a projeção da identidade e o seu corpo.

Em contrapartida, no discurso de Kalifa, identificamos um paralelo conflitivo em relação ao "não aparecer" na TV:

> O que aconteceu é que eu fui fazendo estágio na faculdade e me apaixonei pela área de TV e no final da faculdade eu consegui um estágio no canal de TV, que eu trabalho hoje – que é um canal especializado em esporte de ação, principalmente surfe e cultura jovem. Eu comecei estagiando lá e me encontrei. Eu falei "cara isso aqui é demais! Eu vou para todos os eventos de surfe, com tudo pago, fico na beira da praia, porque eu sou a jornalista da parada! Eu tenho mais respaldo que os próprios surfistas, que são as pessoas

que fazem o espetáculo".

E como você chegou lá?
Uma colega minha me indicou. Ela era repórter de lá e falou "essa menina aqui está estudando Jornalismo, ela surfa". Porque lá eles valorizam muito isso, da pessoa entender um pouco do esporte, do surfe. E eu já competia, já entendia pra caramba e estava estudando Jornalismo. Eu tinha tudo o que eles queriam. Eu comecei estagiando, depois fui efetivada e fiquei. Estou lá há sete anos. Mas assim – nesse processo eu passei por várias fases. Nos primeiros anos a gente não aparecia na televisão. A gente que eu digo, me refiro a todos os redatores, estagiários. Só quem aparecia no vídeo eram os apresentadores. E é um canal pequeno, tinha todas essas questões burocráticas. E eu me perguntava "porque eu não apareço?". Meu nome só aparecia no creditozinho. Quando eu fazia um texto ou alguma edição e no site também quando eu aparecia, ah, e minha mão, né? A mão preta lá era a minha mão, tipo. Eu queria muito aparecer! Aí eu fiquei me questionando e cheguei a procurar outros empregos, porque cara, eu quero trabalhar com TV, mas quero aparecer. Eu quero trabalhar com rádio e experimentar outras coisas. Entrei numa crise! (Kalifa, 28 anos)

Conforme uma das suas narrativas anteriores, Kalifa é baiana, nascida no munícipio de Itacaré. É importante considerar que, segundo o Censo de 2010, a Bahia ocupa o segundo lugar no ranking nacional 76, 3% autodeclarados pretos e pardos – conforme à classificação racial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Logo, embora o surfe seja um esporte elitizado, com instrumentos caros e de prática mais comum aos que residem em regiões oceânicas e, consequentemente, pertencentes às classes média e alta, a jornalista contou que o quantitativo de surfistas negras e negros no estado é maior do que no Rio de Janeiro, por exemplo. Diante disso, podemos fazer um recorte de caráter racial e de gênero para iniciar esse trecho de análise.

Quando falamos em visibilidade midiática, pensamos na representação dos sistemas e nos signos que os constituem. Assim, o ato de estar em frente às câmeras em um telejornal ou uma programação de entretenimento, por exemplo, tem um peso (e preço) imagético – que passa pela aceitação, padronização estética e enquadramento do veículo. Kalifa, então, se mostra insatisfeita porque, embora estivesse atuando pelos bastidores do canal, sua imagem e presença física ainda não tinham encontrado um espaço de participação ativa. O que lhe gerou inquietudes que a fizeram até procurar por outras oportunidades de trabalho. A jornalista destaca que foram quatro anos sem que ela fizesse parte visivelmente dos quadros dos programas televisivos.

Segundo a jornalista, a questão, porém, não era somente com ela. Como o canal

é pequeno – em termos de estrutura física e número de profissionais contratados –, nem Kalifa nem ninguém da equipe tinha espaço de visibilidade também. Sendo assim, não era algo pontual, mas sim geral naquele espaço. Diferentemente do desejo de Shukura de não querer visibilidade e, mesmo assim alcançar, Kalifa desejava, mas não alcançou de imediato. Ela e os demais jornalistas da empresa passaram por treinamento que investiu em performance, dicção, projeção da fala, comportamento e postura na apresentação.

> A empresa estava num processo de preparar as pessoas para aparecer, isso com mais ou menos quatro anos de casa. Eu fiquei quatro anos sem aparecer. E aí eles fizeram esse processo e falaram "vocês estão indo para a rua, faz uma passagem, faz uma pausa e testa". Depois eles iriam reunir tudo para avaliar, quem está pronto, quem não está, o que que precisa e tal. Eu e mais três colegas. Aí todo mundo fez, né? Todo mundo muito cru, né? Ninguém nunca tinha feito nada. Minha única experiência com TV tinha sido na faculdade há três anos atrás – TV tipo câmera, de estar na frente das câmeras. A parte de bastidores, eu sabia. Tinha bastante experiência, porque na faculdade eu fazia estágio que eu era monitora, gravava coisas, então, eu sabia gravar, sabia editar, mas na TV eu sempre fui muito tímida de cara para a câmera. Eu comecei a fazer as coisas e ele falou "tá bacana, mas vamos fazer um curso aqui". Aí o próprio pessoal do trabalho contratou um cara para fazer tipo um workshop de interpretação com a gente. E fizemos esse workshop, depois contrataram uma fonoaudióloga e todo mundo fez fono[24] para trabalhar a questão da dicção. E começamos a fazer. Já tem em média uns três anos que eu faço reportagem agora aparecendo na TV. Foi gradativo, mas... (Kalifa, 28 anos)

É cabível ressaltar que, mesmo diante da inexperiência dos profissionais na TV– característica comum aos iniciantes da profissão – a empresa decidiu investir no aperfeiçoamento dos repórteres durante aproximadamente três meses. Após esse treinamento de capacitação, Kalifa é, enfim, contemplada com um espaço de visibilidade semanal no programa, assim como em coberturas externas e em campeonatos de surfe. Uma conquista a ser celebrada, mas que não significa uma ausência de reflexão sobre a baixa presença de profissionais negros em seu ambiente profissional. O dado é claro: pessoas negras são a minoria da empresa. Ao questionarmos sobre o perfil étnico-racial de sua equipe, a jornalista prontamente respondeu:

> Branco (risos) – eu costumo brincar até com as pessoas lá que eu sou "a cota". Porque, de fato, não é uma coisa dita, fica nas entrelinhas, mas eles

[24] Fonoaudióloga.

> não dão prioridade para contratar pessoas negras. Mas aí eles falam "mas a gente também não dá prioridade para contratar nem branca, nem *nanana*". Mas se você olhar o perfil de todos os apresentadores, repórteres e tal, eu sou a única pessoa negra... É, não, na edição tem uma outra colega que é negra, na produção tem um negro, mas o canal tem quarenta funcionários e temos quatro negros. Dez por cento. Só tem uma pessoa na limpeza e ela é negra. Eu, a pessoa da produção, da edição e a da limpeza. São quatro no total mesmo. (Kalifa, 28 anos)

A narrativa de Kalifa concernente à realidade estatística da presença de pessoas negras em sua empresa, mais uma vez, ratifica a desigualdade racial presentes em inúmeros setores sociais – no qual o mercado de trabalho se inclui. Diante disso, a jornalista não cita nenhuma iniciativa da empresa de mecanismos de inclusão de profissionais negros e redução da disparidade racial evidente no perfil da equipe. Sua resposta, porém, vem acompanhada de um riso – o qual não conseguimos identificar se veio carregado de ironia ou obviedade, pois trata-se de uma situação real e evidente ao refletir em seu próprio ambiente de atuação.

Logo, Kalifa demonstra uma consciência desse grau de exclusão ao citar que costuma brincar e intitula-se como a "cota" da equipe, além de reconhecer que, de fato, a empresa não dá prioridade à contratação de homens e mulheres negras – embora haja a negação institucional da mesma realidade. Assim, é perceptível (não apenas nesse contexto específico) um filtro de natureza racial que afeta em demasia o acesso igualitário da população negra nos postos laborais. Esse fenômeno é sintetizado por Sueli Carneiro (2011) como um conjunto de "desvantagens historicamente acumuladas por segmentos sociais expostos sistematicamente a processos de discriminação no acesso ao mercado de trabalho" (CARNEIRO, 2011, p.101). Ou seja: a realidade descrita por Kalifa sobre a presença de 10% de pessoas negras em uma empresa de pequeno porte não difere da realidade brasileira trabalhista.

De acordo com Hansenbalg (2005), as dimensões de raça e gênero são condicionantes e limitantes no que tange à presença de indivíduos negros no mercado de trabalho. Sendo assim, o reflexo direto é comensurado na identificação de áreas de maior e menor prestígio, remuneração e valor atribuído. No trecho de narrativa, Kalifa enfatiza que "só tem uma pessoa na limpeza e ela é negra" – um fator que perpetua o imaginário de subalternidade de indivíduos negros.

Enquanto isso, atentamos para mais um dado: em três dentre as quatro

entrevistas, o desenvolvimento de uma nova consciência racial a partir da profissão de jornalista mostrou-se concreto no decorrer das narrativas – apesar das gerações e trajetórias distintas. Seja pelo "não aparecer", ou pelo "quero aparecer", ou até mesmo pelo contato diário com pautas que denunciam opressões sistemáticas, entre outras temáticas, a desigualdade racial no Brasil e no mundo – foram caminhos que as impulsionaram à reflexão e construção de bases epistemológicas para discorrer sobre raça. Ao questionarmos sobre a influência direta da profissão como instrumentalização de mudança cognitiva e social, percebemos que discorrer sobre questões raciais tornou-se, então, um ato político.

> Engraçado isso. Ninguém nunca me perguntou desse jeito que você está me perguntando. Mas o Jornalismo tem um papel importante na minha consciência racial. Quer dizer – ao mesmo tempo que eu aprendi ou que eu comecei a conviver, tomar conhecimento de indicadores e estudos para escrever sobre no jornal, isso foi alimentando, sustentando, embasando a minha consciência racial e essa percepção das desigualdades todas – também de gênero, não apenas de raça, mas também de gênero, mas também de classe. Também porque você, muitas vezes lida, como se tudo aquilo fosse uma fatalidade, né? (Thema, 48 anos)

Conforme a apresentação inicial do perfil profissional de Thema, a jornalista escreve, palestra, apresenta (no rádio e na TV), constrói e desenvolve pautas que envolvem dados estatísticos – principalmente socioeconômicos. Evidencia-se, então, que o contato direto com conteúdos sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), taxas de desemprego, níveis de escolaridade, índices de violência, dados sobre encarceramento, genocídio, juventude, disparidades salariais – entre outras temáticas que compõem o cenário de desigualdade da população negra –, é relevante não somente como mecanismo de denúncia social, mas como na potencialidade subjetiva ao enfrentar tais realidades. Nesse sentido, o impacto de falar sobre o cotidiano de pessoas negras é ainda maior – tanto por alavancar a notoriedade na mídia, quanto pela legitimidade de enunciação por uma mulher e jornalista negra. Essa é a maior justificativa, segundo a jornalista, da importância da profissão para a sua negritude – que "é o simples reconhecimento do fato de ser negro, a aceitação do seu destino, de sua história, de sua cultura", na definição de Césaire (1987).

O significado social de *ser* uma jornalista negra, que delineia os conceitos de identificação e identidade tratados no primeiro capítulo, foi uma das perguntas emblemáticas da pesquisa. À medida que perguntávamos *o que significa ser uma*

jornalista negra para você? constatávamos que as entrevistadas precisavam de um pouco mais de tempo para elaborar uma resposta – como se a interrogativa pudesse ter múltiplas possibilidades de réplicas argumentativas. Afinal, compreender sua própria subjetividade imersa em tantas escolhas, noções de pertencimento, rupturas, vivências e processos de construção de pensamentos e saberes já é, por si só, um caminho conflituoso.

Para Thema, tanto o *ser* como o ser vista como uma jornalista negra trata-se de uma ambiguidade de sentimentos – ora um fardo, ora uma honra:

> Olha, eu acho que ser uma jornalista negra na grande imprensa brasileira, e eu estou no jornal, tô na rádio, não em todos tratando de questões raciais permanentemente. Eu não sou uma setorista de raça. Eu não sou uma setorista de cobertura sobre negros, embora escreva muito sobre essa questão racial como colunista e fale muito disso na TV. Acho que tenho uma responsabilidade imensa, não é fácil lidar com isso. Você carrega, de alguma forma, uma expectativa dos outros em relação a como você vai se posicionar e funciona um pouco como referência, como espelho, como núcleo, como um símbolo de representatividade. Isso traz uma responsabilidade grande, que às vezes é muito boa, às vezes traz um cansaço. Dá uma solidão. Tem esse lado – o lado de como me sinto. Tem o lado de quem me emprega, que de alguma forma, pode apresentar minimamente um traço de diversidade. (Thema, 48 anos)

A fala de Thema inicia com a introdução de uma incerteza modulada pelo verbo "acho" na construção de sua resposta. Desse modo, a jornalista revela um grau de dúvida, deixando sua justificativa suscetível a questionamentos e outros desdobramentos. Thema lança mão do argumento concernente ao peso simbólico de ser vista como referência na grande imprensa. Mais do que isso, uma referência de mulher negra em posição de visibilidade. Diante disso, precisamos refletir, então, sobre o porquê desta responsabilidade e qual a sua importância para as pessoas negras.

Ao passo que Thema discorre sobre a responsabilidade representativa da negritude, recorremos mais uma vez a Césaire (1987) quando sintetiza o conceito em três palavras: identidade, fidelidade e solidariedade. A esta última definição, Munanga (2012) a teoriza como "o sentimento que nos liga secretamente a todos os irmãos negros do mundo, que nos leva a ajudá-los e a preservar nossa identidade comum" (MUNANGA, 2012, p.53). A partir desse sentimento, podemos refletir sobre o conjunto de sensações e emoções que a jornalista afirma sentir: algo bom, cansaço, solidão e incertezas. Ela prossegue:

> Então, assim, o quanto eu estou usando ou sendo usada? Essas reflexões me

> passam pela cabeça. Me passam pela cabeça o fato de não abrir mão dessas oportunidades que eu tive, porque não está posto que, em eu saindo, em eu abandonando aquele lugar, aquela posição, ela será substituída por outra mulher negra – com uma história parecida com a minha ou com essa carga de representatividade. Isso é, ao mesmo tempo, um fardo e uma honra. (Thema, 48 anos)

O binômio usar/ser usada construído nas reflexões e questionamentos de Thema em relação a sua representatividade insere um tom dúbio e é frequentemente marcado pelo silêncio entre as afirmativas. À vista das próprias autopercepções da jornalista, o ato de "usar" o espaço de atuação midiática pode ser interpretado como uma oportunidade para fazer a diferença (no sentido estético e de conteúdo) e tornando-se, ainda que em minoria, um ícone metafórico de diversidade.

A esse conflito, Stuart Hall (2006) traz uma base para a melhor compreensão quando refletimos sobre estratégicas culturais capazes (ou não) de deslocar os dispositivos de poder:

> Reconheço que os espaços "conquistados" para a diferença são poucos e dispersos, e cuidadosamente policiados e regulados. Acredito que sejam limitados. Sei que eles são absurdamente subfinanciados, que existe sempre um preço de cooptação a ser pago quando o lado cortante da diferença e da transgressão perde o fio na espetacularização. Eu sei que o que substitui a invisibilidade é uma espécie de visibilidade cuidadosamente regulada e segregada. Mas simplesmente menosprezá-la, chamando-a de "o mesmo", não adianta. Depreciá-la desse modo reflete meramente o modelo específico das políticas culturais ao qual continuamos atados, precisamente o jogo de inversão. (HALL, 2006, p.321)

Considera-se como "diferença" tudo o que se contrapõe à lógica de dominação branca, como traços físicos de negritude e identidade racial, por exemplo. Hall (2006) se refere à cooptação cultural, quando conceitua as visibilidades e os espaços condicionados a um limite. Nesse movimento, veículos midiáticos recrutam e aceitam profissionais negros nem sempre visando uma diversidade em si, mas na demonstração de uma representação irreal das fronteiras raciais que existem, sobretudo, em postos de maior relevo social. A problemática apresentada por Thema faz uma provocação à hipótese de que, se algum dia ela tiver de abandonar a TV, por exemplo, sua presença atual não é a garantia de que outras mulheres negras (e jornalistas) seriam recrutadas.

Por fim, "referência, espelho e símbolo de representatividade" são palavras-chaves usadas por Thema para sintetizar o que significado de ser uma jornalista negra na grande imprensa brasileira. O que coincide também com o nosso tripé de

investigação e norteador desta pesquisa: identificação (1), visibilidade (2) e trajetória (3). Ou seja: ela é uma mulher negra que se tornou uma referência (1); uma jornalista que alcançou o tópico de visibilidade (2); logo, sua trajetória de luta e ascensão tornou-se um símbolo de representatividade da mídia (3). A palavra "solidão" também nos leva a questionar sobre o que Sodré (2015) chama de *know-how* norte-americano na gestão empresarial. Quando "reserva-se um único lugar para uma *colored*, à maneira do sistema de quotas, produzindo-se um simulacro profissional de democracia racial" (SODRÉ, 2015, p. 280). Ou seja: o racismo reside também nas modalidades institucionais, configurando o racismo midiático não apenas na veiculação de imagens de um determinado meio de comunicação, mas no que o autor chama de "indiferença profissional" – caracterizada pela baixa presença de profissionais negros e negras nas mídias brasileiras e, quando há, são alocados em lugares distantes da vitrine pública ou de funções relevantes.

Quando Kalifa usou a terminologia "cota" na página 91 como uma forma de justificar a sua contratação no canal aonde trabalha, ela faz referência à solidão – a mesma que encontramos no relato de Thema. Porque, na verdade, em termos de visibilidade pública, ela é a única repórter negra. Há três pessoas negras segmentadas no setor de edição, na produção e na limpeza. Nesse sentido, encontramos em um outro ponto da entrevista de Kalifa um episódio no qual ela narra uma discussão que teve com seu chefe e disse abertamente sobre o "racismo velado", o simulacro de democracia racial, implícito pela sua presença na redação:

> Eu comecei a trabalhar muito cedo, mas eu trabalhei em Itacaré na adolescência como vendedora de loja, quando eu cheguei no Rio eu fazia muito bico para fazer panfletagem, bilheteria de festas, muita coisa assim que nunca fui questionada, nunca me senti lesada por ser negra. Nunca sofri esse preconceito que tenha sido muito difícil pra mim, que tenha me marcado. Mas no canal eu sinto muito isso. Porque assim, é o racismo velado mesmo. Eu vejo. Recentemente... Já que não vai aparecer meu nome (risos). Recentemente, eu discuti com meu chefe, foi por uma questão mais feminista, porque assim, além de ser um canal predominantemente branco, *é predominantemente branco*, feito por filhinhos de papai, colonizadores. Então, assim, recentemente tive uma briga com um dos meus chefes. Um cara que é super autoritário, gosta de gritar bastante com as pessoas. Ele é um amor de pessoa, mas ele grita, pede desculpas e depois te dá um flor. "Desculpa, eu não queria falar daquele jeito, mas é o meu jeito, eu perdi a paciência, *nanana*". E aí, teve alguma questão no programa, ele chegou no dia seguinte dizendo que o programa tinha sido demais, um dos melhores da vida dele e tal. E eu falei "olha, eu não gostei porque é um programa sobre surfe e 90% do tempo eles ficavam falando sobre os homens e tinha

> começado um campeonato mundial feminino e eles quase não falaram das mulheres. Ainda rolou um comentário supermachista no final. Enfim, aí eu discuti com ele. E no meio dessa discussão, ele virou para mim e falou assim "cara, eu não sou machista". Aí eu falei: "cara, não estou querendo te apontar como machista, não. Eu só acho que tá injusto isso". Aí ele "você quer o quê? Que eu fale a mesma quantidade de vezes que eu falo dos homens que eu falo das mulheres? Não dá para falar igual". Ele está acima do meu chefe de redação, ele é um dos donos do canal. "Você acha que eu contrato as pessoas aqui porque tem um rostinho bonito?". Eu peguei e falei: "eu acho! Desde que eu me entendo por gente que eu tô aqui, a regra para entrar na redação é ser mulher, estudar na PUC e ser bonitinha. Isso se resume a ser branca, loira, do cabelo liso, moreno. Eu sou a cota aqui. Eu me sinto cota". Ele falou "Kalifa, isso o que você está dizendo é um absurdo!". "Não? Então, traz um homem negro aqui, contrata um homem negro para ser redator". Porque só tem um homem na redação, além do nosso chefe de redação, só tem um que é um surfistinha, loirinho, da zona sul, uhul. Aí é que vem: esse preconceito é o sistema que a gente vive. Se você pergunta para qualquer pessoa na rua qual a imagem de um surfista que se tem, hoje as pessoas aqui no Brasil vão até conhecer o Gabriel Medina, que foi campeão mundial, que fez a história e tal. Mas a imagem de qualquer pessoa de um surfista é a imagem de um cara, de cabelo loiro, californiano e tal, tal, tal. E as pessoas se esquecem que a maioria dos surfistas não são assim. Principalmente aqui no Brasil. Os nossos representantes do surfe mundial, a grande maioria são paulistas. Aí por quê? É estrutura, a questão do patrocínio, a questão do trabalho de base. Porque temos ótimos surfistas no Nordeste, mas eles não fazem "o perfil", não são "bonitinhos". Porque o preconceito existe para os homens e para as mulheres. (Kalifa, 28 anos)

Esse trecho de narrativa foi registrado minutos após explicarmos sobre o ocultamento dos nomes reais de todas as participantes das entrevistas na pesquisa, para evitarmos, assim, possibilidades de identificação. Diante desse argumento de confiabilidade, Kalifa se sentiu segura para expor uma situação recente de desconforto com seu chefe. São inúmeras denúncias: o perfil do canal – "predominantemente branco, feito por filhinhos de papai, colonizadores"; um chefe machista, autoritário e que padroniza as seleções de corpo e estereótipo de funcionários; o código para entrar na redação – "a regra para entrar na redação é ser mulher, estudar na PUC e ser bonitinha. Isso se resume a ser branca, loira, do cabelo liso"; e a falta de prioridade para contratação de jornalistas negras e negros.

Ao colocarmos em pauta as dimensões de gênero e raça explícitos da fala de Kalifa, observamos uma lacuna estabelecida pelos privilégios para as mulheres brancas e desvantagens para as mulheres negras na empresa. O padrão da branquidade se reproduz uma lógica de contratação e é um entrave na inserção de profissionais negros. Concernente ao preterimento, isto é, desprezo da população negra e feminina, Carneiro

problematiza o mercado de trabalho no qual "mulheres negras são preteridas (no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos) em função da boa aparência cujo significado prático é: preferem-se as brancas, melhor ainda se forem louras." (CARNEIRO, 2011, p.121)

Observar, analisar e significar as experiências presentes nos relatos das jornalistas nos possibilitam adentrar nas estatísticas relativas aos recortes de gênero, raça e mercado de trabalho. Um estudo intitulado *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações para ações afirmativas* [25]divulgado pelo Instituto Ethos de Empresas e Reponsabilidade Social, em 2010, teve como finalidade o incentivo a diferentes empresas para que observassem intencionalmente os desequilíbrios na composição do corpo de profissionais. Como critérios analíticos, foram estabelecidas categorias de sexo, cor, raça, idade, escolaridade, tempo de empresa e pessoas com deficiência. A proposta foi feita para 500 organizações e apenas 105 responderam, totalizando 623.960 homens e mulheres de níveis hierárquicos como quadro funcional, supervisão, gerência e quadro executivo. Dentre os resultados da pesquisa, constatou que:

> Muito lentamente, cresce a participação de mulheres e negros nos quadros de funcionários das empresas mais importantes do país. Comparada com 2007, a participação feminina cresceu 2,2 pontos no topo da pirâmide, indo de 11,5% para 13,7%. Em relação a 2001, o avanço foi de 7,7 pontos. No entanto, ela decresceu na base e nos níveis intermediários, em média 2 pontos percentuais. A série histórica também mostra uma evolução positiva da participação dos negros – pretos e pardos, de acordo com a nomenclatura do IBGE adotada por este estudo. A evolução, contudo, tem sido mais lenta que a observada entre as mulheres. Nos quadros funcionais e de chefias intermediárias, os negros ocupam, respectivamente, 31,1% e 25,6% dos cargos. Na gerência, são 13,2% e na diretoria 5,3%. A situação da mulher negra é pior: ela fica com 9,3% dos cargos de base e de 0,5% do topo. Em números absolutos, significa que, no universo que as empresas informaram, de 119 diretoras e 1.162 diretores de ambos os sexos, negros e não negros, apenas **6 são mulheres** (grifo nosso). (UNIFEM, 2010)

Conforme discorremos no primeiro capítulo desta dissertação, diversas pesquisas

[25] Esta publicação foi uma iniciativa realizada pelo Instituto Ethos e pelo Ibope Inteligência, apoiada pelo Fundo das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), atualmente conhecida como ONU Mulheres. Disponível em: https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/4Perfil-Social-Racial-e-de-G%C3%AAnero-das-500-Maiores-Empresas-do-Brasil-e-suas-A%C3%A7%C3%B5es-Afirmativas-Pesquisa-2010.pdf
Acesso em: 4 de janeiro de 2017

e estudos de distintas naturezas registraram avanços gradativos no que tange à participação das mulheres no mercado de trabalho. Quando, porém, as estatísticas passam pelo filtro racial, há um *déficit* e escassez na representação das mulheres negras em postos de trabalhos mais valorizados e carreiras ditas mais promissoras – o que acontece por ação do racismo, fenômeno ativo desde o processo de formação educacional básica dos indivíduos negros.

Cabe ressaltar que, seis anos depois, o mesmo estudo citado anteriormente - *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas* - mostrou um relatório com mudanças poucas expressivas em suas estatísticas de racismo e sexismo. Segundo a pesquisa, em um universo de 332.066 trabalhadores, 36,75% são mulheres e quanto mais alta a posição hierárquica, menor seria a presença em cargos de comando. Para as mulheres negras, os dados[26] registraram 10,3% em funções operacionais, 8,2% como supervisoras, 1,6% como gerentes e 0,4% como executivas. Diante desta realidade, a perspectiva de mudança e alteração deste cenário é um dos elementos mais desafiadores do Brasil.

Para Shukura, a falta de representatividade alinhada à solidão pode correr o risco de ser interpretada como meritocracia. Sob esse viés, a jornalista atenta para a importância de se lutar por uma rede "diante de escolhas políticas de manutenção e reprodução do racismo e do sexismo perante as presenças e pertenças de pessoas e grupos." (SANTOS, 2016, p. 55)

É importante repensar a solidão como casos isolados que, por muitas vezes, o fato de se ter uma representante negra no jornalismo, por exemplo, torna-se argumento público para justificar uma suposta diversidade racial existente – sim! As estatísticas, números e visibilidade nos dizem o oposto. Como pontuou Sueli Carneiro (2011):

> De regra, considera-se satisfatório que, em um conjunto de aproximadamente metade da população feminina do país, apenas uma ou outra negra ocupe posição de importância. E, ademais, esses casos solitários são emblemas utilizados para desqualificar as denúncias de exclusão racial. (CARNEIRO, 2011, p. 119)

[26] Este estudo foi uma iniciativa elaborada peço Banco Interamericano de Desenvolvimento, Instituto Ethos, Organização Internacional do Trabalho, ONU Mulheres e Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo.
Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Perfil_social_racial_genero_500empresas.pdf
Acesso em: 4 de dezembro de 2017

Sobre tais “casos solitários”, Shukura faz referência a uma jornalista negra do seu ambiente de trabalho.

> Aqui na redação, a gente tem uma mulher negra – eu não sei como ela se define, mas para mim é (risos). Ela, que foi, aliás, uma grande... Eu pedi muitas vezes, porque a gente não tinha uma mulher negra no vídeo, a não ser eu. Então, ela era da pauta, ficava ligando, marcando. Aí um dia eu conversei com ela perguntando, se ela gostaria. E aí eu fiquei na minha chefe: “vamos tentar, vamos tentar, vamos tentar”. Ela não tinha gracejo, mas um tempo depois, já tem um ano e pouco. Depois de um ano pouco você pede para a pessoa tentar, ela tenta, vai botando, vai botando, vai botando, e uma hora vai. Entendeu? Foi. Ela está se saindo bem. Tem pouco tempo de vídeo, mas está se saindo bem. E assim, às vezes é uma luta só de representatividade. Quando eu vejo esse potencial, eu vou lá, vou na chefia, falo, falo, falo porque é importante essa luta pela representatividade para não passar essa questão da “única”. Porque representatividade quando ela vem solitária também, ela é muito difícil. Porque aí ela fica mais ligada à tal da meritocracia do que ao conjunto, que é a luta em conjunto. Então, quando a gente vive em rede, o importante é a gente trazer todo mundo. (Shukura, 39 anos)

O que essas jornalistas denunciam, constantemente, em suas ênfases discursivas é a situação inaceitável de naturalização da desigualdade racial em seus meios de comunicação. Vale destacar que, durante esse momento da entrevista com Shukura, estávamos presentes em seu local de trabalho. Logo, seu tom de voz aumentava e diminuía na medida em que o conteúdo de sua fala retratava uma realidade de denúncia destinada àquele espaço institucional.

> Quando a gente está em rede, é importante. Agora, eu já um vivi, não só aqui, e esse é um bastidor que eu estou te falando, de uma fase de uma determinada ou outra chefia que quer a lógica da substituição. Como quem diz assim: “eu já tenho uma mulher negra. Eu não preciso de outra”, entendeu? “Ah, não. Mas eu já tenho uma mulher negra, agora eu só preciso de...”. E essa lógica eu vi, eu observava, não com essas palavras e ficava muito atenta àquilo que estava se passando. Enfim, chefia vem e chefia passa. Entendeu? Não adianta você se aborrecer, não. Você vai furando um bloqueio aqui, vai indo para um outro lado. Tá entendendo? (Shukura, 39 anos)

Quando falamos de racismo – pautado em atos discriminatórios – as jornalistas o decifraram em três pontos de vista distintos: com o outro, consigo e na sociedade brasileira. Para Shukura, por exemplo, ainda que inconscientemente, observamos uma resistência em falar de si como vítima de preconceito – seja na TV, seja na vida cotidiana. O que não significa que ela, como mulher negra, não questione ou não reconheça o fator estruturante desse fenômeno. Porém, não houve uma denúncia

subjetiva em seus trechos de narrativas. O que não ocorreu com Kalifa, Thema e Núbia, que trouxeram discursos situacionais não apenas no exercício jornalístico, mas sob um plano crítico de análise.

> Acho que o Brasil continua muito racista e violento. Isso não sou eu quem digo, as estatísticas mostram. Acho um país absurdamente injusto ainda. Eu sou vítima de racismo diariamente. O olhar racista, não necessariamente na discriminação, porque nem sempre eu estou em situação de disputa que me faça ser discriminada, né? Nem sempre eu estou entrando em lojas. Eu posso ver a vendedora me olhar com uma cara meio assim, mas nem entrei. Ela só me olhou assim, mas nem entrei. Então, eu não fui discriminada ainda, né? Eu fui vítima de um olhar racista. Não fui, por exemplo, alijada, não deixaram de me atender. Então, esse racismo que salta os olhos nessa sociedade, para mim, é o mesmo, se não estiver mais acirrado. (Núbia, 53 anos)

Para a análise do fragmento, é imprescindível esclarecer a diferenciação teórica e prática de racismo e discriminação racial, que embora estejam correlacionados, possuem naturezas diferentes. Para Gomes (2005), esses dois conceitos são fundamentais para a compreensão do debate das relações raciais no Brasil e é importante ter atenção e cuidado para saber exatamente identificá-los nas situações cotidianas, como a que foi descrita por Núbia acima.

Em primeiro lugar, Gomes (2005) esclarece que o racismo é um comportamento e, ao mesmo tempo, um conjunto de ideias e imagens – e ambos se evidenciam pela cor da pele, tipo de cabelo, traços físicos, etc. Diante disso, a autora tem a fundamentação teórica de diversos outros intelectuais para desdobrar o conceito. Entre eles, há a definição de Hélio Santos (2001), que pontua que o racismo parte do pressuposto da "superioridade um grupo racial sobre o outro" e acredita que "determinado grupo possui defeitos de ordem moral e intelectual que lhe são próprios" (SANTOS, 2001, p.85). Logo, o olhar racista que Núbia descreve é pautado em uma interpretação de julgamento que denota ódio e inferioridade da parte do autor. Um olhar que questiona ao negro quem ele é para estar em uma loja de objetos caros, em um evento *high society* ou em posição valorizada, por exemplo. O olhar metafórico como quem diz: "aqui não é seu lugar".

A discriminação racial, segundo Gomes (2005) se configura como prática do racismo (e do preconceito racial, como veremos adiante). Para exemplificar, a autora

recorre a Luciana Jaccound e Nathalie Begin (2002), que apresentam a noção da diferenciação entre discriminação direta e indireta. A primeira é aquela que resulta na exclusão ou subestimação de um indivíduo em detrimento da sua cor, desenvolvendo-se por meio de atos discriminatórios. Já a segunda, é aquela que não nasce necessariamente na consolidação de atos e verbalizações, "mas de práticas administrativas, empresariais ou de políticas públicas aparentemente neutras, porém dotadas de grande potencial discriminatório" (JACCOUND; BEGIN, 2002). É o que vemos no racismo institucional, em campanhas publicitárias, elencos de peças, filmes, novelas e capas de revista, entre outros exemplos não somente no contexto das indústrias culturais e ambientes institucionais, mas na vida cotidiana. Para as intelectuais, a indireta é a mais perversa de todas. Núbia nos trouxe um exemplo de discriminação direta configurada pelo olhar racista em uma situação de trabalho:

> **Mas até no exercício da profissão isso é latente? Você chegar num lugar para fazer uma entrevista e perceber o racismo saltar aos olhos?**
> Ah, já. Na casa de uma atriz famosíssima, nossa. Famosíssima, ali em São Conrado[27] num condomínio. Ela falou comigo pelo telefone e quando ela me viu e levou um choque. Ela não sabia que eu era negra. E depois uma outra atriz muito famosa, que me tem como filha, disse para ela "minha filha foi lá". Ela levou um choque. "Por que ela não disse que era sua filha?". Como quem diz "se ela tivesse dito pra mim que ela era sua parente, eu não teria tido o choque que eu tive porque você é uma preta que eu considero" (...)
>
> **Você fala no sentido de ser mulher negra jornalista?**
> Tudo quanto é profissional. Tem que ter competência. Porque a competência ela cala a boca das pessoas. Ela cala a boca. Tão de muito *lero lero* e você pede para falar e mostra competência. Não é uma fala fácil, não é uma defesa militante sem argumentação. Não. O assunto que você está ali para discutir, você tem que dominar. (Núbia, 53 anos)

Núbia relembra um episódio no qual foi recebida com um certo estranhamento por ser uma mulher negra e jornalista. Fato que, para a atriz famosa, provavelmente era raro ou improvável. "Choque" foi o adjetivo escolhido para problematizar a situação que nos leva a pensar em algumas possibilidades. Se considerarmos que a profissional de comunicação fazia parte da rede de contatos de outros atores e atrizes, o susto da recepção seria menor ou maior? Pois, como pontuou Flávio Lobo[28] (2002), "apesar de

[27] Bairro nobre e litorâneo, localizado na zona sul do Rio de Janeiro.
[28] Citação do autor no artigo "A representação visual do negro no jornal impresso", de Paulo Bernardo Ferreira Vaz e Ricardo Fabrino Mendonça.

os negros (pretos e pardos) corresponderem segundo o IBGE, quase à metade da população, nos lugares onde é preciso ter dinheiro ou uma boa formação educacional ou profissional para entrar, o Brasil é branco". Embora a citação esteja desatualizada no que tange ao percentual da população negra no Brasil, ela nos ajuda no embasamento da reflexão de lugares que estão pré-estipulados na sociedade.

Outro dado que vemos na narrativa é a questão do valor da competência que, de acordo com as palavras de Núbia, "cala a boca das pessoas". Diante, porém, de tantas propostas teóricas anteriormente apresentadas, deixamos mais uma pergunta – retórica ou não – em xeque: será que a competência cala o racismo? Não. Ela, por si só, não é capaz de silenciar o racismo, porque se configurou sob um processo histórico de três séculos e meio, perpetuando lógicas de dominação e superioridade imaginária até os dias atuais. Logo, ser competente e dominar diferentes saberes epistemológicos não nega a existência de um sistema social racista, o grande fomentador das desigualdades raciais no Brasil. A população negra permanece à margem da sociedade, com acesso precário à educação, à moradia de qualidade, com representações imagéticas negativas e sem representação em setores como a política e a indústria cultural.

Aliás, a utilização do argumento baseado na competência para justificar a ascensão de um grupo minoritário da população negra tem sido também uma estratégia da branquidade para deslegitimar a existência do racismo. Como exemplifica Bento (2005), "as instituições apregoam que 'todos somos iguais perante a lei'; e asseguram que todos têm a mesma oportunidade, basta que a competência esteja garantida. As desigualdades raciais persistentes evidenciam que alguns são menos iguais que outros" (BENTO, 2005, p.8). Logo, precisamos reforçar que a afirmação de Núbia possui restrições quando fazemos referência às pessoas negras.

Quando Núbia fala de competência e, subentende o poder do conhecimento como um diferencial, relembramos que a jornalista fala de um lugar de quem cursou além da graduação – visto que ela é pós-graduada no campo da linha de cultura das mídias e representação. Então, há uma bagagem cultural, acadêmica e de vida a mais, pois a personagem transitou pelos múltiplos saberes intelectuais. Então, o teor de seu discurso apresenta "a competência e o conhecimento" como um poder para o enfrentamento de possíveis discriminações. Muniz Sodré (2015), porém, nos alerta que o combate intelectual, apenas, não é suficiente.

> Quanto mais se combate apenas intelectualmente o racismo, mais este parece progredir, ainda que abrindo mão de suas justificativas doutrinárias. Dar nome ao fenômeno, chama-lo de "racismo" é intelectual e politicamente correto, mas a nomeação não consegue controlar o referente: ao contrário, o fenômeno, mesmo racionalmente ilegítimo, difrata-se em formas múltiplas e sutis de discriminação, a exemplo de uma bolinha de mercúrio quando tocada. (SODRÉ, 2015, p. 296)

O comparativo de Muniz Sodré do fenômeno do racismo com uma bolinha de mercúrio nos leva a imaginar as proporções que a metáfora pode ter em nossa realidade. É comum ouvirmos histórias de crianças que se divertiam quando um termômetro quebrava em casa e, então, eis a grande novidade: aquela bolinha prateada e fragmentável. O que os pais muitas vezes não imaginavam era que esta substância química é altamente tóxica e contagiosa, visto que o elemento é bastante volátil e de fácil absorção através da pele. A consequência pode ser fatal: uma vez que ele se infiltra no organismo, este dificilmente consegue eliminá-lo, resultando, assim, em um envenenamento crônico. Uma simples bolinha pode contaminar pessoas, espaços e ambientes. O racismo atua de igual forma em nossa formação cultural – constituindo os sujeitos socialmente, estabelecendo estereótipos e fixando preconceitos raciais. As premissas racistas se reproduzem, contaminam as nossas concepções até que ficam impregnadas no inconsciente – difratando-se, conforme Muniz Sodré, em distintas formas de preconceito e discriminação direta e indireta (JACCOUND; BEGIN, 2002).

Ao partir da compreensão de que, apenas com o reconhecimento de que existência do racismo constitui a todos nós, construímos uma ponte para a mudança de cognição social frente à discriminação racial, Kalifa se posiciona contra a naturalização desse tipo de opressão.

> Primeiro se assumir porque todos nós somos um pouco racistas, né? Uns mais que os outros, mas todos nós somos. Não existe essa de "eu não sou racista". Todo mundo tem um pouco de preconceito com alguma coisa. E depois você se questiona "caraca, eu fui preconceituosa nesse sentido aqui". É normal. A gente cresceu acostumado com isso – que ser preconceituoso com alguma minoria é a coisa mais normal do mundo, e não é. (Kalifa, 28 anos)

Se retomarmos à discussão que se propôs a diferenciar os conceitos de racismo e discriminação, é importante acrescentarmos o preconceito racial também. Kalifa levanta a afirmativa de que "todos somos um pouco racistas e que temos preconceito" – seja pouco ou extremo. Nessa perspectiva, Gomes (2005) esclarece que "o preconceito é um

julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo" (GOMES, 2005, p.54). A jornalista levanta ainda um ponto crucial sobre a prática e perpetuação de ideias preconceituosas como parte da nossa formação, desde a infância como Nilma questiona (e também responde):

> Aprendemos tudo isso na sociedade: família, escola, círculo de amizades, relacionamentos afetivos, trabalhos, entre outros. A questão mais séria é: por que aprendemos a ver o outro e, nesse caso, o negro, como inferior devido à sua aparência e/ou atributos físicos da sua origem africana? A resposta é: porque vivemos em um país com estrutura racista onde a cor de pele de uma pessoa infelizmente é mais determinante para o seu destino social do que o seu caráter, a sua história, a sua trajetória. Além disso, porque o histórico da escravidão ainda afeta negativamente a vida, a trajetória e a inserção social dos descendentes de africanos em nosso país. Some isso ao fato de que, após a abolição, a sociedade nos seus mais diversos setores, bem como o Estado brasileiro não se posicionaram política e ideologicamente de forma enfática contra o racismo. Pelo contrário, optaram por construir práticas sociais e políticas públicas que desconsideravam a discriminação contra os negros e a desigualdade racial entre os negros e brancos como resultante desse processo de negação da cidadania aos negros brasileiros. Essa posição de "suposta neutralidade" só contribuiu para aumentar as desigualdades e o racismo. (GOMES, 2005, p.46)

Vivemos, então, as cicatrizes de um processo histórico que deixou marcas na população negra. E, na interseccionalidade de opressões, enfrentamos diversas facetas de preconceito e discriminação que nos acompanham ao longo dos dias, dos ciclos que iniciamos, das etapas concluídas e, muitas vezes, por uma vida inteira. Thema trouxe acontecimentos no que tange à conjugação do fator racismo com o sexismo. As cenas de assédios sexuais e diferentes episódios de discriminação pela cor da pele ainda são memórias bem vivas na sua história. E mais: a jornalista narra o que ocorreu com superiores hierárquicos, com uma colega de trabalho, com fontes entrevistadas e no exercício profissional. Neste mesmo trecho de narrativa, a jornalista reflete criticamente sobre questões de raça e de gênero – com um enfoque na hiperssexualização da mulher negra.

> Eu sofri assédio sexual pesado no início da minha vida profissional. Em mais de um lugar onde eu trabalhei. Num jornal onde eu tentei fazer estágio, eu abandonei na semana seguinte em razão de assédio sexual. Enfim, eu acho que gênero e raça se interligam. Porque eu sei de mulheres brancas, jovens brancas e jornalistas que também sofreram assédio sexual. Mas há um requinte de crueldade em relação à mulher negra relacionado à

> hiperssexualização. Então, eu tive alguns episódios muito jovem de assédio sexual, de receber mensagem, de receber sugestão de "poxa, se você precisar de alguma coisa" de superiores hierárquicos. Eu já era uma jovem, dois dos casos eu já era casada com meu ex-marido, pai da minha filha. Então, uma mulher casada de aliança, embora jovem e, no entanto, isso não foi suficiente para conter. Eu sofri um episódio que eu acho que tem a ver com racismo de uma colega que, uma vez do nada, me perguntou: "para quem que você *deu* para você estar aqui nesse emprego?". O que significa que, entre as mulheres, também há uma crueldade e também uma visão de que uma mulher negra não tem lugar ali, não poderia ser pela minha capacidade de trabalho. Teria que ser pelos meus atributos físicos. (Thema, 48 anos)

Tendo em vista as particularidades do último trecho de narrativa apresentado por Thema, vimos a reprodução de lógicas sexistas e racistas com superiores hierárquicos, companheira de trabalho e fontes. O "não aparecer", relatados por Shukura e Kalifa em relação à imagem na televisão, se evidencia na fala da jornalista no contexto da representação do corpo, quando ela diz: "fui criada de um jeito a não aparecer". Logo no início da sua narrativa, a profissional ressaltou sua percepção de interseção de gênero e raça ao declarar que "há um requinte de crueldade em relação à mulher negra relacionado à hiperssexualização". O que faz todo sentido quando consideramos o peso do passado escravista, refletindo-se na determinação de lugares sociais. Não apenas isso, Lélia Gonzalez (1984) classifica este lugar de representação articulado às noções de "mulata, doméstica e mãe preta" também.

> O lugar em que nos situamos determinará nossas interpretações sobre o duplo fenômeno o racismo e do sexismo. Para nós, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Neste sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, [...] a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta. (Gonzales, 1984, p. 224)

O tom depreciativo e desqualificador da pergunta da colega de trabalho de Thema carrega, de forma explícita, o racismo e a percepção da hipersexualização da mulher negra. Trata-se de uma construção de imaginário coletivo que dita a subalternização do corpo negro – o qual a própria personagem reconhece durante a sua narrativa e contra argumenta ao pontuar: "o que significa que entre as mulheres também há uma crueldade e também uma visão de que uma mulher negra não tem lugar ali, não poderia ser pela minha capacidade de trabalho. Teria que ser pelos meus atributos

físicos". A esse processo, bell hooks (1995) aponta que a discriminação como fator histórico em países de passado colonial implanta "a noção de que o *cor/pos* da mulher negra existe para satisfazer as necessidades de outros *cor/pos* adequados ao padrão da branquitude e do racismo".

Quando Thema se autodefine como "uma figura rara" no ambiente de trabalho, onde sofreu assédio sexual, ela faz referência à maioria de mulheres brancas ao redor da redação, onde prevalecia, então, a ideologia da branquidade – a qual Joel Zito Araújo (2006) define como "formadora do padrão ideal de beleza e, ao mesmo tempo, como legitimadora da ideia de superioridade do segmento branco." (ARAÚJO, 2006, p.76)

Sobre as dimensões e desdobramentos da branquidade no Brasil, Maria Aparecida Silva Bento (2002) desenvolve uma reflexão no apontamento dos "traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento" (BENTO, 2002, p.25). A autora problematiza a ideia da pessoa branca como modelo universal de humanidade na construção das relações, padrões e trajetórias.

> A gente vai crescendo, na escola, na faculdade, por ser minoria muitas das vezes, eu sempre me senti inferior porque eu fui criada assim. Na casa dos meus avós por parte de mãe, por exemplo, minha avó era filha de português e meu avô era filho de alemão, então, meu avô era um cara declarado racista. Quando minha mãe ficou grávida do meu irmão mais velho, ele ficou um ano sem falar com ela. Eu sou a segunda filha da minha mãe, que ela teve com um homem negro. Ela casou de novo com outro cara e tem uma outra filha, que é minha irmã mais nova caçula, que é branca e que é a cara dela. Mas assim, eu convivi anos numa família branca e eu tenho lembranças, que hoje eu olho e falo "será que é porque eu era bagunceira demais ou será que é porque eu era assim[29]?" (...) Eu acho que por ter sido criada assim, ter me sentido sempre inferior na maioria das vezes, fui uma criança que não me considerava uma menina bonita. Os garotos que eu me interessava, não se interessavam por mim. Eles sempre queriam ficar com as patricinhas da escola – as loirinhas, as branquinhas, cabelo liso era o *must*, e eu não tinha cabelo liso. Alisei meu cabelo durante anos, meio que querendo me embranquecer para ficar "a gatinha". E aí, você meio que vai se exigindo mais. Eu sabia que tudo o que eu fizesse não podia ser mais ou menos. Eu tinha que fazer bem, eu tinha que ser inteligente. Eu sempre fui uma menina muito CDF, sentava na frente, tirava notas boas, nunca repeti de ano, fiz faculdade, nunca reprovei nenhuma matéria. Meio que para provar para as pessoas que eu era capaz, que eu estava fazendo aquilo ali.
>
> **Mas para as pessoas ou, talvez, para você?**
> Para mim também. Para as pessoas e para mim. Porque, quanto mais você estuda, lê, pelo menos eu, fico mais segura para falar sobre as coisas. Quando eu não estou segura em uma coisa, fico super acanhada, eu gaguejo. E minha timidez é um pouco disso, da insegurança, no geral. E no

[29] "ASSIM" - ela aponta para o tom da sua pele neste momento da fala.

> jornalismo também foi assim. Eu na TV, no início, eu não conseguia fazer nada. Tipo assim, eu queria muito, mas quando eu comecei, eu demorava muito tempo para gravar uma parada. Hoje, eu identifiquei que o que eu gosto mais de falar é o esporte de ação mesmo, principalmente o surfe – que é o ambiente que eu fico mais à vontade, que eu tenho intimidade. Toda vez que eu faço uma coisa diferente, é um desafio para mim também. Mas aí eu procuro estudar, procuro entender e ler sobre para ficar mais íntima da parada. (Kalifa, 28 anos)

Kalifa sustenta sua narrativa em uma comparação constante com os padrões da branquidade. Tudo tem início em seu próprio contexto familiar, no qual as heranças de origens já demarcavam o território da diferença – a cor da pele, o tratamento recebido e o distanciamento entre sua fisionomia – em comparação a sua irmã mais nova, por parte de mãe. Como prejuízo social, psicológico e emocional, o sentimento de inferioridade se perpetua na fase da adolescência e, mais uma vez, a associação com a branquidade é posta como uma referência de desvantagem para a jornalista – a partir do referencial de mulher negra. Ou seja: desde criança, ela é condicionada a rejeitar seu próprio corpo, cabelo e identidade racial em vista da configuração da imagem e semelhança do ser branco. A esse fenômeno comparativo, Jurandir Freire Costa destrincha objetivamente como um tipo de "fetiche" no prefácio do livro *Tornar-se negro* na tentativa de definição da obra:

> Para o sujeito negro oprimido, os indivíduos brancos, diversos em suas efetivas realidades psíquicas, econômicas, sociais e culturais, ganham uma feição ímpar, uniforme e universal: a brancura. A brancura detém o olhar do negro antes que ele penetre a falha do branco. A brancura é abstraída, reificada, alçada à condição de realidade autônoma, independente de quem a porta enquanto atributo étnico ou, mais precisamente, racial. A brancura é o fetiche simétrico inverso do que a autora designou por mito negro. Funciona como um pré-dado, como uma essência que antecede a existência e manifestações históricas dos indivíduos reais, que são apenas seus arautos e atualizadores. O fetichismo em que se assenta a ideologia racial faz do predicado branco, da brancura, o "sujeito universal e essencial" e do sujeito branco um predicado contingente e particular." (SOUSA, 1983, p.4)

Ainda sobre o mesmo trecho de narrativa, o fator da autoexigência se evidencia sob um viés de aceitação *versus* rejeição de si – com o objetivo de demonstração pública de sua competência e capacidade. Em contrapartida, há defasagens significativas no mercado de trabalho entre profissionais negros e brancos. Sueli Carneiro denuncia:

> É preciso, em primeiro lugar, admitir o que a experiência empírica e

> os estudos sobre as desigualdades raciais reiteram: negros com as mesmas habilitações que os brancos são preteridos em processos de seleção e, quando igualmente empregados, ganham menos pelo exercício das mesmas funções. Disso decorre que uma política de contratação justa deveria levar em conta esse viés racial presente no processo de alocação e remuneração da mão de obra no mercado de trabalho brasileiro. (CARNEIRO, 2002, p.114 e 115)

A citação da autora ratifica o que as pesquisas[30] mencionadas anteriormente revelaram: a estratificação racial no mercado de trabalho afeta trabalhadores negros e negras em diversas áreas, em especial, as de formação universitária – devido ao *déficit* educacional da população negra. Embora não seja o caso das quatro jornalistas participantes desta pesquisa, que desfrutaram de formações superiores, não podemos – jamais – desconsiderar ou reduzir a realidade de homens e mulheres negras que "continuam concentrados em profissões braçais e de baixo prestígio social, com menor remuneração e obstáculos para acesso, mobilidade e permanência nas ocupações devido às barreiras para o ingresso em profissões com pretensa relevância econômica e social." (ROSA, 2016, p.101)

Ao confessar suas fragilidades na profissão, Kalifa nos apresenta um discurso que, segundo Sousa (1983), revela o quanto "sentimentos de culpa e inferioridade, insegurança e angústia atormentam aqueles cujo Ego caiu em desgraça diante do Superego. A distância entre o ideal e o possível cria um fosso vivido com efeito de autodesvalorização, timidez, retraimento" (SOUSA, 1983, p. 41). O exigir-se sempre mais e o não se permitir fazer nada de forma insuficiente nos mostra o que a autora diagnostica como uma espécie de síndrome de "ter que ser o mais". Entretanto, em sua perspectiva de análise[31], "ser o melhor! Na realidade, na fantasia, para se afirmar, para minimizar, compensar o "defeito", para ser aceito. Ser o melhor é a consigna a ser introjetada, assimilada e reproduzida" (SOUSA, 1983, p. 40). Um conjunto de reflexos do racismo que imprime marcas negativas em nossa autoimagem, autoestima e autoconhecimento; impõe que não podemos ser frágeis; impõe que não podemos errar ou nos enganar; nos desconforta e nos confunde, pois somos vítimas próprias dos signos e opressões racistas.

Pode-se dizer, também, que tais fatores vinculados à construção de uma

[30] Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações para ações afirmativas (2010 e 2016).

[31] Na pesquisa de mestrado de Neusa Sousa Santos (1983), a categoria identificada como "ser o melhor" foi um dado unânime nas dez narrativas de histórias de vida que ela analisou.

autoestima atravessada pelo racismo se incidem em discursos de resistência e percepção de possíveis barreiras nas trajetórias profissionais. Núbia exemplifica da seguinte forma:

> Eu tenho muitos anos de psicanálise. Eu saí de uma sessão realmente fortalecida, porque eu compreendo as coisas. Realmente, a linguagem ajuda a organizar o pensamento, ajuda o inconsciente a se manifestar, ajuda você a controlar as compulsões, as pulsões negativas de morte, de autodestruição num país que não nos vê de uma forma positiva. Você introjeta isso. Um país que recalca o racismo, confunde você – porque você começa a se responsabilizar, a se colocar defeitos que você não tem porque o racista atribui a você defeitos que não são seus. O seu silêncio letal. Em vez dele dizer "estou te recriminando", ele não fala nada. Mas ele te trai pelas costas, ele te demite, ele não elogia o teu texto, ele paparica o texto de fulano e diz que é uma gracinha. (Núbia, 53 anos)

Vamos analisar este trecho tomando o "silêncio letal" como ponto de partida. Bento (2005) traz uma perspectiva do silêncio como símbolo implícito da opressão quando pontua que ele "não é apenas o não dito, mas aquilo que é apagado, colocado de lado e excluído. O poder se exerce sempre acompanhado de um certo silêncio. É o silêncio da opressão" (BENTO, 2005, p.8). Núbia fala exatamente sobre isso. Entre as máscaras que a discriminação racial pode vestir, a faceta do silenciamento que se traduz na indiferença é uma bastante recorrente.

Assim, podemos interpretar esse mesmo silêncio como um dos reflexos do que Núbia descreveu como prejuízos psicológicos: "pulsões negativas de morte, de autodestruição, num país que não nos vê de forma positiva". Um exemplo já naturalizado na sociedade brasileira, por exemplo, é a demarcação do lugar das pessoas negras como "feias, exóticas, sujas, selvagens ou hipersexualizadas como figuras representativas do mito negro (Sousa, 1983). Nesse sentido, temos duas questões: a introjeção desses estereótipos por homens e mulheres negras e, simultaneamente, a consequência desta introjeção na subjetividade desses indivíduos – gerando complexo de inferioridade, angústias psicológicas e distorção da própria autoimagem, como a jornalista descreveu.

O conflito identitário do olhar do outro sob quem somos, seja em atribuições positivas ou negativas, ratifica o quanto a opressão de caráter racial afeta a psique humana e imprime marcas de inferioridade à própria subjetividade. Em vista do último trecho narrativo, tomaremos como ponto de partida a próxima categoria de análise para, assim, observarmos o modo como as jornalistas relatam os entraves do racismo em suas trajetórias, particularmente, profissionais.

3.6 Enredos profissionais (e pessoais) de racismo e sexismo

Até aqui, fomos bastante enfáticos ao questionarmos sobre episódios de racismo no exercício da profissão. Entre as perguntas do nosso questionário de entrevistas, temos as seguintes: I) *Quais foram os desafios dos processos seletivos aos quais você se submeteu? II) Como você se sente ao estar inserida em um universo em que se é uma das poucas (ou a única, muitas vezes) que não se encaixa em um determinado padrão? III) Conte uma experiência racista IV) Em algum momento, o racismo foi um fator de impedimento para a ascensão?*

Em primeiro lugar, afirmamos que, de imediato, as respostas das jornalistas a essas questões não confirmaram uma de nossas hipóteses que afirmava "a alteração nas trajetórias no que tange aos episódios de racismo ao passo das mudanças geracionais". Dizemos que não confirmaram, pois, Kalifa – a mais nova dentre as entrevistadas –, quando indagada pela primeira vez sobre situações de discriminação racial, não conseguiu recordar de nenhuma cena a qual pudesse compartilhar. Aproximadamente trinta minutos depois do início da entrevista é que lhe veio um momento situacional à mente:

> Eu acho que ser mulher negra e jornalista é um pouco mais difícil do que ser mulher na sociedade que a gente vive. Porque ser mulher já é difícil. A gente vive numa sociedade muito machista. Agora, quando você é uma mulher negra, o buraco é um pouco mais embaixo. Eu estava falando que eu nunca passei nenhuma situação de preconceito racial como jornalista, mas eu acabei de lembrar de uma. Eu cheguei numa pré-estreia de um filme, era um tapete vermelho e eu fui super maltratada pela recepcionista. Porque ela achou que eu não era uma pessoa importante. Porque as pessoas que trabalham nesse meio artístico, as pessoas tendem a supervalorizar os atores globais *tal, tal, tal*. E tratar o resto, que é a grande parte como se fosse nada, né? E aí eu cheguei para pedir uma informação. E ela "ah, não, não sei o quê, não o que lá". Aí, eu falei "poderia falar com o responsável pela imprensa?". Aí ela - "você é jornalista?". Eu, "sim, sou jornalista, vim fazer a cobertura. Posso falar com o assessor de imprensa?". Ela não sabia nem o que era um assessor de imprensa. Eu falei: "é, o assessor, o responsável que vai ajudar a gente aqui na coletiva". "Ah, tá. Peraí. Desculpa!". Tipo assim: as pessoas não estão preparadas para ver mulheres negras em cargos como esse - jornalistas. (Kalifa, 28 anos)

A menção ao binômio racismo/sexismo feita por Kalifa, nos faz pensar no que Carlos Moore (2007) chama de "dinâmicas determinadas e construídas historicamente" (MOORE, 2007, p.280). O fato de ser mulher, como a jornalista coloca, já é uma questão desafiadora, pois estamos inseridos em um sistema que supervaloriza e

privilegia homens. Soma-se a isso, há um grau de exclusão das mulheres negras, vistas como ícones de subalternidade e inferioridade social. Portanto, a entrevistada problematiza um ponto crucial em torno da investigação desta pesquisa: o combate aos impactos dimensionais de gênero e raça para o deslocamento da hegemonia branca, a fim de que nos tornemos uma sociedade diversificada em todos os setores possíveis, inclusive, no jornalismo.

Pode-se dizer, então, que – ao considerarmos este desafio de representação – a fala de Kalifa em relação ao fato de "as pessoas não estarem preparadas para ver mulheres negras em cargos como esse - jornalistas" nos mostra os efeitos produzidos pelo racismo e discriminação racial. Faz parte do imaginário social cogitar que uma mulher negra ocupe um cargo de secretariado ou serviços gerais[32], por exemplo, e não um posto de visibilidade pública como a comunicação social televisiva.

O significado social de ser uma mulher – e negra – nos faz refletir sobre os efeitos da conjugação do racismo e do sexismo que, de acordo com Sueli Carneiro (1985), tem sido um dos maiores obstáculos para que a mulher negra possa ter sua cidadania assegurada. Em contrapartida, quando pensamos no recorte de ser mulher, negra e jornalista, Kalifa demonstra que a aceitação da sociedade ainda não é plena, humanizada e natural, além de impor muitas barreiras, não abrir portas, não ter equidade salarial, entre muitas outras injustiças – o que por vezes, segundo ela, gera um certo tipo de "desconforto"/ "desprezo" inicial que antecede à identificação da sua função jornalística.

Para além disso, Shukura denuncia um ponto crítico sobre a delimitação do espaço de representação, quando se leva em conta a superioridade masculina na participação e no papel de formação de opinião no fazer jornalístico. Ela propõe o protagonismo, sobretudo, da voz e da contribuição – como mulher negra e jornalista.

> Hoje a minha luta, e eu vou fazer agora um grande pulo, é pra que a gente apareça com voz. Enquanto mulher negra e com voz. Por quê? Porque você tem hoje e, ainda querem te colocar em um determinado lugar, que não é o lugar da âncora. É o lugar da cota, que é o lugar que eu não admito. Eu não admiti. Eu dei um pulo, um salto para te mostrar como é o começo e como é o fim. Mas a gente ainda luta para aparecer enquanto âncora. Enquanto uma mulher que pode ser como um homem branco. A gente quer aparecer como

[32] Fizemos essas exemplificações por terem sido as mesmas mencionadas pelas jornalistas Kalifa e Thema.

> um homem branco capaz de coordenar um jornal, capaz de ancorar um jornal, capaz de opinar, de ter opinião como todo homem branco faz. Só que o caminho é muito difícil. (...) E, às vezes, você se coloca num papel assim. A TV Globo tem agora algumas jornalistas, eles vão te colocar num papel que quando vão ceder, vão ceder um espaço aqui "*oh*, o seu espaço é de enfeite". Você tá enfeitando um cenário. E enfeitando um cenário é: "você também é o Brasil, mas você não é o formador de opinião, não é o cara". Entendeu? Delimita o seu espaço. E essa é a minha briga. Acho que nosso espaço não tem que ser delimitado. E isso aí, a pessoa tem que lutar contra a sua própria formação e contra o sistema – que delimita o seu espaço. (Shukura, 39 anos)

A analogia comparativa feita por Shukura, quando se refere à masculinidade branca, se assemelha com uma hipótese de Thema. Quando questionada se já havia sofrido na pele barreiras de ascensão profissional como mulher e jornalista negra – em detrimento dos efeitos do racismo e sexismo –, Thema respondeu:

> Não. Engraçado, eu já respondi a essa pergunta e eu tenho uma enorme dificuldade de responder. Porque, sendo eu uma jornalista negra, oriunda da periferia, muito bem sucedida do ponto de vista da minha visibilidade profissional, do meu nível de renda e tudo o que eu conquistei. Eu sou grata. Claro que foi o meu trabalho, mas assim, eu tive oportunidades. Eu não consigo enxergar que eu tenha enfrentado barreiras de ascensão na minha carreira, na trajetória que eu cumpri em razão do meu gênero e da minha raça. No entanto, veja bem, isso é uma coisa bem complexa. Eu acho que eu sou muito bem sucedida e tive oportunidades de ascensão – tanto que eu virei colunista, sou comentarista, já trabalhei, já fui comentarista de outros programas na mesma TV. Porém, se eu pensar numa pessoa – sem gênero e sem raça. Se eu pensar numa pessoa e contar dessa trajetória, não que vim do subúrbio e não sei o *quê*, não sei o que *lá*. Alguém que entende de economia, que está há vinte e cinco anos no jornalismo, que fala com várias mídias, que tem uma série de atributos, vinte e cinco anos no mercado do Rio de Janeiro e tal. Se você conta a minha origem, a minha cor e o meu gênero, você vai falar que é uma coisa espantosa. Mas se a gente pensar num homem branco, nascido e criado na classe média, com todas as oportunidades que teriam sido dadas, eu poderia estar muito mais longe. Eu poderia ser o primeiro colunista do maior jornal do país, eu poderia ser um diretor de redação, né? Quem são os diretores de redação ou os primeiros colunistas dos maiores jornais do país? Se você tem homens de 48 anos, com histórias diferentes, as posições que eles ocupam, eu acho que ser mulher negra faz uma diferença entre quem sobe. Não é nem entre quem sobe, mas entre quem sobe mais. Se você fechar os olhos e falar assim: diretor de redação, cargo. Cargo máximo de redação. Você imagina uma mulher negra?
>
> **Não**.
> Então, você vai imaginar um homem negro. Então, assim, em que tese as oportunidades de ascensão profissional que uma mulher negra com a minha história teve e aproveitou, é, um homem branco, com a mesma idade, com o número de anos de jornalismo e etc, etc, etc, estaria mais longe. Entendeu?

> Pensando nos funis que eu atravessei, né, eu acho que se eu fosse um homem branco... isso é uma coisa totalmente hipotética e irreal, mas de oportunidades que não estão postas para mulheres e, sobretudo, para mulheres negras em trajetória de ascensão profissional. Eu não sei se amanhã o jornal que eu trabalho não tiver um diretor de redação, se eu seria considerada para ser diretora de redação, embora eu seja uma jornalista muito experiente em várias áreas, com visibilidade, com representatividade, *nanana*. Entendeu?
>
> **Entendi.**
> Eu não acho que eu integre. E talvez não sei se tenha alguma mulher, mesmo branca, que integre esse repertório. Ainda é muito povoado, ainda é muito masculino e branco. As posições de comando, de modo geral, não apenas no jornalismo, mas de modo geral. Então, eu não posso dizer assim "você não teve oportunidades na sua carreira por ser mulher negra?" – eu não posso dizer isso. Não, eu tive e ascendi. Tive, aproveitei cada uma delas, ascendi e tal. Mas e outras que eu nem sei? E outras que eu nem cogitei? Porque não está posto essa possibilidade. (Thema, 48 anos)

Logo, as denúncias de Shukura e Thema nos chamam a atenção para três principais pontos a serem analisados: I- a ausência de mulheres em cargos de comando; II- a ausência de mulheres negras em cargos de comando, postos de representação e visibilidade, no sentido contrário ao "lugar da cota" ressaltado por Shukura; III- a superioridade imaginária masculina e branca. Precisamos explicar que tal superioridade retroalimenta muitas representações negativas da mulher negra enquanto categoria de análise, nutrindo práticas racistas e de inferioridade no inconsciente coletivo; IV- o fenômeno do racismo e sexismo como entrave na possibilidade de ascensão plena – no sentido de pluralidade de igualdade e ocupação dos mesmos espaços, cargos e reconhecimento da sociedade – das jornalistas negras.

A esse conjunto de críticas e problemas sociais representativos, Sueli Carneiro (2003) sintetiza os entrelaçamentos das opressões de raça e de gênero da seguinte forma:

> Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas de nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão

> racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. (CARNEIRO, 2003, p. 52)

Em vista disso, não se pode universalizar a categoria de gênero sem atentarmos especificamente para a temática das mulheres negras. O movimento feminista brasileiro precisa reconhecer que a dimensão interseccional de gênero e raça privilegiou – e privilegia ainda – as mulheres brancas em detrimento das negras. Assim, rumo à equidade e atenuação das desigualdades raciais, há um conjunto de rede de instituições e coletivos independentes se movimentando para o aprofundamento teórico e prático deste debate.

Quando Djamila Ribeiro (2017) traz a discussão sobre a expressão lugar de fala, a autora ressalta que ao priorizarmos a "diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal. Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma" (RIBEIRO, 2017, p.61). Só a partir da compreensão das múltiplas vivências, vulnerabilidades, privilégios e desafios é que solidificamos a base da compreensão do conceito lógico-linear de gênero.

Ainda concernente ao enfrentamento de conflitos de caráter racial e de gênero, Thema narra os seguintes episódios em meio à atividade jornalística:

> Já vivi duas situações, aí no exercício profissional – uma de ter sido confundida com uma prostituta em Brasília, do vestido vermelho, que cheguei no hotel, pedi as chaves e o cara achou que eu estava indo atender um cliente. E de um executivo do mercado financeiro que eu fui entrevistar aqui no Leblon, e que eu ouvi o porteiro perguntar se era para subir pela entrada de serviço ou pelo social. (Thema, 48 anos)

Ao considerarmos um primeiro momento, o estereótipo negativo imediato do corpo negro associado a uma prostituta, assim como uma ameaça ao impedimento do acesso pelo elevador social de um edifício nobre nos mostram, mais uma vez, a cor da pele como um traço de exclusão – independentemente da ascensão social, de uma posição profissional, títulos, prêmios ou nível de renda. Tendo em vista as situações mencionadas por Thema no campo verbal, Núbia nos mostra também o poder comunicacional (e opressor) de um olhar racista, sem que seja preciso usar palavras:

> Eu tive uma situação racista chocante. Num café da manhã, um *coffee break*, eu pedi com os olhos passagem a uma moça. Assim, delicadamente. Ela não saiu da minha frente. Ela me olhou de cima a baixo, assim, como quem diz "o que você está fazendo aqui, oh preta?". Chocante!

Isso onde?
ABI[33]. Chocante, chocante, chocante. Chocante!

E você?
Eu não empurrei-a, mas afrontei-a. Porque ela me afrontou, eu passei. Não pedi licença e passei. Agressivamente? Não. Passei só. Quem tinha que se retirar era ela e ela se retirou. Eu passei. Se ela não fizesse assim, ela ia cair. Problema é dela! Passei. Vou ficar implorando a licença dela? Não vou fazer isso. Ela não deixou eu passar. Isso simbolicamente significa: "aqui você não é bem recebida!". Isso é racismo ostensivo. Ela não se movimentou para eu passar. (Núbia, 53 anos)

A interferência da raça e da cor no tratamento diferenciado da jornalista evidenciou uma atitude preconceituosa em questão. Diante disso, podemos refletir sobre enfrentamentos – quando são necessários para a construção dos espaços, do respeito e da aceitação? Há lugares em que pessoas negras não são desejáveis e os elementos de estigmas e estereótipos pelo olhar do outro entram em ação – seja pelo sutilmente pelo silêncio, olhar ou violência verbal. Em virtude dessa realidade, ser mulher negra é também se impor frente a esses tipos de barreiras impostas e estabelecidas cotidianamente. Impor-se com voz, com o corpo, com a presença, contra os silêncios e discursos desumanizadores relacionados à negritude.

Este é um relato similar ao de Kalifa, quando decodifica um olhar e tratamento de desprezo da recepcionista ao chegar para a cobertura do evento. Percebemos uma ênfase oral muito forte quando Núbia adjetivou a experiência como "racismo ostensivo". Em detrimento da ausência de um conceito específico para o termo utilizado pela jornalista, pesquisamos o significado do adjetivo em um dicionário *online* de sinônimos. O resultado foi extenso, pois de acordo com a fonte[34], a palavra possui 71 sinônimos e 6 sentidos (luxuoso, patente, arrogante, aguerrido, adverso e intencional). Entre as possíveis traduções, estão: evidente, arrogante e violento. Qualificações que acompanham a expressão corporal da jornalista ao relembrar o episódio.

Diante de suas vivências de conquistas, enfrentamentos e resistência, Núbia opina que suas experiências pessoais e profissionais associam-se entre os possíveis recortes de raça e classe.

Eu acredito que seja difícil você encontrar uma narrativa dessa na classe

[33] Associação Brasileira de Imprensa – um tipo de associação de classe, diferente do Sindicato dos Jornalistas – é sediada no Rio de Janeiro.
[34] https://www.sinonimos.com.br/ostensivo/
Acesso em: 9 de novembro de 2017

> média hoje. Uma classe média que entra numa profissão elitizadíssima que é o jornalismo. Elitizadíssima. Eu tenho mais de doze anos de magistério de universidade pública e universidade privada. Eu falo para os meus alunos: "se vocês quiserem ficar no *reme reme* das redações fazendo aquelas pautas bem babacas, vocês não façam nada. Mas se vocês quiserem galgar alguma coisa, vocês leiam, vocês façam alguma coisa por vocês. Porque é uma profissão absurdamente elitizada e acho mais – constituída nos *petits comités*. Fulano que indica beltrano, que indica ciclano, que indica fulano. (Núbia, 53 anos)

O mundo de indicações profissionais, descrito por Núbia, no qual faz circular uma rede elitista de jornalistas é predominantemente branco – de acordo com as entrevistas realizadas, pois as pessoas negras ainda não atingiram altos patamares em nossa sociedade, a não ser por exceção. Segundo Kalifa, o perfil da redação é ser "branca, que mora na zona sul e que fala línguas".

> Eu acho que o que falta é a aceitação. E a consciência de que existem mulheres, principalmente mulheres negras, com o potencial incrível para trabalhar em qualquer área. E o que falta é a pessoa largar o preconceito de mão e olhar para essas mulheres. Eu não tenho números para te falar que eu estudei isso, mas, assim, eu tenho a sensação de que na hora de priorizar na contratação – por experiência própria eu já vi isso – as pessoas vão sempre pelo perfil da mulher branca, principalmente aqui no Rio, da mulher que mora na zona sul, que fala línguas e não dá muita oportunidade para as outras, entendeu? Se tiver que escolher uma mulher negra com as mesmas características e propriedades da mulher branca, eles vão escolher a branca. Então, o nome disso para mim é preconceito. Mas ninguém assume que é. Ninguém assume. Por mais que a gente reclame, você pode ver isso em qualquer lugar, não só no jornalismo. (Kalifa, 28 anos)

Ainda sobre esta rede de branquidade, na qual se estabiliza um grau de exclusão e de rotatividade dos mesmos perfis e gêneros, em caso de cargos de comando, Shukura cita o estudo intitulado "Diversidade no Mercado de Trabalho", que traz uma explicação científica para responder a esse ciclo de indicações fechadas e denuncia o privilégio branco e a meritocracia.

> Eu voltei agora dos Estados Unidos, estava vendo uma pesquisa de uma pesquisadora de uma universidade lá no Alabama muito interessante, falando exatamente sobre isso. Ela mostra como qualquer um, para ficar bem claro, você tende a gostar muito do seu trabalho. Então, quando a pessoa gosta do seu próprio trabalho, e acha que se esforçou o suficiente – isso faz com que os gerentes de empresa, que são homens brancos, na hora de contratar, eles contratem um igual. Numa questão de que "vai dar certo porque ele é muito semelhante ao que eu sou". Então, ela fez essa pesquisa para dizer que o mecanismo de inclusão de contratação precisava de um dispositivo para

> quebrar isso. Então, assim, no geral, eu trabalhei aqui antes do concurso público e a redação era muito branca. Ainda é branca e era muito mais. (Shukura, 39 anos)

Antes disso, Shukura havia feito uma observação sobre o concurso público, recentemente adotado por sua empresa, como uma forma de homens negros e mulheres negras conseguirem alcançar postos de maior prestígio social – por meio do processo seletivo de provas. Ou seja, a opinião da jornalista afirma que o concurso se tornou um dos mecanismos de ascensão das pessoas negras, que evitam conflitos com padrões da branquidade, contratações baseadas em *petits comités* e barreiras discriminatórias.

> Agora deixa eu te dizer uma coisa que é importante também. É importante no Brasil. Tem que pensar que a gente agora teve um concurso público. O que a gente tem uma dificuldade, e o Brasil tem que entender isso, agora quando a gente tiver um problema de verba, né, de teto de verbas que vem a PEC 241 que a gente vai ter algumas ações de congelar os concursos públicos, que já vem sendo congelados há algum tempo, inclusive. É importante perceber o seguinte: um mecanismo de ascensão do negro no Brasil é o concurso público. Por quê? Porque ele consegue furar alguns bloqueios pelo concurso público. Então, assim, essa redação era muito mais branca quando não existia concurso público. Fato! Esses caras entraram pelo concurso público. Muitas vezes na indicação, no amigo e no profissionalismo, você contrata um branco - que é o que acontece. (Shukura, 39 anos)

Se pensarmos sobre oportunidades para ingressar no mercado de trabalho – especificamente no trabalho atual –, cada uma das jornalistas possui uma narrativa diferente: enquanto Kalifa teve seu currículo indicado por um contato interno, Shukura foi convidada depois da sua repercussão no último emprego. Thema também começou como repórter do impresso e, dentro da empresa, foi conquistando outros postos e caminhos de visibilidade – de repórter para colunista e depois para comentarista. Ainda assim, após a demissão em massa que aconteceu, a jornalista permaneceu com o vínculo, escrevendo matérias semanais para a sua coluna no jornal. Já Núbia, desde que consolidou sua carreira no Jornalismo, se dividia entre o magistério universitário e os *freelas*. Vemos aqui, então, um mapeamento de diferentes ingressos que não faziam parte do universo de *petits comités* – exceto a entrada de Kalifa no canal de TV, indicada por sua amiga.

Shukura levantou um ponto importante sobre a rede de indicações e profissionalismo, que reproduzem lógicas racistas muitas vezes. Porém, nos casos

específicos das participantes da pesquisa, os ingressos ao mercado de trabalho de comunicação social foram diferentes. Elas conquistaram os espaços em virtude dos êxitos e destaques das próprias trajetórias, habilidades e singularidades profissionais. Nesse sentido, não estamos deslegitimando a realidade dos *petits comités* nem tampouco o elitismo da profissão. Entretanto, houve uma quebra de barreiras por nossas entrevistadas – o que, sem dúvidas, também é motivo de celebração diante das nossas discussões aqui apresentadas.

Para Núbia, quando se trata de oportunidades é preciso compreender que, segundo ela, "devemos agarrar todas as pérolas que vem pelo caminho", pois a trajetória para homens e mulheres negras é mais difícil pela ótica discriminatória e a representação negativa historicamente fixada à população negra.

> Ninguém, na verdade, nunca dá muita oportunidade pra gente. A gente tem que cavar as oportunidades, né? Isso é uma coisa que... Ter um caderninho de telefone onde você possa discar para o diretor daqui, dali, possa assim, depois de alguns anos de muito esforço profissional, ligar de um órgão público e alguém identificar você na grande imprensa como uma pessoa confiável, conhecida, respeitada, isso é muito bacana. Mas o caderninho de telefone que a classe média, que faz parte do *petit comité* tem, a gente não tem. (Núbia, 53 anos)

O "caderninho de telefone" ao qual Núbia faz referência é resultado de anos de pontes de contatos e estabelecimento de redes de confiança ao longo da carreira, mas não apenas isso. É por meio dele que os profissionais de comunicação conseguem realizar as pautas mais difíceis, com nomes de fontes mais procuradas pela mídia, por exemplo. Ele também é um objeto fruto de privilégios da branquidade que, conforme uma metáfora feita por Maria Aparecida Bento (2005), fazem parte das cotas de 100% construída silenciosamente pelas pessoas brancas. A autora se refere à política naturalizada de ocupação e apropriação do que só as classes de poder têm acesso. De acordo com a fala de Núbia, entende-se, então, que até isso – um simples caderno/uma agenda de contatos – passa pela segregação de classe, pois os telefones mais disputados e inacessíveis estão destinados a um grupo restrito elitizado, que a jornalista intitula de *petit comité*.

Ao reconhecer as hierarquias e múltiplas desigualdades que estruturam o Jornalismo como profissão, Shukura faz um desabafo sobre o perigo e o preço pago quando se decide lutar pela inclusão de pautas que desenvolvam a questão racial no ambiente profissional.

> Se tem uma coisa que eu não sou é passiva, tanto que o que me fez não continuar em algumas emissoras, de uma das emissoras eu saí depois de uma discussão não sobre caso de questão racial, mas eu preferi sair. Assim, eu acho que essa passividade não tem nenhum benefício, não. Muito pelo contrário. Traz muito malefício, entendeu? Porque você não avança. Com essa passividade você não avança em nada. Tem uma certa passividade, claro que a gente tem, né? Você não chega conseguindo toda inclusão de uma vez só. Eu não cheguei aqui conseguindo inclusão. Eu fui engolindo sapo, fui cavando espaço, cavando espaço, cavando espaço. E eu não digo cavando espaço para mim, fui cavando espaço para as minhas pautas que eu achava importante. Que não são as minhas pautas – o que eu queria convencê-los era de que as minhas pautas eram as pautas deles, eram as pautas da TV pública, entendeu? É terreno fértil, o que eu te falei. Agora isso daí você não vai encontrar nunca em outro lugar e a luta é muito maior. Muito maior. As minhas amigas negras que trabalham em emissoras grandes e abertas, a gente conversa bastante, a gente senta e conversa às vezes, e é uma... (luta). Outro dia eu falei com uma jornalista amiga minha que está numa emissora aberta e tal. Ela foi se posicionar sobre a questão racial e ela sofreu muita crítica. E aí eu falei pra ela, olha, duas coisas: uma é que essa questão racial é assim e se você não tá preparada, não entra. Porque é *porrada*, é *porrada* mesmo, entendeu? Preparada que eu digo é que tem que ter uma sustentação no discurso. Não é um discurso da boca pra fora, tem que ter um discurso sustentado mesmo. E outra coisa: "se você for botar o pé na porta, cuidado se esse é o teu papel nesse momento. Porque eles fecham mesmo as portas, infelizmente". Então, eu falei pra ela "tenha cuidado! Tem que ter sabedoria para lidar porque os caras vão fechar a porta". (...) Eles simplesmente substituem uma cara pela outra, que seja – por favor – calada. (Shukura, 39 anos)

Para a análise mais específica deste trecho, cabe desmembrá-la em subpartes: I) sobre passividade: no que tange à negritude nos espaços de poder, há uma linha tênue entre a passividade mencionada por Shukura e o silêncio. Se compreendemos o ato de ser passivo como uma espécie de imobilidade diante de fatos e circunstâncias, estamos diante de um indivíduo que participa ativamente de mudanças e melhorias necessárias a um contexto – entre outras possibilidades de definições, claro. O silêncio, como já tratamos anteriormente, vem carregado de uma significação que não tem a ver com o responder diretamente a alguém. São os silêncios institucionais, das desigualdades e da ausência de pluralidade em um país onde a maioria populacional é negra. A partir dessa diferenciação, analisamos a fala de Shukura como uma consciência que reflete em um posicionamento frente à necessidade de tratar sobre relações raciais dentro do Jornalismo. É o que ela chama de "conseguir inclusão" – que acarreta "engolir sapos e cavar espaços" gradativamente.

II) Sobre o risco e consequências resultantes de tratar sobre questões raciais em grandes mídias: Shukura confidencia esta questão com um verdadeiro dilema para

algumas de suas amigas e jornalistas negras. Visto que, nem sempre, há liberdade ou até mesmo oportunidade – resultando na manutenção do silêncio e, por vezes, passividade para manter-se empregadas em suas empresas. Nesse sentido, retornamos ao aporte teórico de Hall (2006) quando aborda cooptação cultural. Aceitar sermos cooptados engloba, entre muitos fatores, a compreensão do preço a ser pago quando se objetiva equidade nos meios de comunicação, lutar por inclusão ou se impor ao se deparar com a perpetuação de lógicas racistas, sexistas e excludentes.

Ao considerar todos os episódios narrados na categoria presente, apresentaremos relatos de narrativas pessoais e profissionais sobre a relação das jornalistas com o seu cabelo. Na próxima e última parte, abordaremos, então, sobre o significado social do cabelo – como símbolo da identidade negra.

3.7 Cabelo e seu significante social

> Nas múltiplas possibilidades de análise que o corpo negro nos oferece, o trato do cabelo é aquela que se apresenta como a síntese do complexo e fragmentado processo de construção da identidade negra. (GOMES, 2006, p.26)

O texto intitulado “Alisando o nosso cabelo”, da autora bell hooks, é um dos seus clássicos ensaios da temática racial. Em uma linguagem acessível e informal, hooks revisita a infância nos Estados Unidos para ordenar os episódios que tangenciam a relação pessoal com seu próprio cabelo, a partir da sua cultura e tradição familiar. Embora tenha sido publicado há mais de 10 anos, o registro trata de uma crítica contemporânea sobre o conflito das mulheres negras com os padrões estabelecidos pela supremacia branca.

> Nas manhãs de sábado, nos reuníamos na cozinha para arrumar o cabelo, quer dizer, para alisar os nossos cabelos. Os cheiros de óleo e cabelo queimado misturavam-se com os aromas dos nossos corpos acabados de tomar banho e o peixe frito. (hooks, 2005, p.1)

A proposta inicial do texto é relembrar o alisamento como “um ritual de intimidade”. hooks conta que sua mãe tinha seis filhas, logo, não havia condições de pagar uma cabeleireira nos tradicionais salões de beleza. No entanto, a prática de alisar o cabelo em seu relato não estava associada a uma imposição. O ato tinha um

significado de transição da condição de menina para mulher. Ou seja: a autora e suas irmãs esperavam ansiosamente por esse momento. Era como um verdadeiro rito de passagem que, em nada, se assemelhava com o referencial de beleza ditado pelo inconsciente coletivo. Ela diz: “Para cada um de nós, passar o pente quente é um ritual importante. Não é um símbolo de nosso anseio em tornar-nos brancas. Não existem brancos em nosso mundo íntimo, é um símbolo de nosso desejo de sermos mulheres.” (hooks, 2005, p.2)

Cabe aqui explicar sobre a prática de utilização do pente quente. Trata-se de um método antigo da tradicional “chapinha” inventada por Madame C. J. Waler, cujo o processo consistia em esquentar um pente no fogo – muitas vezes em formato de tesoura com os garfos de um pente normal, variando nos tamanhos – e, assim, alisar os cabelos molhados. O resultado final era considerado eficaz, apesar de perigoso, pois havia risco de encostar o objeto do couro cabeludo, provocando queimaduras a ponto de deixar a região em carne viva. Um ato que ratifica a perversidade do racismo, tanto pela tentativa de aproximação do padrão estético branco quando por levar milhares de mulheres a se submeter ao procedimento, pela dor da exclusão, discriminação e não aceitação social ser maior do que a possibilidade de ter uma parte da cabeça queimada.

De um lado, temos narrativas positivas de bell hooks sobre as memórias da infância. De outro, a autora explica que o mundo era segregado racialmente e, sendo assim, não era tão desafiador desvincular a supremacia branca da obsessão pelo cabelo. Diante disso, a autora ressalta também as implicações psicologicamente negativas da prática de alisar do cabelo.

> Dentro do patriarcado capitalista – o contexto social e político em que surge o costume entre os negros de alisarmos nossos cabelos –, essa postura representa uma imitação da aparência do grupo branco dominante e, com frequência, indica um racismo interiorizado, um ódio a si mesmo que pode ser somado a uma baixa autoestima. (hooks, 2005, p.2)

Durante as entrevistas realizadas com as jornalistas, percebemos o quanto o cabelo carrega um significado muito forte em suas trajetórias como mulheres negras. Da infância à fase adulta, muitas são as memórias associadas a ele. Mais do que uma questão de estética, ele é um símbolo cultural. Como disse bell hooks (2005), “apesar

das diversas mudanças na política racial, as mulheres negras continuam obcecadas com os seus cabelos e o alisamento ainda é considerado um assunto sério" (hooks, 2005, p.4). Logo, essa tal "obsessão" que a autora cita se reflete diretamente em "lutas contínuas com a autoestima e a autorrealização".

Há muitos estudos sobre a simbologia do cabelo para a mulher negra. Diante de tal realidade, antes de adentrarmos no que as narrativas das protagonistas da pesquisa têm a dizer sobre esta categoria, vamos considerar alguns pontos, a partir de três referenciais teóricos: I- "para o negro e a negra, o cabelo crespo carrega significados culturais, políticos e sociais importantes e específicos que os classificam e os localizam dentro de um grupo étnico/racial" (GOMES, 2006, p. 26); II- "o cabelo assume lugar simbólico na estrutura social e de divisão social do trabalho, nas sociedades em que a noção de raça é parte estruturante das relações interétnicas" (SACRAMENTO, 2016, p.126); III- "de todas as características físicas, para as mulheres negras, o cabelo é a mais significativa" (GILIAM; GILLIAM, 1995). O que nos faz pensar em uma "estética étnica" inserida entre as muitas possibilidades de análise do corpo negro.

Sacramento (2016) explica que "o cabelo possui significado único e histórico, que assume valor explicativo sobre a luta da mulher negra com o corpo e que o distingue, para os negros, de outros significados quase universais, sexuais, psicológicos e culturais (SACRAMENTO, 2016, p.126). Logo, dentro desse arcabouço, recortamos nossa análise no sentido da relação das jornalistas com seus cabelos naturais no presente e no passado, assim como a investigação se houve ou não interferência sobre eles no exercício profissional.

3.8 Levanta a mão quem conhece seu cabelo de verdade?

> As experiências do negro em relação ao cabelo começam muito cedo. Mas engana-se quem pensar que tal processo inicia-se com o uso de produtos químicos ou o alisamento do cabelo com pente ou ferro quente. As meninas negras, durante a infância, são submetidas a verdadeiros rituais de manipulação do cabelo realizados pela mãe, pela tia, pela irmã mais velha ou pelo adulto mais próximo. As tranças são as primeiras técnicas utilizadas. Porém, nem sempre elas são eleitas pela então criança negra, hoje, uma mulher adulta, como o penteado preferido da infância. (GOMES, 2006, p.208)

Cabe, então, ressaltarmos que, das quatro jornalistas participantes do estudo, três passaram/estão passando pelo processo de transição capilar, nome dado ao período no

qual se retira – aos poucos ou por completo – todo o comprimento do cabelo que passou pela manipulação através de tratamentos químicos[35], a fim de que os fios fiquem completamente naturais, com suas texturas, suas formas e seus estilos originais. Há uma jornalista que alterna entre usar implante capilar longo e com uma textura menos crespa e, muito recentemente, seus cabelos sem nenhuma química.

> Tem essa questão do cabelo que é uma questão muito forte para toda mulher negra desde criança - submetida a *n* tratamentos. Primeiro desembaraçar, né, desembaraçar e prender. Depois, o alisar. Várias experiências, as mais traumáticas. Do ferro quente, do pente quente que hoje chamam de chapinha, mas naquela época era um pente quente mesmo, no forno, no fogão. Henê, pasta, alisante, relaxante... E se eventualmente se resolve assumir o cabelo é muito doloroso, mas, ao longo da história das mulheres negras, a gente lida com essa questão racial de forma pouco elaborada, ou mais ou menos elaborada, mas a gente lida. (Thema, 48 anos)

Aqui, Thema se posiciona de uma forma generalizada, como uma espectadora das questões que envolvem o cabelo de uma mulher negra. Assim, ela descreve processos os quais adjetiva como "traumáticos" no que tange à aceitação *versus* rejeição de si. Quando a jornalista se refere à própria experiência, ela problematiza a questão das ofensas entre as crianças negras.

> Essa questão racial ela vem, quer ver? Como percepção, ela está presente na minha vida desde sempre. Todas as questões que envolvem ser uma mulher negra – as ofensas desde a infância se relacionam com isso, as ofensas raciais, cabelo de bombril, macaca, esse tipo de coisa. Isso é muito comum, mesmo no subúrbio. Mesmo entre os negros, entre as próprias crianças negras, elas se ofendem desse jeito porque o Brasil é esse país com essa gradação – mais preto ou menos preto. Tem esse cinismo envolvido. (Thema, 48 anos)

Sobre a gradação de cores no que tange à pigmentação da pele, Thema refere-se ao conceito de colorismo – um tipo de discriminação relacionada à escala da tonalidade que um corpo possui. Embora haja uma escassez de estudos acadêmicos sobre esta categoria, podemos compreendê-la, em síntese, que quanto mais pigmentada uma pessoa é, mais exclusão sofrerá e menos privilégios simbólicos (de acesso, de estereótipos e de representações negativas) ela terá. No mesmo trecho, a jornalista ainda faz apontamento às questões que envolvem o significado de ser mulher negra entre os dilemas da subjetividade e as dimensões de raça e gênero submetidas.

---

[35] Por exemplo: relaxamentos com hidróxido de cálcio ou sódio, permanente afro que cacheiam quimicamente os cabelos e alisamentos como escovas progressivas, definitivas, entre outras.

Thema traz uma informação importante: as ofensas raciais em relação ao cabelo e à negritude tem o marco inicial na infância. Fato que é confirmado por Kalifa, em outras palavras, na recapitulação de quando era criança – ao perguntamos o porquê de ela ter parado de alisar o cabelo.

> Porque eu queria experimentar. Eu fiquei pensando e falei: "cara, eu não conheço o meu cabelo". Eu quando era pequena, hoje eu brigo com a minha mãe, falo com ela assim (brincando até): "mãe, por que você passou alisante no meu cabelo?". "Cara, você pedia. Você que queria!". Eu tive piolho quando eu tinha, sei lá, uns nove anos. Minha mãe cortou meu cabelo muito curtinho, eu fiquei com um dedo de cabelo. Eu fiquei traumatizada com cabelo curto. Porque para uma criança de nove, dez anos, ter o cabelo curto, é aquele *bullying* na escola, né? Aí o que acontece, aí o cabelo foi crescendo e eu queria ter o cabelo liso – as minhas amigas, as minhas primas, todo mundo tinha um cabelo liso. Era "o que há", ter cabelo liso era a melhor coisa. Cabelo duro era ruim, né? O cabelo crespo e cacheado não servia. Então, eu alisava o meu cabelo. Passava vários tipos de alisantes. Minha mãe passava, sei lá, de dois em dois meses, desde os meus 10 anos. (Kalifa, 28 anos)

A reprodução de Kalifa de terminologias vinculadas à definição naturalizada do cabelo crespo – como "cabelo duro" – em sua fala demonstra um sentimento interiorizado na infância e que, agora, está em desconstrução. Em alguns momentos da entrevista, a jornalista expressa pequenas frases que revelam uma insatisfação ainda atual com seu cabelo – que está passando pela transição capilar há um ano. Segundo hooks (2005), uma das justificativas do descontentamento das mulheres negras com o próprio cabelo tem origem na falta de estímulos positivos recebidos na criação primária.

> A maioria de nós não foi criada em ambientes nos quais aprendêssemos a considerar o nosso cabelo como sensual, ou bonito, em um estado não processado. Muitas de nós falamos de situações nas quais pessoas brancas pedem para tocar o nosso cabelo natural e demonstram grande surpresa quando percebem que a textura é suave ou agradável ao toque. Aos olhos de muita gente branca e outras não negras, o *black* parece palha de aço ou um casco. As respostas aos estilos de penteados naturais usados por mulheres negras revelam comumente como o nosso cabelo é percebido na cultura branca: não só como feio, como também atemorizante. Nós tendemos a interiorizar esse medo. O grau em que nos sentimos cômodas com o nosso cabelo reflete os nossos sentimentos gerais sobre o nosso corpo. (hooks, 2005, p.4)

Em consonância com bell hooks sobre alcançar o conforto com os próprios cabelos como são, Núbia apresentou uma narrativa curiosa sobre a descoberta da transição capilar – diferentemente das definições tradicionais que se referem ao

processo de assumir o cabelo 100% natural. Atualmente, ela alterna entre *megahair* (apliques longos colados no couro cabeludo) e os fios curtos e naturais, recentemente assumidos.

> Conheci a expressão "transição capilar" assistindo tutoriais de moda de blogueiras e fashionistas negras. Muito legal! Elas se referiam a um tipo específico de transição. A de quem tinha "estragado" o cabelo com *megahair* e estava optando por usar *full laces* e as *front laces* (as perucas usadas pela Beyoncé e a Rhianna, entre outras divas) para dar um tempo, deixar o cabelo sem os elásticos ou a cola de queratina usados em *megahair*. Eu já tive o cabelo lindo com relaxante um dia, e por uma "insatisfação sem sentido objetivo", resolvi pintar de loiro. A cabeleireira, imprudente e interessada em ganhar uma boa quantia de uma vez só, me disse que eu podia relaxar os fios e pintá-los de loiro (veja você, que louca!!!) no mesmo dia. Nos primeiros dias ficou bonito. Depois, começaram a cair. Até que precisei cortar todo o cabelo e colocar, pela primeira vez, *megahair*. E continuei usando *megahair* durante anos. Ano passado, num momento de maior autoestima, fui me decidindo, aos poucos, a cuidar de novo dos meus próprios cabelos. Atualmente, depois de anos, estou sem *megahair* e com os cabelos bem curtos e cuidados. Uso turbantes e toucas com uma franja com cabelos com mechas californianas: loiras nas pontas e negras na raiz. Pretendo usar tudo o que me fizer me sentir bonita: *megahair*, tic-tac, *full lace* e, quando estiver maior e mais bem tratado, o meu próprio cabelo. Estou gostando muito da sensação de estar cuidando do meu cabelo. (Núbia, 53 anos)

É comum encontrar episódios de "acidentes" com o cabelo quando são manipulados quimicamente. Processos que acabam em frustração e em perdas de fios, afetando a autoestima de forma significativa. O que, para Núbia, traz, de forma positiva, uma redescoberta da potencialidade e beleza capilar.

> Muitos de nós, negros, ainda não se valorizam quanto deveriam. Quando se perde uma coisa bonita, como um lindo cabelo, ao qual não dávamos valor, isto gera uma dor e uma aprendizagem sobre identidade negra contundente.
>
> **Como assim?**
> Estou querendo dizer que é uma tomada de consciência sobre os dilemas da negritude, da identidade negra bastante forte. Contundente no sentido de muito marcante. (Núbia, 53 anos)

O ato de cuidar do cabelo – por meio de cronogramas de rotinas de hidratação, fornecendo nutrientes necessários e úteis à saúde capilar – foi apresentado em duas facetas pelas personagens da pesquisa. Núbia expressou o novo ritual com carinho, prazer e gosto. Já para Kalifa, parecia um pouco custoso pela falta de tempo e pelo suposto esforço e extra dedicação às madeixas.

> Tem uns momentos que você fica em crise, você fica sem paciência. Eu tô passando por esse momento agora, porque assim, tem que hidratar, aí às vezes eu não tenho tempo de hidratar toda semana. Quando o cabelo está com a

> química e está mais longo um pouco. Você faz um nó – o cabelo fica *pá* estiloso, pra desembaraçar é mais fácil, tal, tal, tal. É um pouco mais prático do que o cabelo... (Kalifa, 28 anos)

Kalifa não completou a última frase. Ela terminou sem concluir a ideia exatamente. O silêncio congelou esse momento da entrevista. Porém, ao que tudo indica pelo curso do diálogo, que ela faria referência ao cabelo inteiramente natural, sem química – o qual ela confessa ainda enfrentar algumas resistências para aceitar e assumir. No entanto, seu discurso inconcluso reforça o argumento da facilidade e praticidade de cuidar do cabelo no *status* de alisado. Hipótese que, de acordo com a análise de hooks (2005) em um grupo de estudos, é bastante comum entre as justificativas de algumas mulheres negras.

> Certo número de mulheres afirmou que essa é uma estratégia de sobrevivência: é mais fácil de funcionar nessa sociedade com o cabelo alisado. Os problemas são menores; ou, como alguns dizem, "dá menos trabalho" por ser mais fácil de controlar e por isso toma menos tempo. Quando respondi a esse argumento em uma discussão em Spelman College, sugeri que talvez o fato de gastar tempo com nós mesmas cuidando de nossos corpos é também um reflexo de uma sensação de que não é importante ou de que nós não merecemos tal cuidado. Nesse grupo e em outros, as mulheres negras falavam de ter sido criadas em famílias que ridicularizavam ou consideravam desperdício gastar muito tempo com a aparência. (hooks, 2005, p.7)

O argumento que justifica a escolha pelo cabelo alisado baseada na lógica da facilidade é bastante recorrente entre as mulheres, inclusive, mulheres negras. São justificativas de praticidade e "elegância" (pois, para algumas, é deselegante sair de cabelo molhado de casa para festas, eventos em geral e pressupõe-se que o cabelo cacheado precisa sempre estar molhado para ser visto como minimamente comportado). Embora vivamos, hoje, em um tempo no qual há um percentual considerável de mulheres negras com cabelos crespos e volumosos inteiramente assumidos, um dos maiores temores de antigamente era que os fios aparentassem bagunçados. Por isso, bell hooks relata sobre o argumento do controle sob as madeixas.

Tanto nas narrativas das nossas entrevistadas quanto de outras mulheres negras em geral, histórias de ofensas e agressões verbais ao cabelo são comuns ao longo da infância e adolescência. Logo, as representações imaginárias e simbólicas negativas são introjetadasno percurso da construção das subjetividades, levando-as inconscientemente a pensar que não vale a pena investir na aparência. Este é mais um dos prejuízos da

identidade negra ao internalizar um ideal de ego branco.

Núbia reforça, em vários momentos da entrevista, a valorização da aparência, autoestima e autoconfiança. Dentre as quatro jornalistas, ela é a mais recente no processo de transição capilar – no sentido tradicional – e demonstra expectativas para conhecer e acompanhar o novo desenvolvimento capilar.

> O desejo de cuidar do meu próprio cabelo começou ano passado. Mas o *megahair* também costumava ficar tão bonito, que fui adiando, adiando. E só há três semanas, estou com meus próprios cabelos e uma franja postiça. Meu cabelo sem química e sendo tratado com mais carinho. Vai ficar bonito! Tenho fé! Mas vou usar *megahair* quando tiver vontade. E *full lace*, tranças, etc. (Núbia, 53 anos)

Desde que a efervescência pelo movimento de transição capilar entre as mulheres negras veio à tona, há um conflito na consciência crítica coletiva entre a imposição pela naturalidade dos cabelos crespos e o poder de escolha de querer ou não assumir as texturas das madeixas como elas são. A escolha individual coloca as questões de opressão racistas, autoaceitação e consciência crítica diante de uma sociedade que possui um imagético de supremacia branca nos meios de comunicação, na publicidade, no cinema, nos cargos representativos de poder, entre muitos outros exemplos. Quando Núbia declara "pretendo usar tudo o que me fizer me sentir bonita", ela deixa claro que vai seguir na direção contrária de tudo o que lhe for imposto para ficar em paz e satisfeita consigo.

Um adendo. Gostaria de abrir e fechar dois parênteses entre o fluxo da estruturação do texto, organizado na linguagem da primeira e terceira pessoa do plural. Desejo pontuar uma observação como pesquisadora sobre a relação entre o cabelo e a consciência de uma posição racializada na sociedade. Meu ponto de partida, como mulher negra, que passou por processos e conflitos muito similares aos que estão expostos aqui sempre se ancorou na convicção de que quanto mais arrumado e sem volume meu cabelo fosse, mais aceita ou, quem sabe, bonita eu seria na escola, na faculdade ou em uma entrevista de emprego. Tal lógica de pensamento me acompanhou até um pouco antes da chegada ao mestrado, visto que eu já não reconhecia mais a origem e singularidade dos meus fios. Entretanto, essa trajetória um tanto conflitiva nunca anulou meu auto reconhecimento como negra. Porém, era como se eu estivesse "suavizando" minha identidade, tornando-me uma pessoa negra com traços maquiados com a branquidade. Era como reconhecer-me racialmente, sem me desvincular das

representações negativas da negritude. Não posso afirmar por todas, mas era a esses tipos de pensamentos a que me submeti até me desvencilhar.

Simultaneamente, em meio às discussões imersas na valorização da negritude, há também a ditadura que impõe às mulheres negras a obrigatoriedade de assumir seus cabelos. Sobre os perigos da inflexibilidade pelo direito de escolha, Gomes (2006) nos alerta:

> Embora, a princípio, a valorização do cabelo crespo natural assemelhe-se ao discurso proferido principalmente pela militância negra das décadas de 60 e 70, no intuito de conscientizar e liberar o negro e a negra da introjeção de valores brancos e racistas, há que se tomar cuidado! Muitas vezes, em vez de assumir o lugar da politização, esse discurso acaba se tornando um tipo de julgamento encobridor de uma concepção racista que paralisa o negro e sua expressão estética no tempo e não considera que, assim como outros grupos étnicos, eles também estão inseridos em uma sociedade em constante mudança, incluindo aí os padrões estéticos. Assim, julgar que por ser negra uma pessoa só possa adotar penteados e estilos de cabelo pautados em padrões estéticos socialmente considerados "afros" revela inflexibilidade, intolerância e a negação do direito à escolha. Além disso, demonstra uma leitura linear sobre o processo de construção da identidade negra numa sociedade complexa marcada, entre outras coisas, por intensa heterogeneidade estética. (GOMES, 2006, p. 201)

Diante disso, percebemos em Kalifa um possível conflito entre o lugar da politização e o direito de escolha pessoal, conforme a citação acima. Embora esteja ainda passando pelo processo de transição, a tentação de voltar a relaxar os fios do seu cabelo é um sentimento que a causa inquietações.

> E aí tem um ano e pouco que eu comecei a me questionar: "cara, e se eu parasse de relaxar o que eu vou fazer, *tal tal e tal*?". Aí, no ano passado, comecei a namorar, aí ela falava assim "nossa, por que você relaxa seu cabelo? Deixa seu cabelo natural". Eu falava, cara, eu já me questiono muito sobre isso. Eu tenho muita vontade de deixar o cabelo, mas eu não sei como seria porque você fica muito viciada. Tipo assim, o cabelo vai crescendo na raiz e vai te incomodando.
>
> **Ela é negra também?**
> Não. Branca (risos). E aí eu falei: "ah, mas vamos ver". Eu fazia de dois em dois meses, aí teve um mês que eu fiquei três meses sem fazer. Aí, cresceu tipo uns dois, três dedos de raiz. Bonitinho, cacheadinho. Ela falou assim: "seu cabelo é lindo, cara. Não relaxa, não". Aí eu fui lá e relaxei de novo. Eu falei "ah, *foda-se*, vou relaxar. Eu que mando, eu que vou fazer o que eu quero, *nanana*". Aí depois eu falei, não, quero, vou ter paciência, quero conhecer, quero ver como vai ser meu cabelo. Aí eu li sobre, vi várias pessoas que estavam fazendo transição. Eu falei "caraca, vai ser muito sinistro fazer isso. Meu cabelo estava aqui". Fazer uma transição capilar é uma coisa que demora,

> pelo menos, uns dois anos pra você voltar a ter seu cabelo todo sem química, tamanho que você deseja. Porque se eu falasse que vou fazer transição e cortar meu cabelo curtinho ia ser uma coisa. Mas eu não queria perder o comprimento. Só parei de relaxar e isso tem... não tem oito meses, não. Tem um ano. Tá fazendo um ano agora, esse mês, junho, foi final de junho. Início de junho, na verdade, foi a última vez que eu fiz relaxamento. Tem um ano que eu não faço mais química. Mas é uma questão difícil, cara. Porque, hoje em dia, eu tô aqui. Eu cortei meu cabelo, eu parei de relaxar ele em junho e fiquei aquele semestre todo arrastado, o cabelo crescendo e vai encolhendo. A raiz cacheada e as pontas meio espichadas assim, porque depois que eu vi a quantidade de química que tinha no meu cabelo. Eu falei, cara, ele tá na raiz, mas quando a raiz foi crescendo eu vi que ele estava muito esticado. Eu falei "*fudeu*!". Aí, depois do carnaval eu cortei um pouco, quarta-feira eu vou cortar de novo, mas eu não queria ficasse um *black* curto. Eu acho lindo, mas eu não me vejo assim. Não sei se eu sou traumatizada porque cortaram o meu cabelo muito curto quando eu era pequena ou se é uma questão de vaidade mesmo de achar mais bonito cabelo longo em mim. Eu acho lindo mulheres de cabelo curtinho, mas em mim. Aí, eu tô assim de novo: "cara, será que eu relaxo meu cabelo de novo? Será que eu volto para o Cachos Mágicos[36]? (Kalifa, 28 anos)

A expressão individual de Kalifa mostra dois desejos: permanecer ou interromper a transição capilar. A interpretação do conflito é percebida não apenas em suas palavras, mas no tom da sua voz e na intensidade com que ela conduz esse momento de narrativa. Lembrando que a técnica do relaxamento não serve, entre aspas, para alisar o cabelo. Porém, é o que acaba ocorrendo – já que os fios ficam cada vez mais baixos, minguados e sem volume. Para hooks (2005), por trás das técnicas de manipulações químicas acaba vinculada uma realidade "historicamente e atualmente a um sistema de dominação racial que é incutida nas pessoas negras, e especialmente nas mulheres negras de que não somos aceitas como somos porque não somos belas" (hooks, 2005, p.8).

> Quando eu fui cortar o meu cabelo com a mulher, ela falou "seu cacho é 4C[37], mas se você tratar ele vira 4A. É lindo! Ela me mostrou uma foto de uma menina com um cacho parecido assim. Eu falei "nossa, é lindo o cabelo, mas, tipo vai demorar!". E era uma menina de cabelo meio curto, mas eu achei até maneiro. Era tipo o cabelo da Sheron Menezes, uma época que ela cortou e era um corte meio grandinho aqui, assim, perto da orelha. Um *black* que não era completamente *black*. Era tipo um repicado? Enfim, é uma questão na minha vida esse cabelo! Não sei o que eu vou fazer com ele (risos). (Kalifa, 28 anos)

[36] Cachos Mágicos (nome fictício) é o nome de um salão de beleza que se autodefine como especialista em cabelos cacheados e crespos. Presente em quatro estados do Brasil, a proposta vendida é um tipo de amaciamento na raiz usando a fórmula química hidróxido de cálcio. O processo *fordista* dos clientes é executado em várias etapas: entrevista quando é a primeira visita ao salão, desembaraçar e dividir do cabelo, relaxar o cabelo nos lavatórios, hidratar, lavar e, finalmente, pentear. O estabelecimento fatura R$150 milhões anualmente.

[37] Classificações de ondulação capilar, que variam de 2ABC a 4ABC, dependendo dos fios.

Até aqui, as narrativas de Kalifa, Núbia e Thema sobre transição capilar foram pautadas em lembranças da infância, a decisão por assumir a textura natural dos fios e o *status* da autoaceitação – em relação ao início do processo até hoje. Não localizamos registros específicos e pessoais sobre o mesmo processo na entrevista com Shukura, porém, ocorreu em dois momentos significativos: I- no camarim[38], quando ela mencionou que seu cabelo não é completamente natural, mas que ela nunca o usou alisado. A jornalista explicou que usa um produto americana há 20 anos, que é uma técnica não agressiva e utilizada uma vez por ano; II- o relato sobre como se tornou apresentadora, no qual ela comenta algumas nuances sobre cabelo.

> Esses dias eu compartilhei um vídeo, cadê? Compartilhei um vídeo aqui, sexta-feira passada. É um trecho de um vídeo aqui de uma dessas minhas entrevistas, eu compartilhei. Aí eu fiquei surpresa, quando eu olhei – eu compartilhei numa sexta à noite e de manhã, quando eu olhei, ué, 400 compartilhamentos? Que isso, gente? Ou seja, as pessoas carecem de alguém que fale em primeira pessoa. Aqui, oh, 800 compartilhamentos, tá vendo? Noventa mil pessoas.
>
> **Nossa! Sobre cabelo?**
> Por acaso é sobre cabelo. Só um trechinho. Eu estava de bobeira à noite tomando um vinho e comendo pizza e falei, ah, vou pegar esse trecho aqui porque eu sei que as pessoas gostam de ouvir coisas curtas. Esse programa tem meia hora, eu peguei um trecho de um minuto e falei "vou falar só sobre cabelo aqui" na minha página. Eu fico assim, as pessoas estão querendo isso. Elas querem alguém que fale e, por acaso, é sobre jornalismo, esse trechinho. Eu tô falando de jornalismo e de cabelo, de âncora, algumas pessoas já falaram que um âncora não pode ter o cabelo crespo. Ãhn?
>
> **Era nisso que eu queria chegar. Esse padrão eurocêntrico que rege as redações, que rege a televisão, que rege o lugar do âncora – como foi quebrar isso?**
> Nunca alisei meu cabelo. Eu fui contratada, na verdade, eu fui empurrada para o vídeo como você sabe com o perfil que eu tenho. Eu não fui empurrada com um outro perfil. Então, o que que aconteceu quando eu me formei assim, essa pessoa. No GNT, eu tinha conseguido a minha vaga de repórter. Poucos meses de contratada, poucos meses mesmo, tipo um mês ou dois meses, o GNT, antigo Globo News no caso, era um canal jornalístico e eu trabalhava pra ele. Ele ia mudar a proposta por causa da Globo News, ele ia virar um canal de mulher, que é o que é hoje, uma proposta feminina. Aí contrataram um diretor da Globo, um "diretorzão" da Globo para formatar a cara desse canal. E aí eu tava lá fazendo minhas reportagens, de vez eu quando eu fugia do vídeo – eu ainda não tinha essa consciência. Um dia eu botava uma passagem, outro dia eu não colocava nenhuma. E ia levando a minha vida, aí ele entrou e aí minha

[38] Não há registro de áudio nesse momento.

> chefe me chamou, a mesma. “Shukura, vem cá! O diretor quer que você faça esse teste de cara do canal aqui”. Não, não, não. Eu me lembro perfeitamente, eu fiz um escândalo. “Eu não vou fazer. Eu já fiz o que você queria. Você não me queria no vídeo? Eu já virei repórter, eu não vou virar apresentadora”. Por quê? Porque eu ainda achava que eu ainda ia para um jornal impresso naquela altura do campeonato. A pessoa não tem noção de nada, né? “Eu não vou fazer, eu não vou fazer”. “Você vai fazer! Eu tô mandando!”. Eu comecei a chorar de novo, que eu não queria. Aquilo que eu achava vida de apresentadora, assim, fútil. Eu já tava vendo ali televisão, né? Apresentadora pra mim era uma vida mais vazia. E sou do conteúdo. A minha pegada é o conteúdo, entendeu? É de falar, é de escrever. Aí, eu falei que ia fazer. No início, ele viu a nossa briga. Ele tava quietinho assistindo, não falou nada. Quando eu saí da sala dela, ele me chamou e falou assim: “vem cá! Quero falar com você. Assisti tudo, calado. Nem sabia que você tinha essa recusa toda. Achei que você ia gostar. Mas olha, você vai fazer porque ela mandou, mas eu vou te ajudar, cara. Eu vou te ajudar. Você vai ficar ótima!”. E ele foi mais um desses anjos. Cara, esse cara me levou em salão – meu cabelo era um cabelo de uma menina do subúrbio que andava com aquele cabelo bem baixinho, coladinho no *cucuru*.
>
> **Não alisava, mas também não era o... (sinal de *black*)?**
> Não era “o cheguei”, né? Não era o “olha o meu poder!”. E era “olha como eu não tenho o poder!” (risos). Ele me levou no salão, cabeleireiro, ele contratou terno, fez uns ternos, ele me trouxe joia original, ele contratou um cabeleireiro e um maquiador. Eu fiquei incrível! Incrível, incrível, incrível. Aí eu fiz o teste. Na hora de fazer o teste, ele esqueceu de uma coisa: eu não sabia ler o *teleprompter*. Nunca tinha lido na minha vida! Eu só rodava os *teleprompters* para os apresentadores. Aí, o meu teste estava cheio de gente lá famosa, cheio de artistas e eu lá fazendo teste sem saber ler o TP. Aí, todo mundo impaciente, a equipe impaciente e ele deu 15 minutos de cafezinho pro pessoal. Ele foi lá, entrou e falou assim: “eu dei um cafezinho pro pessoal agora e eu vou falar uma coisa bem aqui no seu ouvido” – pois eu tava de microfone e ele falou bem no meu ouvido – “olha, eles vão voltar do café, você vai ler o que está escrito pausadamente e eu vou te dizer uma coisa. Você é maravilhosa! Nunca mais na sua vida você vai sair de um estúdio! ”.
>
> **Uau!**
> E foi o que aconteceu. Eu li pausadamente, fui escolhida a cara do GNT e comecei minha vida de apresentadora. Isso foi, tipo, numa sexta-feira e na segunda-feira eu era apresentadora. (Shukura, 39 anos)

Localizamos o trecho do vídeo que Shukura fala no início da sua narrativa. Ela explica o porquê de não alterar seu cabelo devido ao entendimento do posicionamento político do que ele significa e do quanto isso é importante para todas as espectadoras que lhe escrevem todos os dias. Na descrição da publicação em uma rede social, a jornalista escreveu a seguinte legenda:

Figura 3 – Postagem em rede social



Fonte: Facebook

Um dos critérios dos estudos das redes sociais dentro do campo do Jornalismo mostra que quanto mais um conteúdo for reproduzido e compartilhado virtualmente, mais relevante ele é. A repercussão é basicamente analisada pelo número de *likes* ou compartilhamentos. A própria Shukura ao narrar sobre o trecho do vídeo que postou se surpreendeu com o poder do alcance e comunicabilidade. Precisamos ressaltar ainda mais o fato de ser uma jornalista negra falando sobre a importância da representatividade do cabelo afro. 894 *likes*, 1,300 compartilhamentos e 45 mil visualizações são números expressivos de um discurso potente e influenciador.

Percebemos ainda que, ao narrar o episódio crucial na sua trajetória de estreia como apresentadora oficial, ela associa o poder com o cabelo. A jornalista usa a expressão "bem baixinho, coladinho no *cucuru*" para fazer referência ao seu penteado tímido e recluso. Sua fala revela, então, uma narrativa de consciência de empoderamento – no qual a forma de assumir, cuidar e expor seus cabelos é apresentada. Shukura não traz uma história de transição capilar exatamente, mas um relato de resistência em meios de comunicação pertencentes a sistemas de dominação racial.

Kalifa também afirmou não encontrar barreiras com seu cabelo na TV. Muito pelo contrário. Ela contou que, em uma certa ocasião, arriscou mudar o visual sem comunicar a chefia, mesmo sem saber quais seriam as implicações do novo estilo mais "afro-alternativo e despojado", como as *box braids*[39] são conceituadas.

Eu tenho o poder escolha, exatamente. Uma vez eu queria mudar, botei trança

[39] Tipos de tranças africanas.

> assim igual ao seu cabelo e não avisei a ninguém. Eu falei assim: "cara, se eu chegar lá no canal – das duas uma – ou eles vão gostar ou eles vão mandar eu tirar porque como eu trabalho com imagem e não comuniquei a ninguém". Botei, todo mundo gostou e deixou. Fiquei dois meses de trança. Acho que eles me deixam bem à vontade em relação a isso. (Kalifa, 28 anos)

Levando em conta o dado geracional, é possível identificar a diferenciação entre os relatos de um mesmo assunto. Por exemplo – as idades de Kalifa e Thema são separadas por 20 anos de diferença. Enquanto Kalifa afirma que tem o poder de escolha na forma como vai usar seu cabelo – considerando o veículo de cultura jovem aonde trabalha –, Thema traz uma narrativa que retrata mudanças conquistadas apenas com a virada do século.

> **Quando a gente pensa em padrão estético eurocêntrico, vamos falar da televisão. A gente pode falar também de revista, por exemplo. Você já teve algum problema em relação ao cabelo, de alguém te sugerir de alguma forma ofensiva, exagerar na maquiagem para aparecer na televisão... Como se dão essas questões?**
> É, não sei bem como falar isso, porque isso pode identificar. Mas assim, não agressiva, mas sutil, mas aquele sutil que você sabe que tá falando? Tive. Eu mesma quando comecei a fazer teste para televisão, tenho certeza que fui descartada por rejeitar algumas questões. Eu tinha o cabelo comprido, que eu relacionava ao meu orixá, Iemanjá, então eu não aceitava cortar o meu cabelo. E nem alisar. E muitas mulheres negras ou mulheres crespas – não só negras, mas algumas mulheres cacheadas, crespas, não sei o quê, até de pele mais clara que não necessariamente se autodeclaram negras – foram levadas a alisar o cabelo, né? Até os anos 90, final dos anos 90, praticamente na virada do século havia um padrão. Se eu fizer uma pesquisa de telejornal, eram todas as mulheres de blazer, cabelo curtinho, todas as apresentadoras eram iguais. Todo mundo parecido – o mesmo corte de cabelo. E os homens também. Então, tinha um padrão. O século XXI é que trouxe um pouco mais de individualidade. Permitiu mais uma individualidade aos profissionais de frente do jornalismo de televisão. E isso abriu um pouquinho mais de janelas para, inclusive, os jornalistas negros, as jornalistas negras se apresentarem crespas. Tive uma dificuldade de maquiagem. Os meus primeiros anos na emissora, não tinha maquiagem, eu levava o meu pó. Entendeu? Porque não tinha nenhuma paleta de cores – pó, base – que atendesse à pele negra. Eu fiquei uns anos levando o meu próprio pó e tal, até que eles começaram a comprar maquiagem para o meu tom de pele. O cabelo era mais pra preso. Essa coisa do crespo, de permitir o cabelo crespo às jornalistas negras é muito recente deve ter uns dois anos, três anos. Talvez três anos, começou muito na Maju, né?
>
> **Não era sugerido que alisasse, mas as mulheres que já vinham com os cabelos alisados? Ou não, estou enganada? Porque uma coisa é: faça escova para se apresentar. E outra coisa é: eu me acho mais bonita assim, então eu vou assim.**
> É, mas todo mundo fazia escova. Acho que já estava meio subentendido que o padrão era liso. E eu lembro de falar isso: "olha, cortar não e alisar não". Agora, não tá bom quer prender?! – que aí tem sempre uma questão que dá, se

> você usar, dá *frizz*, dá num sei o quê – tinha, né? Tem umas coisas que não precisa falar, né? E já está meio que subentendido que você vai viver. E eu acho que a minha entrada da televisão foi retardada em razão disso. Na virada do século, não estava posto. Precisei fazer muita fono porque eu tinha a boca torta, mas não sei se tenho a boca torta. Talvez seja porque é muita boca, um padrão de boca que é diferente das outras bocas. (Thema, 48 anos)

Deve-se considerar que, quando Thema traz estimativas quantitativas de pessoas negras na mídia, ela tem o principal referencial baseado em seus círculos de convivência nas empresas que presta serviços. Logo, quando ela diz que a aceitação de jornalistas negras na TV "deve ter uns dois anos, três anos", a jornalista não está levando em conta a trajetória de Shukura, por exemplo – que já atua como âncora em outra emissora há 12 anos e preservou seu cabelo crespo desde sempre. Em contrapartida, não podemos tomar como referência os casos excepcionais. A presença de Shukura é uma conquista, sim. É também, porém, uma exceção ainda. Conforme o questionamento da autora Conceição Evaristo em uma entrevista registrada em 2017: "neste momento de celebração das exceções, a gente não pode esquecer a crueldade da regra. Que regra é essa da sociedade brasileira em que contamos nos dedos as mulheres negras que saem da posição de subalternidade em que somos colocadas?"[40]. A pluralidade é uma realidade quando todos os ideais culturais assumem vozes de protagonismo e representação em equidade.

O divisor de águas para o Jornalismo, segundo Thema, é a virada do século. Antes disso, desafios de cabelo, maquiagem e até dos seus traços físicos foram fatores que revelam uma das facetas do racismo. Porém, é preciso enfatizar que, na verdade, não foi o giro do século que protagonizou a inclusão e aceitação dos corpos negros nos meios de comunicação. Pode-se justificar por um conjunto de iniciativas, como a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata (2001), realizada em Durban, as Conferências Regionais das Américas, as Conferências Mundiais contra o Racismo, as próprias políticas brasileiras de ações afirmativas, entre avanços com grandes impactos e proporções – não apenas em nosso país, mas a nível mundial.

Se retornarmos ao ensaio de bell hooks citado no início da análise desta

[40] Entrevista publicada no portal NEXO JORNAL: https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99

categoria temática, há um trecho no qual a autora conta que, quando ela teve uma entrevista de emprego, conselheiras brancas – que, até então, nunca falaram nada sobre seu cabelo – a instruíram a não usar nem tranças nem *black*. "Elas não disseram 'alisa o seu cabelo', sugeriam que eu mudasse o meu estilo de cabelo de modo tal que parecesse ao máximo ao cabelo delas" (hooks, 2005, p.6). Por isso se assemelha bastante com a reflexão de Thema sobre o que não era dito, mas que estava subentendido – conforme suas próprias palavras.

> **E você tem algum complexo por não se encaixar em algum padrão ou isso não pertence a sua autoestima – conforme a sua vivência e trajetória?**
> Não, hoje mais não. Hoje mais não. Mas por que será que eu relaxei tanto o meu cabelo por 20 anos? Era para me encaixar minimamente, né? Era. Eu relaxava pra tirar volume, soltar a raiz, essas desculpas que a gente usa. Eu usava um semi crespo.
>
> **Cachos Mágicos?**
> Não, eu não era do Cachos. Eu era do ClubeAfro[41], um salão que surgiu no final dos anos 80 no Rio. Foi muito famoso, que as pretas iam todas nele. Que era, digamos assim, o avô do Cachos Mágicos, o pai do Cachos Mágicos. Eu usei até dois anos atrás, eu era escrava – porque aí só podia usar aquele produto do meu salão. O ClubeAfro já fechou, o cara quebrou por questões financeiras, de gestão e tal. Mas tinha umas cabeleireiras – eu fiquei mais de 15 anos, quase 20 anos com a mesma cabeleireira de lá e ela continuava comprando o mesmo produto. Mas era uma merda, né? Soda cáustica, queimava o couro cabeludo, toda essa coisa. (Thema, 48 anos)

Mais um dado observado foi que o ato de relaxar ou alisar o cabelo não era sinônimo de contentamento com o novo visual. Isto porque, como consequência do processo químico, os fios vão ficando frágeis e indefinidos, além dos malefícios citados por Thema – como a queima do couro cabeludo, que gera feridas, coceiras e muitas vezes pode até interromper o crescimento na região capilar lesada. Diante disso, em concordância com bell hooks, uma das justificativas para a insistência na prática do relaxamento ou alisamento é a necessidade de aceitação – também presente na confissão de Thema, ainda que dita de forma inconsciente. Encaixar-se em um padrão do que é posto como um *look* belo e atraente é apenas um dos dilemas vivenciados pelas jornalistas negras, desde a infância.

Logo, para o jogo aceitação-rejeição que envolve o corpo negro – e o ser negro em geral –, Gomes (2006) caracteriza como um processo tenso e conflituoso que "é construído social e historicamente e permeia a vida desse sujeito em todos os ciclos de

[41] Nome fictício.

desenvolvimento humano: infância, adolescência, juventude e vida adulta" (GOMES, 2006, p. 141). Assim, é possível uma conclusão ancorada nos discursos das jornalistas que: a construção da identidade negra feminina, é problematizada, autoquestionada e desenvolvida justamente em meio a essas tensões. Fato que, consequentemente, se desdobra em decisões étnicas, como conhecer e assumir os fios naturais e tudo o que trará orgulho estético cultural, pessoal e social, contornando os prejuízos causados à subjetividade negra ao longo da trajetória.

3.9 Perspectivas dos próximos passos – que, sim, vêm de longe!

Foram quase seis horas de entrevistas, quatro personagens e seis categorias de análise. Tratam-se de números isolados? Não, pois analisamos narrativas interligadas por suas trajetórias e vivências carregadas de histórias do que significa ser uma mulher negra e jornalista. Isso nos abriu novas janelas para pensar em questões de raça, gênero e interseccionalidade no exercício do jornalismo – não limitando apenas à profissão, mas todo o percurso até a consolidação da carreira. Sob essas janelas, adentramos em universos variados de visões de mundo, distanciados por gerações e características culturais (lugar de nascimento, crescimento, oportunidades, escolas, universidades, relacionamentos, entre outros). Foi aqui que encontramos o nosso tesouro: a diversidade de conteúdo nas narrativas.

Ao conversarmos sobre perspectivas futuras – sempre ao final das entrevistas, quando o roteiro de perguntas já havia praticamente encerrado –, encontramos narrativas de satisfação e orgulho das próprias trajetórias nos discursos das quatro jornalistas. Isso nos leva a interpretar que, apesar de todos os desafios do racismo e sexismo que estão postos às mulheres e, sobretudo, mulheres negras, a autoconfiança e a autorrealização foram virtudes forjadas em suas personalidades no decorrer de cada vivência individual – e coletiva.

> **Você alcançou alguma visão de identidade? Qual a sua visão sobre você mesma? Você olha para você e vê o que?**
> Cara, eu me vejo, hoje, uma mulher realizada. Porque eu vejo que têm muitas pessoas que até estudaram comigo e não tiveram a mesma oportunidade que eu. Eu saí da faculdade empregada e estou empregada até hoje. Então, eu nunca experimentei a dor de ser uma mulher desempregada, uma jornalista desempregada. Por mais que meu salário no início não era grandes coisas e, nem agora também é, mas assim, é o suficiente para eu me sustentar. E eu agradeço todos os dias por isso. Porque eu vejo pessoas passando necessidade.

(Kalifa, 28 anos)

A pergunta foi feita de três formas porque a expressão facial de Kalifa diante do termo "visão de identidade" demonstrou incompreensão. Diante de sua reação, reforçamos a questão por um caminho mais claro e didático. A realização referida pela jornalista aponta para a vida profissional – tanto que ela faz comparação às mulheres e jornalistas desempregadas. De maneira próxima, também, Thema expressou sua gratidão à profissão, fazendo referência à mobilidade social alcançada por meio da carreira.

> Eu diria que eu tenho uma relação de muito carinho e até de muita gratidão ao Jornalismo pelo que ele me proporcionou. O Jornalismo é o meu... quer dizer, primeiro a faculdade, né? Primeiro o ensino superior. O Jornalismo foi o meu passaporte de mobilidade social. Tudo o que eu tenho, tudo, do ponto de vista patrimonial de visibilidade, de segurança, de conforto, de sustento, eu devo ao Jornalismo. Eu não tenho um casamento que me deu, né? Pelo contrário (risos). Eu não tenho um marido que me deu casa e comida, entendeu, que me banque. Então, assim, a escola que eu pude pagar para a minha filha, as viagens que eu fiz de férias e tal, as roupas que eu tenho, sapatos, eu devo ao meu trabalho no Jornalismo. O Jornalismo me permitiu, viabilizou a minha mobilidade social de um jeito até, talvez, num tamanho maior que eu achei que eu poderia. Eu acho que eu cheguei mais longe do que eu imaginei. Por isso que eu penso assim, sem falsa modéstia, *porra*, com essa capacidade toda que eu tenho, não era pra eu estar mais longe? Se eu fosse outra pessoa, talvez eu estivesse mais longe. Sem mágoas porque tem outras questões: tem questões políticas que você precisa se envolver para, por exemplo cargos... Coisas que não me interessaram, né? Eu verdadeiramente não entrei em disputas. Disputas por poder, disputas por promoções específicas e tal, mas faço essas reflexões que você me provocou anteriormente. Mas não tenho não, do ponto de vista pessoal da minha trajetória, eu devo a minha mobilidade social ao Jornalismo. Não tenho herança de família e não tenho marido rico que me ajudou e tal. Então, fui eu mesma. (Thema, 48 anos)

Essa relação de gratidão refere-se não apenas aos benefícios de recursos e patrimônios conquistados, mas também toda a visibilidade e reconhecimento que Thema conquistou em 25 anos de exercício e ascensão profissional. Logo, ela descreve os reflexos da sua identidade como jornalista e todo o retorno da sua dedicação e competência. O que se assemelha muito com a postura de Shukura – que, inclusive carrega no seu próprio nome o significado "eu sou grata" – ao afirmar prontamente que não se vê em nenhuma outra profissão, mas que tem alguns sonhos maiores sem previsão de realização.

> **Se você não fosse jornalista, você seria...?**
> Jornalista (risos).

E você é bem satisfeita com seu trabalho ou você tem outros planos – talvez próximos?
Não é que sou insatisfeita. Eu sou muito feliz com o que eu tenho e eu agradeço todos os dias o que eu tenho. Mas eu sou, assim, inquieta. Eu sou uma pessoa inquieta. Então, assim, satisfeita? Não. Tô sempre planejando outra coisa. Eu dei os meus passos, me mexi no tabuleiro para que eu chegasse numa condição de eu ir para o mestrado, né, eu precisava fazer uma mexida na minha vida e a mexida maior que eu te falei era o divórcio. Eu precisava sair, não tinha condições. Agora, isso eu estou falando de passos concretos. Passos ideais, o que eu gostaria: eu gostaria de ter um programa que pudesse falar livremente sobre essas questões num canal de visibilidade.

Esse é um sonho ou um *dream job*?
É um *dream job* (risos). Mas é, como é que eu vou dizer, é algo que nem mexendo no tabuleiro eu visualizo. Você tá entendendo? Agora eu me mexi um pouquinho, dei umas mexidas e eu tô vendo que tem coisas mais práticas a fazer. Eu fiz o meu blog há pouco tempo porque a minha inquietação a TV só não dá conta da minha inquietação. Porque aqui eu tenho as limitações. Enfim. Eu apresento é um jornal, vou fazer o jornal. É um vereador, um governador que foi preso, é uma rua de asfalto. Lá, eu extravaso algumas questões pela escrita, entendeu? Enfim. E tenho essa minha vida de palestras, porque eu estou direto com as pessoas. Isso aí surte um efeito muito grande, é uma mudança muito forte, esse posicionamento. Mas eu gostaria de – primeiro! – eu alcançar mais pessoas. (Shukura, 39 anos)

O fazer jornalístico acaba se revelando, então, como uma surpresa – já que é uma profissão de múltiplas possibilidades de atuação e exercício. Sendo assim, independentemente das insatisfações ou perspectivas planejadas para o futuro, havia paixão no olhar e relato de todas as jornalistas pelas suas escolhas e rotinas profissionais. Em contrapartida, todas também afirmaram que desejam dar passos maiores – seja pelo cargo, pelo salário, pela visibilidade ou por ambição pessoal.

Então eu não tinha, na verdade, uma noção do que eu encontraria no mercado jornalístico, não. Eu tinha esse impulso pra escrever, eu adoro escrever, uma facilidade muito grande pra escrever. Eu sou a pessoa conhecida como aquela que escreve textos, que levam as pessoas a gastar, às vezes, quatro horas, eu escrevo em alguns minutos e é verdade.

Nossa!
E é verdade. Uma facilidade muito grande pra redação. Eu amo escrever. Eu amo jornalismo. E sempre falo para as minhas alunas "é o meu amor amante. Me paga, me dá dinheiro e me leva para todos os lugares. É o amante mais ardoroso!" . Acho isso mesmo. Acho o jornalismo fantástico. O jornalismo me apresentou muitas personalidades interessantes. Muitas. Muitas, muitas, muitas, muitas. Tem uma frase do Albert Camus muito interessante, que diz assim: "o jornalismo é uma das profissões mais bonitas do mundo porque ele relativiza o nosso ponto de vista". E é verdade! É tanta gente falando, são

> tantas vozes, são tantos lugares de fala, tantas visões de mundo, são tantas vivências, são tantas particularidades que você vê que você se enriquece.
>
> **Sim!**
> Você pode até não ser igual, né. Não concordar, mas você começa a ver o mundo com outros olhos. É que eu sou menos acanhada diante do mundo, né. Eu não sou uma pessoa que tenha me fascinado pelo jornalismo com facilidade. Eu não tenho uma foto de *backstage*, ou seja, eu fui casada com um jornalista que cobriu...Um jornalista muito bacana da área cultural e ele cobriu todos os grandes shows: Madonna, Rolling Stones, ele era músico, ele era um grande jornalista, um bom fotógrafo, e ele era seduzido pelo jornalismo nesse sentido. E eu era seduzida pela escrita e pela entrevista. Ele era seduzido pela noite, é, pela coisa do glamour, que tem um dado perigoso também porque é um mundo complicado esse nosso (risos). Em vários aspectos. Vários aspectos. (Núbia, 53 anos)

Guiados pelo tripé de pesquisa caracterizado como **Identificação, Visibilidade e Trajetória**, foi possível perceber de forma linear a forma como as quatro jornalistas constroem suas identidades pessoais e profissionais – perpassando pelos episódios conflituosos das suas vivências, assim como suas histórias de sucesso, superação e conquistas. Assim, construímos pontes que nos permitiram fazer possíveis interpretações à luz de argumentações teóricas e raciocínios das próprias protagonistas do presente estudo.

> Embora eu não possa falar por todas as mulheres negras, eu não sou uma deputada, uma porta-voz. É, uma porta-voz, eu não sou. Eu não sou uma delegada de carregar todas as queixas, ou as queixas de um setor, de um grupo. Mas a minha história, em particular, e os meus temas profissionais, eles refletem muito da história de muitas, para não falar quase todas as mulheres negras brasileiras. A história de vir do subúrbio. A história de ser criada pela mãe sem uma referência masculina forte. Uma história de baixa renda. Uma história de escola pública. Uma história de abuso, racismo, ofensa, e também de ascensão, de sucesso profissional e de tratar desses temas de uma forma mais macro. Mas, no macro e no micro, eu trago representações fundamentais. Eu não sou uma mulher negra que nasceu rica, filha de militar. Ou uma negra que nasceu e cresceu no exterior e veio morar no Brasil – e aí tem percepções específicas sobre o Brasil, mas não viveu a realidade do subúrbio, dos assédios nos ônibus, nas horas na condução, de medo, de chorar na cama, né? Tudo isso eu vivi. Eu até costumo falar isso no final de palestras: “minha história é banal. É a história de todas nós”. As pessoas me ouvem falando e falam: “pô, é exatamente o que eu vivi e vivo ainda hoje”. É uma responsabilidade imensa da qual eu não me permito desvincular para ser coerente no meu exercício profissional, meu exercício cidadão. Mas essa responsabilidade imensa tem um lado de uma honra de chegar e estar habilitada para falar sobre isso – do ponto de vista particular ou do geral. Mas por outro lado de um peso muito grande, porque você está

> ali em minoria por um número tão pequeno, falando por tanta gente ou carregando expectativa de tanta gente. (Thema, 48 anos)

Em consonância, Thema também pondera sua experiência pessoal e profissional, oriunda de um contexto suburbano, pobre e sem referências de mulheres negras em ascensão. Porém, reconhece que sua história carrega uma coletividade de trajetórias similares – senão iguais? – de episódios de racismo, sexismo, sobrevivência, luta, resistência e valorização de cada conquista.

“Todo trabalho é incompleto, é inconcluso, nenhum tem final, todos são abertos. Carrego essa premissa por todos os cantos do texto. Ainda que tenha dado o ponto final da conclusão, a obra não pode ser colocada como completa, escrita assertivamente, após todos os resultados do campo. Sabendo que o campo e a escrita se dão num encontro intenso entre realidade objetiva e subjetiva, escrevo na travessia, em percurso, abrindo aqui todas as questões pré-campo que se colocam mesmo antes das agruras do campo efetivo e, também, da escrita na etapa posterior”.

(Beatriz Brandão)

Considerações Finais

Toda pesquisa tem seus sujeitos, espaços e ambientes. Também possui seus embates, seus recomeços e suas constantes modificações. Ela, em sua essência, é atravessada por caminhos e possibilidades analíticas, a fim de apresentar resultados – tantas vezes diferentes de nossas concepções e hipóteses iniciais. Eis a riqueza do compromisso de pesquisar: nos depararmos com as inúmeras complexidades de um objeto e, assim, adentrarmos em suas singularidades para que novos caminhos e novas perguntas ecoem pelo universo acadêmico afora e pela nossa prática de vida.

A tentativa de concluir uma pesquisa é quase uma tortura. É incrível – e, ao mesmo tempo, assustador! – perceber o quanto novas janelas do campo se abrem, novos autores e autoras, novas reflexões, outras possibilidades de caminhos que poderiam se encaixar um pouco nesse capítulo *aqui*, um pouco naquele parágrafo *lá*. A sensação desperta um misto de sentimentos: ansiedade, insegurança e hiperatividade. Por outro lado, posso perceber também um grande salto e maturidade acadêmica, frutos de longas jornadas de dedicação em torno de um objeto.

Quase ao final dessa tão dura fase, disse ao Roberto Borges, meu orientador, que a minha sensação era de que esta dissertação nunca ia acabar e perguntei se esperar pelo *grand finale* era uma utopia. No entanto, o que é o fim? Aprendi, então, que o ponto final se dá na etapa em si e não no trabalho de pesquisa. As questões continuam pungentes, em movimento e reverberantes dentro e fora de mim.

Eu, como pesquisadora e jornalista, compreendi os sujeitos da pesquisa a partir dos lugares que eles podiam falar e representar. Logo, havia sempre muita identificação a cada entrevista e análise que fiz. A linha tênue entre os limites da vida pública e privada me ensinou muito no sentido acadêmico e ‘etnográfico’. Um dos aspectos que pude perceber durante as entrevistas era a atmosfera confortável que foi estabelecida desde o início de cada encontro. Seja em um café, seja a recepção na residência, seja num ambiente de trabalho, fui abraçada por participantes que desejavam ser parte do

meu trabalho como protagonistas. Isso para mim foi um presente, assim como um desafio de fazer jus[42] às narrativas de forma coerente e longe de análises simplistas.

A pesquisa nos mostra que a consciência racial das jornalistas foi fortalecida no universo do Jornalismo como profissão. Seja pela falta de identificação em seus campos de atuação ou pelo comprometimento com pautas sociais, um turbilhão de reflexões é iniciado quando elas entram em confronto com a realidade do racismo, da persistência da branquidade e dos desafios do sexismo.

Pensar as trajetórias das jornalistas pela lente da raça e do gênero apontou para uma estrada conflitante dentro do fazer jornalístico e o quanto os desafios de aceitação, autoimagem positiva e comparação flutuam em momentos específicos da trajetória. A necessidade de dividir a análise em seis etapas trouxe um panorama de visualização da operação conjunta da interseccionalidade em cada etapa da vida. O corpo e o cabelo. O racismo e a branquidade. A autoestima e a representação de si. São tantos caminhos abertos à ressignificação e aprofundamento por novas perspectivas.

Porém, aqui, desejo ressaltar os adendos dos cruzamentos identitários, políticos e de gênero que permearam os casos e situações narradas por Kalifa, Shukura, Thema e Núbia. Quatro mulheres de idades e ocupações midiáticas diferentes (embora haja aproximação em pontos específicos) reconhecem o racismo como fator estruturante e estrutural na sociedade e na realidade de suas empresas. Em vista disso, há o reconhecimento de um sentimento de solidão na representatividade de suas personalidades como jornalistas negras em espaços de poder.

Um ponto que tangencia a hipótese central da pesquisa é que, com o passar dos anos, o binômio aceitação/rejeição entre as gerações não sofreu alterações consideráveis. Embora Thema opine que “a virada do século” pode ser atrelada às conquistas para as mulheres negras, as ações afirmativas e iniciativas empresariais de inclusão tiveram um papel crucial na chegada de homens e mulheres negras na universidade e em outros postos de trabelho. Porém, ainda assim, não equalizamos nossos corpos nos espaços. Ainda exemplificamos as exceções ao tentar fugir do perigo da regra.

A pesquisa também mostra que a identidade negra transpassa pela experiência de “tornar- se negro”, compreendendo que isso não se restringe somente ao campo social e

[42] No sentido de valorizar e potencializar os discursos.

político, mas tem muita relação com a aceitação corpórea. As vivências com o encontro do significado social do cabelo das jornalistas mostraram isso. A transição capilar é um processo importante quando advém de uma decisão pessoal, longe de imposições. Ela representa um desejo genuíno de aceitar a própria raiz capilar independentemente do padrão que se acreditou durante toda a vida. Essa ressignificação torna os cotidianos de luta ainda mais viscerais em termos de conscientização e mobilização por igualdade e pluralidade.

Diante disso (e infinitamente mais), gostaria de encerrar esta 'página' reconhecendo que este é o começo de uma estrada cheia de perspectivas futuras para o aprofundamento do estudo de gênero e raça no campo do Jornalismo, no qual podemos ainda ir mais fundo nas complexidades que envolvem este objeto de pesquisa: a trajetória de mulher negra e jornalista.

O campo continua aberto! Os trechos de narrativas e do 'diário de bordo' que não foram inclusos à dissertação por minha própria escolha, quem sabe, não podem encarnar outros projetos de pesquisas vindouras? A minha convicção é uma só: vou lutar para que novas narrativas ecoem em cenários, espaços, lugares, consciências e vivências - capazes de equalizar ou inverter as estatísticas, capazes de ir além do campo da denúncia e de mostrar a força da resistência e do poder da coletividade.

Referências bibliográficas

ACEVEDO, Claudia Rosa. TRINDADE, Luiz Valério de Paula. **Análise de ausência de diversidade étnica nos telejornais brasileiros**. Alceu - v. 11 - n.22 - p. 90 a 108 - jan./jun. 2011. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=34>

ANDRADE, Tânia. **Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade?** Consultoria Legislativa: julho, 2016.

ARAÚJO, Joel Zito. **A força de um desejo – a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual**. Revista da USP: Universidade de São Paulo, 2006. In: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13514/15332

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branquitude e Poder – a questão das cotas para negros**. Anais do 1º Simpósio Internacional do Adolescente. USP; PUCCAMP, 2005.

BASTHI, Angélica. **Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia**. Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011.

BASTOS, Liliana Cabral; DOS SANTOS, Wiliam Soares. **A entrevista na pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOBBIO, Noberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1992.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de

Janeiro: Takano Editora, 2003. (Coleção Valores e Atitudes. Série Valores; n. 1. Não discriminação).

_____ **Mulher, Mulheres, Mulheres em movimento**. São Paulo: Estud. av. vol.17 no.49. Sept./Dec, 2003.

_____ **Mulheres em Movimento**. *In*: Estudos avançados, n.17(49), 2003, p. 117-132.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist thought: knowledge, consciouness, and the politics of empowerment**. New York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na Discriminação de Gênero e Raça**. Revista Estudos Feministas, nº1. Universidade Católica de Salvador: 2002.

DOMINGUES, Petrônio. O ideal de branqueamento. *In*: **Uma História Não Contada: negro, racismo e branqueamento no pós-abolição**. São Paulo: Senac, 2003.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Ricardo Alexino. **Quando a imprensa branca fala de gente negra: a visão eurocêntrica da imprensa na cobertura de afrodescendentes**. *In*: **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. Orgs: Flávia Carrança e Rosane Borges. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

GILLIAN, Angela; GILLIAM, Onica. **Negociando a subjetividade de mulata no Brasil**. Revista Estudos Feministas, n° 2, 1995.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: **Brasil, Ministério da Educação. Educação Antirracista: caminhas abertos pela lei federal n. 10.639/03**. Brasília: Ministério da

Educação, Secretaria de Educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005.

_____**Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: ANPOCS, 1984.

GOOD, W. J. & HATT, P. K. **Métodos em Pesquisa Social**. São Paulo: Nacional: 1979.

HANSELBALD, C. A. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG: Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HALL, Stuart. O problema da ideologia: o marxismo sem garantias. *In*: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____ Perturbando a Linguagem de "Raça" e "Etnia". *In*: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____ "Quem precisa de identidade?". In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, pp 103-133.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – 2. ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

_____ **Alisando o nosso cabelo**. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Revista Gazeta de Cuba – Union de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro, 2005.

JACCOUD, Luciana e BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: Ipea, 2002.

KERNER, Ina. **Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo**. Novos estudos. CEBRAP, nº 93, São Paulo: julho, 2012.

LINDE, C. **Life stories: the creation of coherence**. New York: Oxford University Press, 1993.

LOPES, Fernanda; Werneck, Jurema. **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Crioula, 2010.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória: UFES, 2006, p. 361-386.

MBEMBE, Achile. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa, 2014. Antígona.

MEDINA, Cremilda. **Imprensa e racismo: espelho das contradições sociais**. *In*: **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. Orgs: Flávia Carrança e Rosane Borges. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

MELLO, Edna de. As cores da mulher negra no jornalismo. *In*: **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. Orgs: Flávia Carrança e Rosane Borges. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Cadernos PENESB, número 5. Niterói: EDUFF, 2004.

_____ **Negritude: usos e sentidos**. 3ª ed. – 1 reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOTTA, Alda Britto; WELLER Wivian. **A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica**. Brasília, v.25, nº2, maio/agosto, 2010.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva 2**. Ed. São Paulo. CERVE/FFLCH/USP, 1983.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. A imagem das mulheres negras na televisão brasileira. *In*: **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. Orgs: Flávia Carrança e Rosane Borges. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004

RIESSEMAN, Catherine Koller. **Narrative Analysis**. Newbury Park: Sage, 1993.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (BH): Letramento: Justificando: 2017.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, v.1, 2ª ed., 2005.

SACRAMENTO, Mônica. Investimentos Educacionais e Trajetórias Militantes de Jovens Mulheres Negras. *In*: MENDONÇA, A., TEIXEIRA, K., BASTOS, P. (Orgs) **Jovens Pesquisadoras: entre estudos e militância**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2016.

SANTOS, Elisângela de Jesus. Intelectuais Negras Brasileiras e Produção de Saberes. *In*: MENDONÇA, A., TEIXEIRA, K., BASTOS, P. (Orgs) **Jovens Pesquisadoras: entre estudos e militância**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2016.

SANTOS, Hélio. Discriminação racial no Brasil. *In*: SABÓIA, Gilberto Vergne; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Orgs). **Anais de seminários regionais preparatórios para a conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata**. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

SHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquidade paulistana**. São Paulo, 2012.

SODRÉ, **Muniz. Claros e Escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**/ Muniz Sodré. 3. ed. atual. e ampl. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

SPINK, Peter Kevin. **Pesquisa de Campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista**. Texto organizado por Spink e membros do Núcleo de Organização e Ação Social. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP, 2003.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SCOOT, Joan. **Gender and the politics of history**. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press, 1989.

WERNECK, Jurema. **Construindo a Equidade: Estratégia para Implementação de Políticas Públicas para a Superação das Desigualdades de Gênero e de Raça para as Mulheres Negras**. Rio de Janeiro, 1ª ed., 2007.

ANEXOS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS

Eu_____, CPF_____, RG_____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios desta pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu depoimento e entrevista, especificado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), **AUTORIZO**, através do presente termo, a pesquisadora Andréia Coutinho da Silva Louback, sob a supervisão do professor orientador Roberto Carlos da Silva Borges, do projeto de pesquisa intitulado "**Jornalistas negras no Rio de Janeiro: trajetórias de vida e narrativas de resistência diante do racismo**" a usar meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Estou também ciente de que meu nome será substituído por um nome fictício.

Ao mesmo tempo, libero a utilização dos depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da dissertação acima especificados.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2018

_____

Pesquisadora responsável pelo projeto

_____

Jornalista da pesquisa

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA

1- Como você se autodeclara?
2- O que a levou a escolher a profissão de jornalista?
3- Como você se sentia tendo sempre que fazer o melhor - sem ter o direito de errar (na atividade jornalística ou na faculdade)?
4- Quais foram os desafios dos processos seletivos aos quais você se submeteu?
5- O que o jornalismo exigiu de você?
6- Temos um padrão estético eurocêntrico. Como você se sente ao estar inserida em um universo em que se é uma das poucas (a única, muitas vezes) que não "se encaixa "nesse padrão?
7- Qual a sua opinião analítica da discussão de questões raciais no Brasil?
8- Em algum momento, o seu progresso profissional foi compreendido como troca de favores com conotações sexuais?
9- Quais são suas frustrações com o jornalismo?
10- Qual foi o preço pago para você se destacar como jornalista negra?
11- Como driblar a invisibilidade de ser negra diante de um universo de privilégios brancos?
12- Afinal, para você, o que significa ser uma jornalista negra na mídia em qual atua?
13- Em algum momento, o racismo foi um fator de impedimento para você?
14- Me conte, por favor, uma experiência racista na sua vida pessoal e/ou profissional.
15- Como enxerga a sua trajetória hoje diante das conquistas e perspectivas futuras?